

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA



VOLUME CXXVII

TOMO II

COIMBRA — 1965

ÍNDICE DOS ARTIGOS

	Págs.
<i>O problema da importação de palavras e o estudo dos estrangeirismos (em especial dos francesismos) em português,</i> pelo Prof. Doutor Manuel de Paiva Boléo... ..	245
<i>Du masque du christianisme et de sa raison d'être,</i> pelo Dr. Emile Schaub-Koch	303
<i>Documentos sobre a Restauração,</i> pelo Prof. Doutor Eduardo Brazão	317
<i>Définition esthétique d'un maître de l'art classique Danois,</i> pelo Dr. Emile Schaub-Koch	400

O INSTITUTO

Composto e impresso nas oficinas da «Coimbra Editora, Limitada»

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA



VOLUME CXXVII

TOMO II

COIMBRA — 1965

INSTITUTO DE COIMBRA

DIRECÇÃO

DIOGO PACHECO DE AMORIM	<i>Presidente</i>
GUILHERME BRAGA DA CRUZ	<i>Vice-Presidente</i>
TORQUATO DE SOUSA SOARES	<i>Director da Classe de Ciências Morais e Sociais</i>
JOSÉ BAYOLO PACHECO DE AMORIM	<i>Director da Classe de Ciências Físico-Matemáticas</i>
LUÍS REIS-SANTOS	<i>Director da Classe de Literatura, Belas-Letras e Artes</i>
ARNALDO DE MIRANDA BARBOSA	<i>Secretário</i>
JOÃO JOSÉ LOBATO GUIMARÃES	»
JOSÉ BAYOLO PACHECO DE AMORIM	»
JOÃO MANUEL BAIRRÃO OLEIRO	»
FERNANDO BAYOLO PACHECO DE AMORIM	»
JOÃO JOSÉ LOBATO GUIMARÃES	<i>Tesoureiro</i>
BELISÁRIO PIMENTA	<i>Director da Biblioteca</i>

O PROBLEMA DA IMPORTAÇÃO
DE PALAVRAS
E O ESTUDO DOS ESTRANGEIRISMOS
(EM ESPECIAL DOS FRANCESISMOS)
EM PORTUGUÊS (1)

O estudo da importação de palavras (fr. *emprunt*) é um dos mais interessantes, quer sob o aspecto linguístico, quer sob o ângulo histórico-cultural e até mesmo psicológico, porquanto nos deixa ver bem as relações e permutas entre diversos povos, relações essas não só de carácter comercial, mas ainda, e principalmente, de natureza literária, artística, religiosa e cultural, no mais amplo sentido da palavra.

Mas se é dos mais apaixonantes, é também — quando tratado como deve ser — um dos mais difíceis. E a dificuldade provém de que, muitas vezes, julgamos que uma palavra nos veio por intermédio de uma língua, quando a verdade é que entrou por meio de outra. Recordarei o

(1) Conferência proferida no dia 11 de Dezembro de 1963 na Faculdade de Letras da Universidade de Estrasburgo, sob a epígrafe de *Le problème de l'emprunt et l'étude des termes étrangers (des gallicismes en particulier) en portugais* e repetida depois, com o título acima indicado, na Faculdade de Letras de Lisboa, em 5 de Fevereiro de 1964, e em Lourenço Marques, nos Estudos Gerais Universitários de Moçambique, a 23 de Setembro do mesmo ano.

A conferência foi transformada posteriormente em duas lições feitas aos meus alunos de Linguística Portuguesa, I Parte, no ano lectivo de 1964-1965, e incluída nas folhas policopiadas dos "Textos de consulta" dessa cadeira. Dela se fez separata de um reduzido número de exemplares, que ofereci a várias pessoas.

O meu caro Colega e Amigo, Doutor Torquato de Sousa Soares, entendeu que o assunto merecia maior divulgação e teve a amabilidade de me sugerir a sua publicação nas páginas de *O Instituto*, de cuja Redacção faz parte.

Aproveitando a oportunidade, introduziram-se agora na conferência numerosos aditamentos, quer no texto, quer nas notas, quer nas indicações bibliográficas.

exemplo que cita o Prof. Vidos na sua *Storia delle parole marinaresche italiane passate in francese* (p. 7). Supôs ele primeiramente que a palavra italiana *caracca* — representada também no port. *carraca*, forma de embarcação antiga, que foi estudada, juntamente com outras, por Henrique Lopes de Mendonça ⁽¹⁾ — teria a seguinte história: viria do árabe *ḥarrâqa*, através do espanhol *carraca*; da Espanha teria passado a Veneza e a Génova e, desta cidade, no princípio do século XIV, a França. Para essa conclusão contribuiu a circunstância de se não conhecerem abonações da palavra, em textos italianos, anteriores ao século XIV.

O autor, porém, não ficara satisfeito, porque os historia-

(1) *Estudos sobre navios portugueses nos séculos XV e XVI*. In: "Centenário do descobrimento da América: Memórias da Comissão Portuguesa". Lisboa, 1892, p. 18. Mais recentemente, ocupou-se também de *carraca* MARIA ALEXANDRA TAVARES CARBONELL PICO em *A terminologia naval portuguesa anterior a 1460* (Suplemento do "Boletim da Sociedade de Língua Portuguesa", Lisboa, 1959, pp. 86-89). Aí dá como primeira abonação da palavra o ano de 1370 e escreve: «O primeiro documento, de meu conhecimento, em que aparece a palavra *carraca*, é o tratado entre D. Fernando e o duque de Génova, o que pode tornar legítimo pensar que se trata de importação italiana ou, mais exactamente, genovesa.

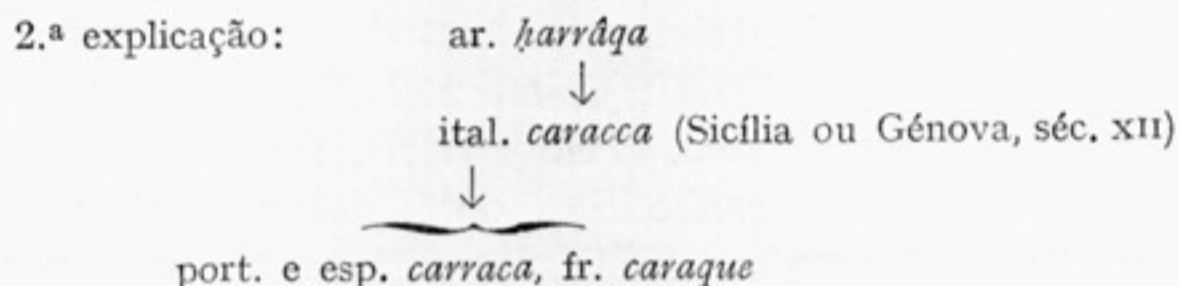
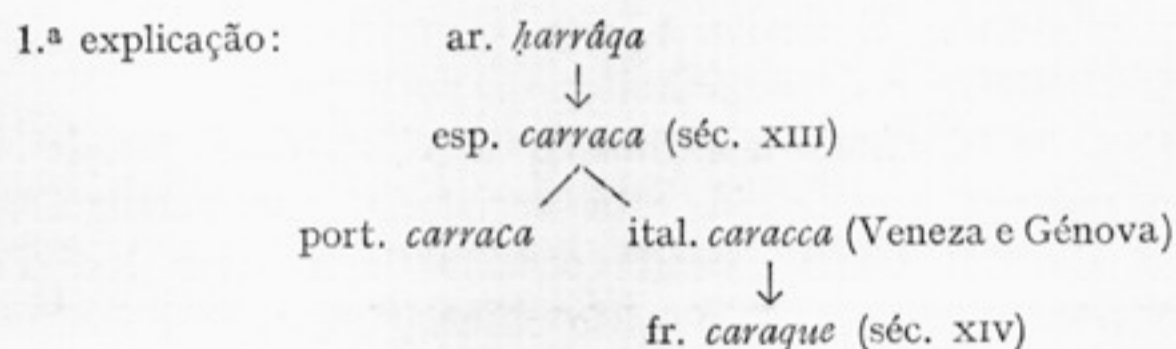
Aliás, em português, o vocábulo só se encontra a partir do século XV (1410 Janeiro 1), portanto tardiamente. Note-se que, ainda no século XVII, *carraca* continuava a ser sentida como estrangeirismo: «Aqueles poderosíssimos vasos da primeira navegação do Oriente a que os estrangeiros chamam *carraca*.» (P.^o António Vieira, *Sermões*, II, 138. Cfr. Morais, 10.^a ed.). E conclui: «Utilizando todos estes elementos, pode definir-se *carraca* como 'navio de grande porte, de um ou dois mastros, usado na guerra ou no tráfego mercantil'.»

Sobre o problema etimológico que a palavra levanta, veja-se J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. I, 1954, p. 702, onde escreve que «debe preferirse a la anterior etimología, tomada de Eguílaz por Vidos, la propuesta por Dozy: ar. *qarâqir*, plural de *qurqûra* 'navio mercante, que muchas veces era de enorme tamaño'. Mas logo a seguir sugere que, ou se poderia tratar de «palabra de formación onomatopaica» (o que não parece muito aceitável) ou de um derivado de *carro*. Em todo o caso, o A. considera o vocábulo de «origen incierto».

dores da marinha italiana, espanhola e portuguesa afirmavam que a *carraca* era um navio genovês, e nunca é prudente, para um linguista, desprezar os dados da história.

Ora sucedeu que Vidos encontrou mais tarde, num documento de Génova em baixo latim, do século XII, a palavra *caracca*. Quer dizer, o termo árabe penetrou na Itália, ou através da Sicília, ou através de Génova, e daí passou às outras línguas românicas. A própria fonética vinha corroborar os dados da história, pois enquanto em espanhol a passagem da faríngea árabe *ħ* a *c* é muito rara, em siciliano é normal.

O seguinte gráfico deixará ver melhor a diferença entre as duas explicações:



Outro exemplo demonstrativo da dificuldade que apresenta o problema da importação, sendo inevitáveis, por isso, as rectificações que novas pesquisas etimológicas trazem à proveniência de certas palavras, é o que se passa com o vocábulo *gamela*, que está representado em português, em francês (*gamelle*) e noutras línguas. Em português, onde ainda hoje tem muita vitalidade, significa 'grande vasilha de madeira em forma de maseira'; trata-se de um utensílio que tem, entre outros usos, o de servir em obras de pedreiro e também para nele se deitar a comida aos porcos.

Segundo Meyer-Lübke, no *Romanisches Etymologisches*

Wörterbuch (3.^a ed., 1935, s. v. CAMMELLA), tanto o fr. *gamelle*, como o port. e o esp. *gamela*, vêm do ital. *gamella*. No mesmo sentido se pronunciou W. von Wartburg, quer no seu *Französisches Etymologisches Wörterbuch* (vol. II, p. 128), quer na segunda edição (1950) do *Dictionnaire étymologique de la langue française* de Oscar Bloch e W. von Wartburg, onde admite que o fr. *gamelle* tenha vindo do italiano meridional, «probablement par les marins des ports de la Provence» (1).

Mas Vidos, no seu artigo *Recherches sur l'histoire et les origines du lexique roman* (2), mostrou que as primeiras abonações conhecidas da palavra se encontram na Península Ibérica, ou seja em espanhol e português, ao passo que o exemplo mais antigo que se conhece do italiano é apenas do século XVI. E conclui o referido professor que o fr. *gamelle* foi importado do espanhol ou do português.

Corroborando a afirmação de Vidos, direi que, de facto, a palavra *gamela* já está registada, em português, no século XIII, como tiveram ocasião de mostrar José Pedro Machado, no seu *Dicionário etimológico*, e, principalmente, Noémia Simas Mendes na sua dissertação de licenciatura (ainda inédita) intitulada *Palavras concretas de um inventário do século XIV [1366]* (Coimbra, 1961, p. 31), onde menciona também *gameleta*. Pelo que respeita ao espanhol, a primeira abonação conhecida é de 1286 (ao passo que o fr. *gamelle* só aparece em 1611), mas a palavra encontra-se já em documentos latino-medievais de 1028 («una *kamela* de vino et uno almute») e 1081 («quatuor *kamellas* de vino»). Estas abonações, apresentadas por B. Löfstedt (3), vêm reforçar a opinião, expressa por Vidos e, ainda mais nitidamente

(1) Na 4.^a edição, «revue et augmentée par W. von Wartburg» (Paris, 1964), aceitando já a correcção de Vidos e de Corominas indicada no texto, escreve: «*Gamelle*, 1854. Empr. de l'esp. *gamella*, du lat. *camella* 'sorte de vase'.»

(2) Sep. de *Neophilologus*, ano 82, fasc. 4, 1948. (Ver a nota bibliográfica publicada na *Rev. Port. de Filologia*, vol. II, p. 363).

(3) BENGT LÖFSTEDT, *Zur Lexikographie der mittellateinischen Urkunden Spaniens*. Separ. do *Archivum Latinitatis Medii Aevi*

por Corominas (este no seu *Diccionario crítico*), de que o vocábulo é de proveniência espanhola e que foi desta língua que irradiou para o francês e para o italiano.

Sobre o problema da importação (palavra que, em português, me parece preferível a “empréstimo”, que usam os filólogos brasileiros para traduzir o fr. *emprunt* ou o alemão “Lehnwortforschung”) (1), e designadamente sobre os francesismos em diferentes línguas, muitíssimo se tem publicado em vários países, em especial na Alemanha, Holanda, Suécia e Finlândia. Bastará citar, só pelo que respeita à influência do francês nas línguas italiana, inglesa e alemã desde a idade média à actualidade, as obras, respectivamente, de Bezzola, *Abbozzo di una storia dei gallicismi italiani nei primi secoli (750-1300)*. *Saggio storico-linguistico* (Heidelberg, 1925), de Mackenzie, *Les relations de l'Angleterre et de la France d'après le vocabulaire* (2 vols., Paris, 1939) (2), e de Rosenqvist, *Der französische Einfluss auf die mittelhochdeutsche Sprache in der 2. Hälfte des 14. Jahrhunderts* (“A influência francesa no médio-alto-alemão na segunda metade do século XIV”) (3).

Em relação ao português moderno dos séculos passados, dispomos de alguns trabalhos valiosos sobre os elementos estrangeiros nela entrados e sobre a sua irradiação noutros idiomas. Refiro-me especialmente aos de Rodolfo Dalgado,

(*Bulletin Du Cange*), tomo XXIX, fasc. 1, 1959. Bruxelles, 1959, p. 52.

(1) No mesmo sentido se pronuncia, para o vocábulo italiano *prestito*, BRUNO MIGLIORINI nos seus *Saggi linguistici*, Firenze, 1957, p. 1 e nota 1. Ocupando-se aí realmente de *empréstimo* morfológico italiano a outras línguas (p. ex. plurais em -i, como *dilettanti*), escreve: «Chi prende a prestito ha per lo più l'intenzione di restituire, mentre in quest'uso metaforico di “prestito” non vi può esser tale intenzione. (...) Migliori i termini di *adozione (voce adottiva)* e di *importazione (forma importata)*».

(2) No vol. I estuda os «anglicismos franceses» e no vol. II os «galicismos ingleses».

(3) In: *Mémoires de la Société Néophilologique de Helsinki*, vol. XIV, 1943.

Contribuições para a lexicologia luso-oriental (1) e *Glossário luso-asiático* (2 vols., 1919 e 1921), e de David Lopes, *A expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII* (Barcelos, 1936).

Mas com respeito ao português contemporâneo, os poucos trabalhos e artigos que há publicados sobre o assunto — se exceptuarmos as páginas de Said Ali no seu livro *Meios de expressão e alterações semânticas* (Rio de Janeiro, 1930, pp. 119-153) e pouco mais —, ou não obedecem às boas normas do método científico, ou se ocupam de preferência do aspecto prático, isto é, têm sobretudo em vista fornecer listas de estrangeirismos, acompanhadas de propostas para o seu aportuguesamento ou sua substituição.

Reconhecendo a grande importância desta matéria, tenho procurado suscitar nos meus alunos o interesse por ela, e por isso foram já apresentadas seis teses de licenciatura que se integram no problema da importação e no estudo dos estrangeirismos, uma já publicada, sobre os anglo-americanismos no português dos Açores (2), e cinco (ainda inéditas) sobre a influência francesa, inglesa e espanhola. Destas, uma delas ocupa-se da linguagem da costura (3), outra da culinária (4), a terceira da influência inglesa (5), a quarta de galicismos (6) e a quinta da influência espanhola (7).

(1) Sep. do *Boletim da Segunda Classe* da Academia das Ciências de Lisboa, vol. IX, 1916.

(2) NAIR O. DA CÂMARA BORGES, *Influência anglo-americana no falar da Ilha de S. Miguel (Açores)*. Suplemento II da "Revista Portuguesa de Filologia". Coimbra, 1960.

(3) MARIA AMÉLIA DA COSTA RAMALHO, *Os elementos franceses no vocabulário português: A costura*. Coimbra, 1951.

(4) MARIA JOSÉ OSÓRIO DOS SANTOS CARVALHEIRA, *Francismos na terminologia da culinária portuguesa*. Coimbra, 1953.

(5) CARLOS LÉLIS DA CÂMARA GONÇALVES, *Influência inglesa na Ilha da Madeira*, 1956.

(6) MARIA JOSÉ FLOR GUERRA, *Galicismos no português do século XVIII*. Coimbra, 1957.

(7) MARIA HELENA MESQUITA DE ALMEIDA, *Castelhanismos na literatura portuguesa do século XVII*. Coimbra, 1964.

Não obstante essas dissertações e outras que se prepararam, fica ainda largo campo de investigação para os filólogos nacionais e estrangeiros, e também para estudantes universitários, à margem das suas teses. Por isso me permito sugerir, a uns e outros, o estudo dos espanholismos, francesismos, italianismos, anglicismos, americanismos e germanismos no português actual e de séculos passados.

Só em relação aos anglicismos, poder-se-ia escrever um artigo com interesse e novidade sobre a influência inglesa no português de Moçambique (devido à proximidade da África do Sul e da Rodésia), como tive ocasião de verificar quando, em Setembro de 1964, estive durante algumas semanas nessa província ultramarina.

E pelo que respeita ao inverso — a influência portuguesa em países da África, Ásia e América —, veja-se o que escrevi no opúsculo *O estudo das relações mútuas do português e do espanhol na Europa e na América, e influência destas línguas em territórios da África e da Ásia* (Coimbra, 1965).

A pesquisa de qualquer dessas categorias de estrangeirismos só ganha em ser feita em relação a várias línguas e não apenas a uma. Efectivamente, se consultarmos obras (como as que atrás citei) sobre a influência francesa e de outras línguas românicas nas germânicas, colheremos valiosos elementos de confronto, além de sugestões de método científico.

Assim, a palavra *quitar*, que aparece já em textos medievais portugueses com o sentido de 'absolver', 'perdoar' (1), encontra-se também em documentos medievais da Alemanha, redigidos em latim, da primeira metade do século XIII, como se pode ver numa outra obra de Rosenqvist, que tem por título *Über Wanderungen romanischer Fremdwörter im Deutschen* (1942, p. 263). O mesmo poderia dizer de *serge* (port. *sarja*) 'tecido de algodão, de seda

(1) Ver VITERBO, *Elucidário*, s. v.

ou de lã, cujo fio predominante é em diagonal', termo que se nos depara igualmente em documentos alemães do segundo quartel do século XIV, ou de *barragan* (port. *barregana*) 'tecido de lã forte' (1), que ocorre também nos *Portugaliae Monumenta Historica*, e de tantos outros vocábulos, por exemplo, *arrás* 'tecido com desenhos ou figuras, género tapeçaria' (2), *stamine* (3), *schamlot* (fr. ant. *chamelot* (4) e *scharlat* (fr. ant. *escarlata*) (5). São, por sinal, estas duas últimas que, sob as formas *chamalote* e *escarlata*, vamos encontrar nos conhecidos versos de Camões:

Descalça vai para a fonte
 Leonor pela verdura;
 vai fermosa, e não segura.
 Leva na cabeça o pote,
 o testo nas mãos de prata,
 cinta de fina *escarlata*,
 sainho de *chamalote* (6);
 traz a vasquinha de cote,
 mais branca que a neve pura:
 vai fermosa e não segura (7).

(1) ROSENQVIST, *ibid.*, p. 428.

(2) Ver também ROSENQVIST, *Der französische Einfluss auf die mittelhochdeutsche Sprache in der 2. Hälfte des XIV. Jahrhunderts*. In: *Mémoires de la Société Néophilologique de Helsinki*, vol. XIV, 1943, p. 160.

(3) *Ibid.*, p. 541.

(4) *Ibid.*, p. 503.

(5) *Ibid.*, p. 506.

(6) AGOSTINHO DE CAMPOS, no seu *Camões lírico*, vol. I (Lisboa, 1935), p. 186, esclarece estes dois termos da seguinte forma:

«*Escarlata*, segundo Morais, é: «pano de lã (seda ou qualquer outra droga); cremesim fino, mas não tanto como a grã». — *Chamalote* equivale, para o mesmo lexicógrafo, a *seda com águas* ou tecido de lã de camelo. Devemos supor [observa A. C.] que aqui (os dois termos) se referem a tecidos de lã, e não de seda. A propósito de *seda com águas* convém lembrar que este "com águas" diz em bom e bem expressivo português o mesmo que o adjectivo francês *moiré*».

(7) LUÍS DE CAMÕES, *Rimas*. Texto estabelecido e prefaciado por Álvaro J. da Costa Pimpão. Coimbra, 1953, p. 61.

Os exemplos que acabo de citar levam-nos ao âmago do problema da importação. Um dos seus melhores teorizadores foi o filólogo holandês Salverda de Grave, em artigo publicado em 1907 nos *Mélanges Chabaneau*. Para ele é fundamental a distinção entre *ocasião* e *causa* de importação. A ocasião é exterior e fortuita, por exemplo o caso de uma pessoa que veio do estrangeiro e introduziu na sua língua um vocábulo, que pode vir a ter vida efémera ou duradoira. Essa pessoa foi um simples veículo da palavra.

A *causa*, essa é mais profunda, mais misteriosa. É aquela força que fixa a palavra num determinado país, impedindo-a de fazer aparição passageira na língua.

Segundo o mesmo linguista holandês, quatro são as causas que contribuem para a importação definitiva de vocábulos numa língua, causas essas que poderei sintetizar em quatro palavras: *necessidade*, maior *rigor* de sentido, *concisão* e *eufemismo*. Esclareçamos cada uma dessas palavras:

Necessidade — de um nome novo para um objecto novo, como sejam, entre tantos outros exemplos que poderia escolher, *jeep* (certo tipo de automóvel, preferentemente usado pelo exército) ⁽¹⁾, e *vespa* ou *lambreta*, estes dois últimos,

(1) A explicação mais corrente da palavra (e que eu próprio aceitei na *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VI, 1956, p. 480) é a que a faz provir da abreviatura *G. P.*, pronunciada em inglês americano *dji-pi*, com a qual, na fábrica respectiva, se designava um "general purpose [car]", i. é, 'um automóvel para todo serviço'. Alberto Menarini, porém, entende que deve «acolher-se com reserva» esta explicação e propõe outra, sobre cuja validade me não posso pronunciar: o nome de uma personagem — "Eugene the Jeep" — criada pelo desenhador humorístico Elzie Crisler Segar. (Cfr. *Profili di vita italiana nelle parole nuove*, 1951, pp. 98-101). De certo modo concilia as duas explicações BRUNO MIGLIORINI, *Parole nuove. Dodicimila voci a complemento del "Dizionario moderno" di Alfredo Panzini*, Milano, 1963, s. v. *jeep*. Segundo o linguista italiano, para a passagem da abreviatura *G. P.* a vocábulo deve ter contribuído a citada personagem "Eugene the Jeep", que aparecia em desenhos humorísticos desde 1936.

de origem italiana, para designar certa variedade de motociclete, em que as pessoas vão sentadas⁽¹⁾;

Maior *rigor* de sentido — que permite o termo estrangeiro (p. ex. *souple*, empregado em neerlandês para exprimir a ideia de 'elegância', ou *controlar*, em português).

Concisão — do vocábulo estrangeiro, em contraste com a perífrase da língua nacional para exprimir a mesma ideia (p. ex. dizer em neerlandês *memoriseren* em lugar da perífrase equivalente ao fr. "apprendre par cœur") ou — exemplo que eu acrescento — *pijama* em vez de "fato de dormir";

Finalmente, o *eufemismo* — p. ex. dizer de alguém que cometeu uma *gaffe*, em lugar de um 'deslize na vida social'.

No seu livro *L'influence de la langue française en Hollande d'après les mots empruntés* (Paris, 1913), Salverda de Grave desenvolveu e precisou as suas ideias quanto às causas do fenómeno da importação, assunto que apenas havia esboçado nos *Mélanges Chabaneau*. Verificando que, na sua maior parte, os vocábulos franceses que entram na língua neerlandesa são os mesmos que ainda em 1913 (à data da publicação do livro), se empregavam em alemão e em sueco, Salverda de Grave foi levado a descobrir algumas regras gerais a que obedece o emprego de palavras estrangeiras numa língua. Esse emprego, segundo escreve o falecido professor holandês, «est dans un rapport étroit avec les conditions sociales et intellectuelles de ceux qui les empruntent. Tandis que les événements historiques peuvent causer des occasions d'emprunt, le choix des mots qui s'empruntent est déterminé par les causes intérieures qui, si l'on ne peut pas les connaître en détail, n'en sont pas moins réelles» (*L'influence...*, p. 180).

Quais são essas causas? Podem ser as seguintes, já apontadas por Windisch: 1.º — A frequência com que uma palavra estrangeira é ouvida — o caso de *allons*, empregado

(1) Sobre a origem destes termos técnicos, veja-se o citado livro de BRUNO MIGLIORINI, s. v.

por alemães em certa época, ou — acrescentarei eu — o de *okay*, bastante usado entre a gente nova há uns trinta anos, por influência do cinema americano, e que aparece também noutras línguas (1): 2.º — Qualquer superioridade que se reconhece à palavra estrangeira, como sejam: «brevidade, harmonia da forma externa, nitidez, fantasia e humor da forma interna».

Isto verifica-se especialmente — observarei eu — com certos vocábulos característicos de uma língua e de um povo, p. ex.: o fr. *chic* não é a mesma coisa que 'elegante', e o ingl. *gentleman* não tem o mesmo conteúdo semântico e psicológico de *cavalheiro* (2). O mesmo se dá com certas palavras estrangeiras que criam um ambiente ou uma atmosfera, como sucede com o vocábulo francês *boudoir*, que aparece, p. ex., em livros de A. Garrett e de Eça de Queirós, ao falarem de determinadas figuras femininas (3). Essa "atmos-

(1) Para as diferentes explicações que se deram da palavra, veja-se o livro citado de Menarini, pp. 145-147.

(2) Sobre o interesse que apresenta o estudo de vocábulos próprios de uma época e sobre os cambiantes de sentido diferentes que revestem de povo para povo (p. ex. fr. *gentilhomme* em face do ingl. *gentleman*, ou fr. *culture* em confronto com o alem. *Kultur*), veja-se o que escrevi em *Algumas tendências e perspectivas da linguística moderna* (separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XIII). Coimbra, 1965.

(3) Parecem-me bem expressivos os seguintes trechos dos escritores citados:

ALMEIDA GARRETT, *Tio Simplicio*, cena II (edição das obras completas, vol. IV, 1904):

«*Simplicio* — Quanto à saúde... Espere, dê-me licença. (*Torna a virar-se para a porta da esquerda*). O toucador à esquerda... a jarra do Japão no canto, ali ao pé da janela.

Simões — Então que é isso? mobilamos de novo estes quartos para aqui?

Simplicio — É o quarto particular de minha mulher... o *boudoir*, bela mamã: não é assim que se chama?

D. Teresa — Sim, é.

Simões — Agora que tudo vem de França, modas, palavras, ideias...

Simplicio — Algumas... das palavras são mais bonitas sem

fera" de intimidade não se obtém com qualquer dos termos portugueses que têm sido propostos para o substituir: "antecâmara", "camarim", "toucador", "quarto reservado", "gabinete de toucador" (1). Essa esfera semântica mais ampla e sugestiva do que o sentido que está dicionarizado se verifica igualmente no português *alcova* (2).

Por sua vez, Salverda de Grave, na sua obra já citada *L'influence de la langue française en Hollande*, aponta, como causas da importação, as seguintes:

Uma, que ele coloca em segundo lugar e que estava já

dúvida. Por exemplo, bela mamã, para não dizer sogra, que é uma palavra tão feia.

Simões (à parte) — Como a coisa: e já é dizer.

Simplício — Mas outras, a falar verdade... esta de boudoir, nem eu sei bem o que isto quer dizer, mas não me agrada.

D. Teresa — É uma expressão bonita, e para pessoas de bem, senhor Simplício; não há senhora nenhuma na corte que não tenha o seu boudoir.»

A palavra *boudoir* aparece também no começo do cap. xx das *Viagens na minha terra* (edição revista e prefaciada por Vitorino Nemésio, Porto, 1946, p. 183):

«Sobre uma espécie de banco rústico de verdura, tapeçado de gramas e de macela brava, Joanhina, meio recostada, meio deitada, dormia profundamente. (...) Era um ideal de *demi-jour* da coquette parisiense: sem arte nem estudo, lho preparara a natureza em seu *boudoir* de folhagem perfumado da brisa recendente dos prados».

EÇA DE QUEIRÓS, *Uma campanha alegre*, Porto, 1933, p. 290:

«É se o leão [i. é, o sedutor] envelhece, não é abandonado como o de Lafontaine. A protecção feminina segue-o como um amparo providencial. É colocado numa embaixada ou num senado: o Estado encarrega-se dele, como de uma glória pública; e, como Romieu, depois de governar as alcovas, vai governar as províncias — ou, como o duque de Morny, vai descansar das almofadas dos *boudoirs* na cadeira do primeiro ministro.»

(1) Termos propostos por VASCO BOTELHO DE AMARAL, *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*. Lisboa, 1945, p. 131.

(2) Ao exemplo citado em nota anterior, poderei acrescentar (entre outros) o seguinte:

«Cambray pensa consigo — «burguesa, trinta anos, sessenta mil francos de renda, temperamento forte, desapontamento de alcova». (*A correspondência de Fradique Mendes*, 8.ª ed., 1926, p. 149).

esboçada nos *Mélanges Chabaneau*, é a necessidade, para uma língua, de preencher lacunas, quer no que respeita a termos técnicos, quer a termos não técnicos. «La nécessité de formuler ses pensées avec précision — escreve o filólogo holandês — nous amène à employer un mot étranger, au cas où notre langue ne possède pas un seul mot pour l'idée à exprimer.»

Nessa obra, Salverda de Grave coloca em primeiro lugar, entre as causas da importação lexical, o «valor afectivo [isto é, emocional] que tem uma palavra estrangeira empregada numa frase da língua materna». Esse valor afectivo pode assumir diversos cambiantes: o valor de eufemismo; o valor hipocorístico ou admirativo. Assim, usa-se em neerlandês uma palavra francesa para designar a irmã do pai ou da mãe (*tante*), mas já não existe uma dessa mesma língua para “tio” (a palavra para “tio” em neerlandês é *oom*); há em neerlandês muitos nomes de mulher de origem francesa, mas não nomes de homem (o mesmo sucede em português, onde abundam nomes como *Graciete*, *Lisette*, *Odete*).

A importação vocabular pode assumir ainda o valor pejorativo: é o caso de *choumeque*, nalguns pontos da França, para designar o ‘sapateiro remendão’ ou — acrescentarei eu — o de *chumeco* em português, que aparece, p. ex., em obras de Aquilino Ribeiro.

Esta causa de natureza afectiva representa um aditamento, a meu ver muito feliz, à teoria da importação apresentada por Salverda de Grave nos *Mélanges Chabaneau*. Assim se compreende que Vidos, na sua já citada *Storia delle parole marinaresche italiane passate in francese*, atribua também primordial importância ao valor emocional da palavra e à moda, pondo a “necessidade” do termo estrangeiro em último lugar.

Se cada um de nós fizer a si mesmo esta pergunta — «por que motivo emprego eu tal e tal palavra estrangeira: é por necessidade ou por moda?» —, talvez não ande longe de dar razão aos dois linguistas mencionados.

A este elemento afectivo ou emocional pode vir jun-

tar-se, por vezes, o prestígio ou a influência de determinado país numa dada época. É o caso de Portugal, na época dos Descobrimentos, durante a qual levou numerosos termos a outras regiões e línguas, onde ainda hoje, em parte, subsistem. (Vejam-se, a este propósito, o trabalho de Monsenhor Rodolfo Dalgado, *Influência do vocabulário português em línguas asiáticas*, 1913, ou a obra de Mary Sergeantson, *A history of foreign words in English*, 1935, que inclui um capítulo sobre as palavras inglesas de origem portuguesa). É o caso da França, especialmente no século XVIII, da Inglaterra no século XIX, e dos Estados Unidos da América em nossos dias.

*

Depois destas considerações de carácter geral sobre o problema da importação, vejamos como se poderia tratar um tema como o dos francesismos na língua portuguesa. Em relação ao período arcaico, estava naturalmente indicado o método científico a adoptar: percorrer os nossos documentos medievais e ver quais as palavras que seriam de proveniência francesa, recorrendo-se, para sua identificação, aos critérios conhecidos e que foram já expostos por Vidos (na obra citada) e por Deroy no seu livro *L'emprunt linguistique* (Paris, 1956): o critério fonético (p. ex. o fruto conhecido pelo nome de *framboesa* [fr. mod. *framboise*] só podia ter entrado no português numa altura em que o ditongo fr. *oi* se pronunciava *ue*, ou seja antes da Revolução francesa) ⁽¹⁾; o critério fornecido por textos em que surge o vocábulo estrangeiro; o critério fornecido pela história, e pela expansão do termo estranho, etc. ⁽²⁾.

⁽¹⁾ J. P. MACHADO, no seu *Dicionário etimológico da língua portuguesa* dá como primeira abonação da palavra o *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa* de Fr. Domingos Vieira (5 vols. Porto, 1871-1874), mas ela é, com certeza, anterior.

⁽²⁾ Um resumo destes critérios pode ver-se na dissertação de MARIA JOSÉ FLOR GUERRA, *Galicismos no português no século XVIII*, pp. 19-21.

Quanto aos documentos onde encontrar abonações dos termos a estudar, podem eles ser originais (descrição de viagens, obras históricas e literárias, etc.) ou traduções. Nestas há, por vezes, muitos estrangeirismos. Daí, p. ex. o interesse da tradução da obra de Marco Polo para médio-alto-alemão ⁽¹⁾ ou, já no século XVI, as traduções que, da *História do descobrimento e conquista da Índia* de F. Lopes de Castanheda, fizeram, respectivamente, para o francês, Nicolas de Grouchy ⁽²⁾, e, para o italiano, Afonso de Ulloa.

Além disso, convém determinar, num estudo dessa natureza, e na medida em que o permitam os documentos, as vias e as regiões por onde entraram alguns vocábulos, como fizeram, entre outros autores, Rosenqvist para os elementos românicos, designadamente franceses, na língua alemã ⁽³⁾, Öhmann para os elementos italianos no alemão da idade média ⁽⁴⁾ e Vidos para os vocábulos marinharescos italianos na língua francesa. Na sua *Storia* distingue o professor da Universidade de Nimegue os termos de origem genovesa ou veneziana dos que julga provirem de outros dialectos italianos.

Quem quisesse estudar, com espírito científico, esse aspecto indicado do problema da importação (os francesismos no português arcaico) não poderia deixar de tirar todo o partido possível desta preciosa sugestão feita por Carolina Michaëlis de Vasconcelos no artigo que publicou no *Bulle-*

⁽¹⁾ Ver ROSENQVIST..., *Über Wanderungen*, p. 457.

⁽²⁾ Sobre o interesse desta tradução veja-se o artigo de JOSÉ GONÇALO C. HERCULANO DE CARVALHO, *O vocabulário exótico na "Histoire des Indes (1663)"*, sep. de *Biblos*, vol. XXVII. Coimbra, 1952, posteriormente incluído na obra do Autor, *Estudos linguísticos*. Lisboa, 1964, pp. 9-38. A conclusão do artigo foi reproduzida na *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. v, 1953, p. 358.

⁽³⁾ *Über Wanderungen romanischer Fremdwörter im Deutschen*. Helsinki, 1942. Ver o resumo que publiquei na *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. v, p. 409.

⁽⁴⁾ *Über den italienischen Einfluss auf die deutsche Sprache bis zum Ausgang des Mittelalters*. Helsinki, 1944.

tin des Études Portugaises, vol. II, 1932, artigo intitulado "Sources du lexique portugais : les éléments français":

«Il est question dans les chansonniers — escreve a antiga Mestra da Universidade de Coimbra, de quem tive ainda a honra e o proveito de ser discípulo — il est question dans les chansonniers de *calças de Ruão*, de *capas-cerames de Chartes* (Chartres), de voile de Cambrai (Cambrai). Dans d'autres textes figurent des étoffes de Coutray (Courtrai), Bruges, Gand, Ipli (Ypres?), Abovila (Abbeville), Arras, Saint-Omer, Lille, Valenciennes, Londres. Voyez surtout la Loi sur les tarifs (1253) du monarque susdit [Afonso III], qui se trouve dans le volume *Leges et Consuetudines* de la collection *Portugaliae Monumenta Historica*, document d'une haute valeur culturelle et historique qui mériterait d'être traduit et commenté; une large partie du commentaire serait réservée, pour élucider maint problème, à des extraits tirés des proses historiques et littéraires, des chansonniers profanes et des *Cantigas de Santa Maria*.»

Dei-me ao trabalho de ler, nos *P. M. H.* (vol. I, 1856, p. 193), parte desse documento em latim do ano de 1253 (documento que até hoje ainda não foi devidamente explorado) e pude verificar quanta novidade ele pode trazer ao estudo da influência francesa no português antigo. Aí se encontram numerosos vocábulos referentes a tecidos, como sejam, entre outros, os seguintes: ⁽¹⁾

<i>arraiz</i> (cid. de Arras)	<i>escarlata inglesa</i>
<i>barragam</i>	<i>escarlata framenga</i>
<i>bifa</i>	<i>frisa</i>
<i>branqueta de Camina</i>	<i>gamelim</i>
<i>brugia fraldada</i> (cid. de Bruges)	<i>grisay</i>
<i>burello</i>	<i>pannis viadis et planis</i> [sic]
<i>chartes</i> (cid. de Chartres)	<i>de Larantona</i>
	<i>panno tinto de Gam aut</i>

(¹) Alguns deles tive já o ensejo de os citar na *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. V, 1953, p. 354.

de <i>Ruans aut de Ipli</i> (cid. de Gand, Rouen e Ypres)	<i>stanforte de Brugiis</i> (cid. de Bruges)
<i>piquote palentiano</i>	<i>stamforte de Caa</i> (cid. de Caen)
<i>pruys</i>	<i>tornay</i> (cid. de Tournai)
<i>sancto Omer</i> (cid. de Saint-Omer)	<i>triquintane (de meliore)</i>
<i>sargia (alia)</i>	<i>uiado de Lila aut de Iple esforciato</i> (cid. de Lille e Ypres)
<i>sargia (meliori) cardada castellana</i>	<i>uiado de Ipri</i>
<i>segobiano</i>	<i>valencina</i> (cid. de Valenciennes)

Com o auxílio de obras históricas, como a *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV* de Gama Barros (onde faz muita falta um índice de vocábulos) e de trabalhos linguísticos especializados, como sejam, entre outros, o de K. Zangger, *Contribution à la terminologie des tissus en ancien français* (1945) ⁽¹⁾ e o de Rosenqvist já citado ⁽²⁾, — não falando, claro está, nos dicionários etimológicos — não seria muito difícil determinar se os referidos vocábulos teriam ou não vindo do francês (da França ou dos Países Baixos) para o português. Um dos termos mencionados, *frisa*, com o sentido de 'tecido de lã', pode ter vindo do francês, ou directamente, ou por intermédio do espanhol. É essa, pelo menos, a opinião de Vidos em *Les problèmes de l'emprunt et les relations qui ont existé entre la Péninsule Ibérique et les Pays-Bas (Flandre et Hollande)* ⁽³⁾ onde afirma que o esp. *frisa* «n'est certainement ni un emprunt fait au néerlandais, ni le résultat d'une périphrase espagnole désignant un tissu de provenance néerlandaise trans-

(1) Zangger estuda vários dos termos franceses correspondentes aos indicados na lei de 1253, p. ex.: *arras, blanchet, burel, camelin, escarlata, estanfort, gris* (em docs. lat. *pannus griseus* — relacionado com *grisay?*), e *tiretaine*.

(2) *Über Wanderungen...*

(3) Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VI, 1954.

porté par des marins frisons» (...). «L'esp. *frisa* — conclui Vidos — 'tissu de laine' (XIII^e siècle) vient donc du fr. *frise* 'toile', 'étoffe de laine' (XIII^e siècle), qui remonte, à travers la périphrase française *toile de Frise*, qui est attestée, à *Frise*, nom français de la province néerlandaise dont les marins et bateliers transportaient le tissu en question fabriqué en Flandre, par voie maritime, en France» (pp. 239-240) (1).

Para que os estudantes que lerem este artigo possam colher mais algumas sugestões de metodologia linguística neste problema da importação, passarei em revista crítica um exemplo concreto português.

Houve já quem entre nós pretendesse que a negação portuguesa *nanja* viria do picardo *naje*.

Primeira observação crítica a fazer: Em que textos picardos, e mesmo não picardos, se encontra a negação *naje*? Não é muito difícil sabê-lo, pois basta consultar o glossário da *Chrestomathie de l'ancien français* de Karl Bartsch e Leo Wiese (Leipzig, 1913) para se saber que essa negação aparece em *Aucassin et Nicolette*, no *Roman d'Enéas* e em vários outros. (Não são muitos, no entanto, esses textos, e assim se explica que, nalguns trabalhos especializados sobre as negações em francês, não figure a negação *naje*).

Segunda observação: Se *nanja* viesse do picardo *naje*, isso significaria que aquela negação se decomporia, como a francesa, em *ne je* (lat. NON + EGO, 'eu não'), explicação que já se encontra no glossário da *Crestomatia* de Bartsch e é aceite por outros autores, como Gaston Paris (2) e A. Tobler (3). Trata-se do uso do pronome pessoal para exprimir a afirmação ou a negação com ausência do verbo,

(1) Sobre a proveniência e a etimologia do esp. *frisa*, ver também o artigo de MANFRED HÖFLER citado na bibliografia, n.º 21 a.

(2) *Romania*, vol. VII, p. 465.

(3) *Vermischte Beiträge zur französischen Grammatik*, vol. I, 3.ª ed., Leipzig, 1921, pp. 1-5.

como sucede em *oïl* (HOC ILLE), fr. mod. *oui*, ou *nenni* (NON ILLE) (1).

Terceira observação, e esta de carácter ainda mais acentuadamente metodológico: Qual a extensão da negativa *naje*? Aparece em muitos dialectos franceses? (Já vimos que não). Se é uma negação mais própria do dialecto picardo, que nos diz a história quanto às relações entre a Picardia e Portugal na Idade Média? Suponho que não foram muito intensas nessa época, nem mesmo no séc. XVI, não obstante os picardismos que aparecem no *Auto das Fadas* de Gil Vicente, e dos quais se ocuparam J. Girodon (2), Pierre Groult (3) e Paul Teyssier (4).

Além disso, seria preciso fazer estudos sobre as negações em francês e em português, para se chegar à conclusão de que *nanja* vem do picardo *naje*.

Pelo que respeita ao francês, tornar-se-ia necessário con-

(1) *Nenni* ainda aparece no uso provinciano, como nos informam algumas gramáticas.

(2) J. GIRODON, *Le diable picard de l'Auto das Fadas*. Sep. do *Bulletin des Études Portugaises* (Lisboa), vol. XIV, 1950.

(3) PIERRE GROULT, *Le diable picard de Gil Vicente*, *ibid.*, vol. XVII, 1953.

(4) PAUL TEYSSIER, *Essai d'explication du passage en "picard" de l'Auto das Fadas de Gil Vicente*, sep. do *Bulletin des Études Portugaises*, vol. XIV, 1950, 25 pp.; IDEM, *La langue de Gil Vicente*, Paris, 1959, pp. 281-290. No artigo do *Bulletin*, Paul Teyssier afirmava: «Il nous paraît hors de doute que même si Gil Vicente avait quelque teinture de français (ce qui n'est pas certain), il devait être bien incapable de savoir le picard, qui était déjà, en ce début du XVI^e siècle, un obscur patois» (p. 24), ao passo que na obra citada corrige o seu juízo nos seguintes termos: «Ainsi toute une série d'observations convergent vers une conclusion d'ensemble. Gil Vicente appartient à une génération qui n'a pas encore subi l'influence italienne. Il connaît l'Italie des marchands génois et vénitiens de Lisbonne, mais non l'Italie de Dante et de Pétrarque. La France, au contraire, la France encore médiévale des farces, des sotties et des moralités, était très proche de lui, et l'on ne peut imaginer que la culture lui en fût tout à fait étrangère».

sultar, quer trabalhos especializados, como o de Friedrich Perle na *Zeitschrift für romanische Philologie* ⁽¹⁾, quer obras mais acessíveis, como a *Petite syntaxe de l'ancien français* de Foulet (Paris, 1930), ou a *Grammaire historique de la langue française* de Nyrop (tomo VI, 1925, pp. 26-52).

Quanto ao português, não se poderia ignorar o artigo de Carolina Michaëlis de Vasconcelos publicado na *Zeitschrift für romanische Philologie* ⁽²⁾. Nesse artigo, Carolina Michaëlis mostra que *nanja* vem de *não já* e que estes advérbios ainda no século XVI se podiam separar, intercalando-se entre eles outros membros da frase. Só uma vez, e no século XVIII, encontrou a forma *neja*.

Se a negação *nanja* nos tivesse vindo do picardo — acrescentarei eu — parece que deveríamos ter tido, e logo na Idade Média, formas sem nasalização progressiva — *naja* e *neja* — e só depois *nanja*. Ora não é fácil apresentar textos abona-tórios, na Idade Média, dessas formas portuguesas, formas em que os dois elementos constituam já uma unidade semântica, isto é, tenham já o sentido de negação. Se aparecessem, seria um valioso aditamento ao artigo de Carolina Michaëlis, que nem no século XVI encontrou exemplos da negação *nanja* perfeitamente constituída.

Em reforço da tese de Carolina Michaëlis, que foi aceite por Leite de Vasconcelos nos *Opúsculos* (vol. II, já cit.), direi que o *naje* picardo se não pode dissociar, a meu ver, das negações que se nos deparam em francês antigo: *ne-ja* e *ja-ne*, cujos elementos aparecem, em textos medievais franceses, ainda separados, mas que têm um sentido diferente de *naje*. *Ne-ja* ou *ne-ja-mais* ou *ne mes* ('não mais') eram negações reforçativas do francês antigo. (Encontram-se exemplos no artigo de Perle).

(¹) Vol. II, 1878, pp. 1-24 e 405-418: *Die Negation im Altfranzösischen*.

(²) Vol. VII, 1883, pp. 105-109. Foi também já citado por LEITE DE VASCONCELOS nos *Opúsculos*, vol. II, 1928, p. 52.

Não estudei aprofundadamente o problema da negação *nanja* em português: mas o exame rápido que dele fiz levou-me a dar razão a Carolina Michaëlis de Vasconcelos, isto é, a concluir que *nanja* não é um picardismo.

A confirmar esta conclusão, está ainda o facto de, nos glossários do dialecto picardo moderno — segundo apurou um dos melhores especialistas desse dialecto, o professor suíço Th. Gossen, que ensina actualmente na Universidade de Viena (1) —, aparecer só duas vezes, e uma delas deve ser um arcaísmo (2).

O que acabo de dizer basta para mostrar a delicadeza e complexidade do problema da importação, mas também o seu grande interesse linguístico, histórico e cultural.

(1) Autor, entre outros estudos dentro do domínio picardo, dos seguintes: *Die Pikardie als Sprachlandschaft des Mittelalters (auf Grund der Urkunden)*, Biel, 1942; *Petite grammaire de l'ancien picard*, Paris, 1951; *Considérations sur le franco-picard, langue littéraire du moyen âge*. In: *Les Dialectes Belgo-Romans*, tomo XII, n.º 2, Julho-Dezembro de 1956, pp. 97-121; *De l'histoire des langues écrites régionales du domaine d'oïl. La scripta des chartes picardes*. Separ. da *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXVI, 1962.

(2) Em resposta a uma consulta que lhe fiz sobre o assunto, teve o Prof. C. Th. Gossen a gentileza de me fornecer em carta as seguintes informações, que estou autorizado a reproduzir: «Dans les glossaires du patois picard moderne, je n'ai trouvé *naie* que dans Corblet, p. 495: *nein, naie, na* 'non' et chez le P. Daire, p. 129: *naie* 'non' (qui est ici certainement un archaïsme).

Le type *naje* s'était déjà grammaticalisé au moyen âge, cf. l'exemple:

«et se vous voliés dire *naie*» (*Roman du Hem*, 1348). (...) Il parait donc vraiment que les types *oje* et *naje* étaient usités surtout dans le Nord-Est du territoire d'oïl, mais je ne crois pas qu'on puisse parler de véritables "picardismes". Dans les chartes, je n'ai trouvé aucun exemple, ce qui n'est pas étonnant, vu que le discours direct — qui est le vrai domaine de ces formes — y est excessivement rare.

Il me semble tout à fait exclu que dans le ptg. *nanja* il s'agisse d'un picardisme: a) pour les raisons historiques que vous alléguiez, b) puisque dans ptg. *nanja* nous avons NON + JAM et non NON + EGO. Je ne crois pas qu'il y ait dans *naje* une variante de *ne ja*, celui ayant un sens tout à fait différent. (Cfr. *F. E. W.*, v, 25-29).»

*

Íntimamente relacionado com o problema da importação está, como é evidente, o estudo dos estrangeirismos, o qual se relaciona igualmente com os elementos do léxico de uma língua e apresenta ainda um aspecto prático, desdobrável em duas facetas (de que só ao de leve me ocuparei neste artigo): a melhor nacionalização dos termos estrangeiros e a arte de traduzir.

No estudo dos estrangeirismos, um dos primeiros aspectos a considerar é o da sua duração e vitalidade. Cinco variedades poderei passar em revista:

Em primeiro lugar, os estrangeirismos que tiveram vida em certa época e que desapareceram por completo do uso moderno. Estão nesse caso muitos dos que menciona o Cardeal Saraiva (autor da primeira metade do século XIX) no seu *Glossário das palavras e frases da língua francesa* ⁽¹⁾, p. ex. *brigante* (fr. *brigand* 'salteador'), *desér* (fr. *dessert* 'sobremesa'), *deshabilhado* (fr. *deshabillé* 'mal composto', 'vestido a descuido'), *jaluzia* (fr. *jalousie* 'ciúme' ou 'inveja'), *reprochar* (fr. *reprocher* 'exprobrar', 'lançar em rosto').

Vêm em segundo lugar os estrangeirismos que se incorporaram na língua e deixaram de ser sentidos como tais, como sucede com as palavras *chefe* (do lat. CAPUT) e *forja* (do lat. FABRICA), que, pela sua evolução fonética, só podiam ter vindo para o português através do francês.

Há depois aqueles estrangeirismos que se nacionalizaram na forma ou na pronúncia, como é o caso de *futebol* (ingl.

(1) A primeira edição do *Glossário* é separata de *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, tomo IV, parte II, 1816, e a 3.^a apareceu em 1846. O trabalho foi depois incluído nas *Obras completas*, vol. VIII, 1878, pp. 1-207, onde se corrigiram alguns pequenos lapsos tipográficos, pelo que deve ser consultada de preferência esta edição.

foot-ball), *golo* (ingl. *goal*). (A propósito deste jogo, é de notar que, depois de terem sido usados durante algum tempo, os termos ingleses foram substituídos pelos correspondentes portugueses, p. ex. *guarda-redes* em vez de "keeper", *defesa* em lugar de "back", etc.). Quanto à língua francesa, adiante veremos alguns exemplos.

Como quarta variedade, e que apresenta grande interesse, não apenas linguístico, mas também cultural, é o caso daqueles estrangeirismos que, ao serem adoptados numa língua, sofrem mudança parcial de sentido. Assim, a propósito de *lorgnon*, objecto que as senhoras usaram bastante há dezenas de anos em Portugal e que nos veio certamente do francês, observarei que ele tem em português o sentido de "face-à-main" e não o de 'lunetas', que tinha originariamente na língua exportadora (1). *Friseur*, que em francês significa 'o que faz cabeleiras', passou para o alemão com o sentido de 'barbeiro' (fr. "coiffeur"). O port. *rotina* e o fr. *routine* têm nas duas línguas um sentido depreciativo: 'hábito inconsciente de fazer uma coisa ou um trabalho sempre da mesma maneira, realizado mecânicamente' (daí o derivado *rotineiro*); mas em alemão, embora possa ter essa significação, apresenta de há muito, como se pode ver nos dicionários, uma outra, já sem o cambiante pejorativo: o de 'grande prática'. Em francês e português, este emprego da palavra (quase restrito a pessoas ilustradas) também já ocorre com um sentido próximo do indicado, e por

(1) Sobre a evolução semântica da palavra *lorgnon*, alguma coisa escrevi já na *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*, Lisboa, 1946, p. 21. Aí cito ainda o caso de *coupé*: «Em português, onde ela [a palavra] se usou muito no princípio deste século, veio a significar 'um carro de cavalos, de quatro rodas, fechado, com lugar para duas pessoas'; mas em alemão, o termo foi importado para designar o 'compartimento numa carruagem de caminho de ferro'. Ora ambos os sentidos existiam em francês, embora o último fosse menos frequente e hoje tenha desaparecido. (Com essa significação emprega-se a palavra "compartiment").»

esse motivo se fala em "trabalho de rotina" para designar o trabalho de todos os dias, mas feito por alguém que já tem experiência. Pelo que respeita à língua inglesa, podia recordar o caso de *lanche*, que no idioma originário (*lunch*) significa 'refeição do meio-dia' e por vezes 'refresco', e que em português veio a designar uma pequena refeição da tarde, entre o almoço e o jantar: palavra de tão larga fortuna que originou o verbo *lanchar* e o substantivo *lancheira*.

O desvio de sentido que se operou nestas e em muitas outras palavras pode resultar ou de um erro de compreensão, ou, o que me parece mais provável, do facto de uma palavra apresentar na língua originária um sentido fundamental (isto é, mais corrente) e outro ou outros secundários, tendo a língua importadora ido buscar justamente um desses sentidos secundários e, portanto, menos conhecidos.

Finalmente, devo referir-me a uma quinta variedade de estrangeirismo: o que entra na linguagem corrente e familiar, mas que é adulterado na boca do povo, tornando-se por vezes irreconhecível. É o caso de *biochene*, que representa afinal o fr. *vieux chêne* 'tinta de água para escurecer madeira'; de *pionese* (ou *pionés*), do fr. *punaise*, que o *Larousse en deux volumes* define: 'petit clou à tête large, à pointe courte, employé pour fixer un papier sur la planche à dessin, etc.'; ou de *cinzas* (ingl. *season*), 'época de maior afluência de estrangeiros de língua inglesa em Lourenço Marques'.

Dentre os estrangeirismos — que algumas gramáticas práticas, com um critério demasiado estreito, definem como termos desnecessários ao idioma nacional, usados com um sentido que lhe é estranho ou que se não ajustam bem ao génio da língua pátria — os mais importantes em português são, sem dúvida, os galicismos, palavra que se reveste de um conteúdo semântico e psicológico que não têm as que se relacionam com outros povos, p. ex., espanholismo, italianismo, anglicismo ou germanismo.

Antes de mais nada, importa recordar que a palavra "galicismo" tem em português um sentido muito diferente

do francês. Nesta língua, o vocábulo "gallicisme" significa uma expressão idiomática, bem característica, ao passo que em português, no uso corrente, designa uma expressão de origem francesa, cujo emprego os puristas condenam, pelo que deve ser substituída por um termo vernáculo.

O facto de os gramáticos e os puristas assestarem as suas baterias principalmente contra os galicismos, é um sintoma bem visível de que a influência da França em Portugal — não só no aspecto linguístico e literário, como também no artístico e no económico — foi bastante extensa e profunda em várias épocas. Pelo que respeita à Idade Média, bastará ter presente o papel de algumas ordens monásticas e militares, em particular a de Cister, e as divisas dos príncipes da dinastia de Avis, como *talent de bien faire*, etc.

Quanto aos séculos XVIII e XIX e ainda às duas primeiras décadas do século XX, essa influência é bem conhecida e está expressa, não falando de outros sintomas, no grande número de obras traduzidas do francês. Dessa influência, em geral, se ocuparam já várias pessoas, entre outras: Carolina Michaëlis no *Cancioneiro da Ajuda*, na IV *Nota vicentina* (pp. 414-416) e no citado artigo *Sources du lexique portugais*; G. Le Gentil no *Bulletin des Études Portugaises* (tomo I); Vitorino Nemésio em *Relações francesas do romantismo português* (Coimbra, 1936); mais recentemente, Maria José Guerra na sua dissertação de licenciatura, já mencionada, sobre os *Galicismos no português do século XVIII*, e Jacinto do Prado Coelho no artigo *French influence on Portuguese literature in the 18th and 19th centuries* (in *Proceedings of the IIIrd Congress of the International Comparative Literature Association*, Utrecht, 1961).

É, portanto, um facto assaz conhecido, para que seja necessário recordá-lo. Direi apenas que no século XVIII a influência francesa foi tão grande que António Dinis da Cruz e Silva e Filinto Elísio (entre outros) sentiram a obrigação de criticar os 'galiciparlas', ou sejam aqueles que polvilhavam a conversa ou os seus livros de termos franceses, mal adaptados ao português, como se vê nestes versos que o

segundo dos escritores setecentistas referidos escreveu na sua "Carta a Brito":

... .. e é nesses livros
Que nós *puisamos* o falar à moda,
No mais *charmante* tom, mais *seduizante* (1).

E no século XIX vamos encontrar dois escritores, que foram acusados de cometer galicismos: Eça de Queirós e Fialho de Almeida.

Pelo que respeita ao autor de *A ilustre Casa de Ramires*, um dos críticos que o acusaram de usar e abusar de galicismos foi António Cabral, no seu livro *Eça de Queirós* (2.^a edição, 1919).

Vale a pena reproduzir aqui, não obstante a sua extensão, o seguinte trecho, porque alguns dos leitores serão certamente obrigados, no ensino, a tomar posição neste assunto, dado que se trata de um autor do programa liceal:

«O estilo de Eça de Queirós! Que maravilha! (...) No estilo de Eça de Queirós há, segundo o que Fradique Mendes desejava que houvesse numa prosa ideal, «alguma coisa de cristalino, de aveludado, de ondeante, de marmóreo», que realiza uma absoluta beleza e que traduz admiravelmente «desde os mais fugidios tons de luz até os mais subtis estados de alma» (p. 257).

(...) «Eça de Queirós, que conhecia pouco e mal a nossa língua, cujo vocabulário era limitadíssimo e pobre, realizou, apesar disso e dos seus frequentes atentados contra a vernaculidade e contra a própria gramática, verdadeiros prodígios de linguagem escrita.

(...) Para lastimar é que Eça de Queirós não respeitasse rigorosamente a pureza da linguagem. Com mágoa intensa vejo continuamente a sua prosa, tão correntia, tão fluente e tão primorosa, mosqueada de galicismos e salpicada de locuções que trescalam ao francês. Para dar formas novas à nossa língua, não lhe era preciso importar de França o boleio da frase e o ressaibo da expressão gaulesa. Temos cá tão bom e melhor do que o que de lá nos vem. Recorrer ao estrangeiro, quando o que nos legaram os mestres é puro de lei — para quê?

(1) Ver um trecho maior da carta na dissertação de Maria Amélia Ramalho, acima citada.

Causa arrepios topar-se uma incorrecção, um barbarismo, uma impureza de linguagem, no derivar límpido e claro da prosa do brilhante escritor. É como se num veio de água cristalina e transparente, a correr entre macios veludos de relva fresca, víssemos, de repente, ciscos, sujidades, a macular-lhe a clari-
dade. Aquele aperto de mão "gôche e mole" — gôche! —, que estraga uma página inteira de *Os Maias*, no capítulo VI do tomo I; aquelas medonhas frases afrancesadas "todo um pipo", "todo um anho", que *A ilustre casa de Ramires* deixa ler no capítulo II, e a outra, inda mais bárbara: «E que me subam ao quarto água quente», do capítulo VIII do mesmo romance; e esta, no capítulo XVI do *Primo Basílio*: «...fazia longas conversações com Mariana...»; e ainda esta, em *A cidade e as serras*, capítulo III, «...subíamos, ao trote nobre das suas éguas...»; e os "detalhes" em vez de "pormenores"; "costume", em lugar de "fato"; "grande ar", substituindo "ar livre"; "saltar" — do francês *sauter* — por "explodir"; "adresse" por "endereço" ou "direcção"; muitos outros galicismos ainda — são, em matéria de linguagem, verdadeiros crimes de mão cortada. Vamos!... Pelo que toca aos atentados de que a língua portuguesa tem sido e está sendo vítima, a responsabilidade de Eça de Queirós é tremenda!» (pp. 258-260).

Do ponto de vista da estrita pureza da linguagem (não falo da enormidade de se afirmar que «Eça de Queirós conhecia pouco e mal a nossa língua»), várias das palavras e frases que lhe têm sido incriminadas poderiam, sem dúvida, ser substituídas por outras porventura mais vernáculas; mas há algumas em relação às quais a acusação é discutível ou mesmo infundada. E não faço mais comentários ao trecho reproduzido (que, aliás, não exprime apenas uma opinião pessoal, antes é ou foi expoente de um determinado sector da opinião pública), porque já noutra lugar (*O realismo de Eça de Queirós e a sua expressão artística*, 2.^a ed., 1942) expus o que penso acerca da renovação operada por Eça na linguagem e no estilo portugueses. E pelo que respeita ao problema do aportuguesamento de estrangeirismos, tomei posição no opúsculo *Defesa e ilustração da língua* (Coimbra, 1944), p. 21.

Quanto a Fialho de Almeida, limitar-me-ei a chamar a atenção para o prefácio de Álvaro J. da Costa Pimpão no

vol. VI de *Os gatos* (Lisboa, 1953). Aí se refere o professor coimbrão à influência francesa no autor do *País das uvas*, influência de que Fialho (como aliás, Eça de Queirós, no conhecido artigo "Francesismo" incluído nas *Últimas páginas*) se penitencia, lembrando, todavia, que, no seu tempo, tudo vinha de França, desde a cozinha à linguagem.

Não resisto à tentação de transcrever do citado prefácio dois trechos:

«Esta confissão de culpa — e sejam quais forem as atenuantes que para esta se invoquem —, põe-nos ao abrigo de escusadas indulgências. Fialho, como estilista, não se define pelo seu vezo *galomaniaco*: mas não há dúvida de que foi um dos grandes inquinadores da linfa nacional, sob pretexto de que esta era demasiado incolor, inodora e insípida para a expressão de imagens e sensações modernistas» (p. 6).

(...) Muitos destes vocábulos ainda hoje se empregam com a sua fisionomia francesa, e ouvem-se na boca dos mais escrupulosos, como *bibelot*, *chaise-longue*, *couvre-pied*, *écran*, *maquette*, *parti pris*, *parvenu*, *rendez-vous*, *soirée*, etc.; para outros, achou-se a pouco e pouco forma equivalente: o *menu* é hoje a *ementa*; o *hangar*, a *recolha*; o *maître-d'hôtel*, o *chefe de mesa*; os *hors-d'oeuvre* são hoje os *acepipes*; o *fauteuil*, a *cadeira de braços* ou a *poltrona*, etc.; outros ficaram, mas aporuguesados: *boné* (*bonnet*), *cachené* (*cache-nez*), *croché* (*crochet*), *consola* (*console*), *corbeilha* (*corbeille*), *orfeão* (*orphéon*), *silhueta* (*silhouette*), *nuança* (*nuance*), *restaurante* (*restaurant*), etc.».

Esta moda do francesismo não existiu nessa época somente em Portugal, mas estendeu-se igualmente ao Brasil, o que levou um escritor, João de Castro Lopes, a escrever aquela poesia bastante conhecida intitulada "Dom Galicismo" (1).

(1) Vem reproduzida em I. XAVIER FERNANDES, *Questões de língua pátria*, 1923, p. 181. Citam-se a seguir apenas a primeira e a última quadra:

Eu sou o D. Galicismo,	Português já se não fala
Que em tudo mete o nariz,	Na terra do Guarani:
E com todo o seu cinismo	Da cozinha até à sala
Transformou isto em Paris.	Só se ouve dizer "oui".

Hoje, devido a factores de ordem diversa, a moda de polvilhar de galicismos, a cada passo, a conversa ou as obras literárias, decresceu bastante em relação ao que era há trinta ou quarenta anos. Basta percorrer a lista final de vocábulos de três das dissertações de licenciatura atrás mencionadas (p. 10) para se ver que um grande número desapareceu por completo do uso actual.

É o caso (apenas em relação ao século XVIII) de: *carnagem* 'mortandade', *carroça* 'coche' (p. ex. dos embaixadores), *cotilhão*, forma aportuguesada de *cotillon*, 'uma variedade de dança', *garção* 'moço', *peruca* 'cabeleira postiça' (1).

A idêntica conclusão chegaríamos se confrontássemos uma obra do último quartel do século passado (p. ex. as *Farpas* de Ramalho Ortigão) ou das primeiras décadas deste, com um romance de autor contemporâneo (2).

Os galicismos no português dos nossos dias são, no entanto, ainda em número avultado, especialmente na linguagem das pessoas cultas, e revestem várias modalidades:

1) Há galicismos que mantêm a sua forma originária, e uma grande parte deles a pronúncia e também a significa-

(1) Exemplos colhidos na tese de licenciatura de Maria José Guerra.

(2) Percorrendo cerca de dois terços das páginas do vol. VI de *As Farpas* (4.^a ed., Lisboa, 1927), depararam-se-me numerosos vocábulos franceses, a maior parte dos quais vem geralmente em itálico, sinal de que estava ainda viva no escritor a consciência de que eram estranhos à nossa língua. Como achega modesta para o estudo desse tipo de estrangeirismos em Ramalho Ortigão (também valia a pena recolher os anglicismos), aqui se fornece uma pequena lista (simplificaram-se as citações, porque não se trata de um estudo propriamente dito sobre o assunto e actualizou-se a ortografia):

basbleu — A tua imaginação doente entregar-te-á submissa, humilhada, ridícula, ao primeiro noticiarista de *soirées* que te apareça, à primeira *basbleu* que te dê um beijo (p. 156).

bonbons — um grande cartucho de cetim cheio de bonecos e de *bonbons* (163).

chic — Ontem no teatro de D. Maria — primeira representação

ção, por exemplo: *atelier* (cfr. *atelier*, em que, além de uma pequena diferença fonética — em português o *a* inicial é

da *Madalena* (...) como presente malicioso de Pinheiro Chagas às curiosidades do *chic*, na Baixa (155).

claque — ...colocando respeitosamente a sua *claque* sobre o coração (215).

cliché — São o *cliché* negativo do mesmo estado mental de que o governo é a estampa (94).

cocotte — apesar de a atriz não ser senão uma *cocotte*, uma artista *aux camélias* (156, 158).

coupé — o seu *coupé* entrou no cortejo das carruagens que desfilam (215).

crayon — desenho ao *crayon* ou à aguarela (163).

demi-monde — celebridade no mundo ou no *demi-monde* (158, 213).

detalhes [não em itálico] da existência (163).

etageres [não em itálico] — Os aposentos estão cheios de etageres de todas as formas (163).

fauteuil — estirando-se no *fauteuil* (211).

foie gras — Faça-lhe servir por dois criados um *sandwich* [gen. masc.] de *foie gras du Périgord* (211).

landeaux — A aristocracia nos seus *landeaux*, com enormes cocheiros gordos (150).

maitre d'hotel — Não se esqueça (...) de tomar também um *maitre d'hotel* (192).

ménagere — O público ri, e tanto na cena como na sala é um pouco apupada esta *ménagere*, que se declara abertamente incompatível, dentro do mesmo recinto e debaixo dos mesmos tectos, com uma atriz *cocotte* (158).

nuance — Os [escritores] domesticados representam o elemento inofensivo e ameno das letras a que chamaremos simplesmente *burguesas* para as distinguirmos por uma *nuance* das letras consagradas, a que chamamos já *oficiais* (p. 95).

parvenu — O número dos *parvenus* enobrecidos com diplomas de acesso na corte é de tal modo extraordinário, que nos dias de baile na Ajuda não há aonde meter os convidados (70). Nas salas de honra, estofos de damasco e móveis do Primeiro Império, no estilo chato, *parvenu*, pretensioso, mas rico, do século de Bonaparte, esse Luís XVI de caserna (161).

plateau — Contemplar a mesa de um aspecto tropical pela natureza das frutas e pela forma das flores trasvasadas do *plateau* (168).

pose — A honesta sinceridade destes escritores, geralmente con-

fechado — existe uma limitação de sentido: nesta língua só se usa a palavra em relação a modistas e artistas, ao passo que em francês se aplica a todos os “métiers”, p. ex. o de “menuisier”), *chauffage* (escrito como em francês e que designa o “aquecimento central”, expressão esta que está a substi-

fundida com um cinismo de *pose*, com um charlatanismo de originalidade (94).

prié — O sr. Marquês de Valada mandou correr este mês os resposteiros brasonados dos seus salões para inaugurar as soirées [não em itálico] elegantes do presente inverno com um jantar *prié* (167).

robe de chambre — [Ela] chorou todo o dia, rasgou cartas de velino cor de pérola, perfumadas a *opoponax* como as rendas da sua *robe de chambre* (24).

soirées — [Aparece com frequência e umas vezes vem em itálico, outras não. Ver acima: *basbleu* e *prié*].

tête-à-tête — Os que não podem ser convidados para um baile convidam-se mais amigavelmente ainda, para as pequenas visitas matinais, para o *tête-à-tête* (210).

toilette — [A palavra aparece com frequência, e com vários sentidos, referindo-se principalmente a senhores da sociedade, mas também ocorre aplicada a homens] — É preciso que concorram também as senhoras, com a *toilette*, com a pele fina, com os perfumes (167). Que nem em arte nem em *toilette* João Fernandes se regule jamais pelas suas ideias (192).

tournure — Meus senhores (...), que alguns de vós pelo menos se sacrifiquem às conveniências da arte, às prescrições do belo, e salvem sequer as aparências — vestindo-se de mulheres (...) Vinde de cuia e, sobretudo — não o esqueçais — trazei *tournure*... Que vos custa trazer *tournure*? Uma coisa tão fácil que se traz como as patronas! (171).

valet de chambre — Mas com uma *toilette* perfeitamente irrepreensível, renovada três vezes por dia, para passeio, para visitas, para *soirée*, com um quarto no *Grand Hotel*, um salão e um *dressing-room*, com um *valet de chambre* e um *coupé de maître* (212).

vareuse — E no dia seguinte não esteja em casa para mais ninguém, e receba-o no seu quarto, em chinelas e de *vareuse* de flanela, como um íntimo (211).

vitrine — Nas mesmas jóias verdadeiras a aglomeração produz um efeito mercantil de *vitrine* (204).

tuir cada vez mais o termo francês), *élite* (que os puristas querem que se substitua por “escol”) e *creche* (que em português significa unicamente a instituição onde as mães deixam os filhos enquanto vão para os seus empregos, ao passo que em francês mantém ainda um fundo religioso).

Por vezes, há uma ligeira modificação na grafia, por exemplo: *boné* (fr. *bonet*) e *chalé* (*chalet*) e *croché* (fr. *crochet*) — vocábulos terminados em português em *é*, mas em francês em *t*; ou na pronúncia, por exemplo: *badame* (do fr. *bec d'âne* ou *bédane*, que o *Larousse en deux volumes* define: ‘outil tranchant de charron, de menuisier, de serrurier, pour creuser des mortaises dans le bois ou le fer’), ou ainda os casos de *flanela* (fr. *flanelle*) e *blusa* (fr. *blouse*). Note-se, todavia, que nesta língua tem não só o sentido de ‘blusa’, peça de vestuário feminino, mas também o de ‘bata’. Com este último sentido aparece ainda na obra de Júlio Dinis *Os serões da província* (conto *Os novelos da Tia Filomela*), vol. I. Porto, 1965, p. 145: «Um artista de *blouse* a ler nas horas de descanso à porta da oficina» (em itálico no texto).

Uma segunda categoria é a dos galicismos semânticos, ou sejam as palavras que mantêm a forma e o sentido do francês, não obstante existirem em português, mas com significado diferente, e ser outra a correspondente respectiva. A palavra portuguesa *costumes*, por exemplo, traduz-se em francês por “mœurs”; mas, no relato jornalístico de uma festa, pode ler-se que algumas raparigas se apresentaram com «*costumes regionais*» (fr. *costumes*, isto é, “trajes” em correcto português).

Outro exemplo é o de *jornada*, cujo sentido dicionarizado é o de ‘marcha de um dia, viagem por terra, expedição’; mas é corrente nos jornais noticiar-se a realização, por exemplo, de “jornadas médicas” (correspondente ao fr. “*jour-nées médicales*”), em vez de “dias médicos”.

Uma terceira categoria é a dos decalques vocabulares e fraseológicos. Assim, a expressão francesa «*à vol d'oiseau*» foi já traduzida em português por “a voo de pássaro”, quando a expressão vernácula seria “de relance”. Outro

decalque está presente na expressão *guardar o leito* (fr. "garder le lit"), em lugar de "estar de cama" ou "estar doente".

Uma quarta categoria é a do galicismo sintáctico, como seja o emprego do gerúndio em vez da construção com o pronome relativo, por exemplo: «foi publicada uma tabela *fixando* o preço» (o correcto é: «que fixa o preço» ou «a fixar o preço»). Há escritores e críticos que condenam os galicismos sintácticos, mas aceitam os lexicais.

Finalmente, o galicismo funciona por vezes como forma de eufemismo. É o caso de dizer de alguém que é *gauche* (palavra hoje quase desaparecida do uso), que tem o sentido de 'desajeitado', 'inábil', sobretudo em sociedade, ou que lhe falta *souplesse*, isto é, maleabilidade de espírito e, por vezes mesmo, inteligência, ou que é um *blasé*, 'um enfatuado e desdenhoso'.

*

Os exemplos apresentados julgo serem suficientes para mostrar o grande interesse do estudo dos estrangeirismos (em especial dos francesismos) em português. Só lamento que as minhas ocupações demasiado absorventes de professor me não tenham deixado tempo suficiente para aprofundar o assunto, procurando surpreender as camadas antigas e modernas dos vocábulos e seguir as suas ondas de irradiação, como fez Rosenqvist no seu trabalho *Über Wanderungen romanischer Fremdwörter im Deutschen*.

Por vezes nós supomos que um termo é moderno, quando na verdade é bastante antigo. *Flanela* e *musselina*, por exemplo, aparecem já em francês e italiano antigos, e é muito provável que não tenham entrado em português só na época moderna; mas, para o sabermos com certeza, seria necessário pesquisar em muitos textos.

Outro aspecto interessante e que valia a pena ser explorado (por outros investigadores, já que eu não disponho de tempo para o fazer), é o de saber quando e em que região se começaram a empregar os termos portugueses ao

lado ou em substituição dos franceses. Assim, enquanto em Lisboa e no centro do país, se empregava até há pouco tempo a expressão *coton perlé*, no Porto já há muito se dizia *algodão perlé*; e esta última palavra começa a aparecer traduzida por *mercerizado* (isto é, 'com brilho'), que deve ser outro galicismo, embora o termo provenha do nome do inventor inglês, John Mercer (fim do séc. XIX). Outro exemplo é o de se chamar em Lisboa *piqué* (termo francês) àquilo a que no Porto se dá o nome de *fustão*. (*Piqué*, definem os dicionários franceses ⁽¹⁾, é um 'étoffe de coton, formé de deux tissus appliqués l'un sur l'autre et unis par des points dont les lignes forment des dessins').

Se se recolhessem muitos exemplos análogos, poder-se-ia chegar à conclusão de que no Porto há uma tendência, que parece antiga, para aportuguesar ou substituir mais cedo os termos estrangeiros, ao passo que em Lisboa existiria um certo gosto snobe pelo emprego e conservação do vocábulo proveniente de outros países? Deixo a resposta em suspenso.

Por vezes, é possível determinar, já não apenas o país ou a região de onde um determinado termo irradiou para outros países, mas o próprio meio—comercial, técnico ou literário—onde o vocábulo nasceu. A este respeito é sobremodo elucidativo o artigo já citado de Vidos, *Les problèmes de l'emprunt...*, onde o autor mostra que certos termos neerlandeses não vieram para o português directamente da Flandres ou da Holanda, antes nasceram num meio bilingue holando-português de Lisboa no último quartel do século XVI.

Termino estas considerações sobre o problema da importação e o estudo dos estrangeirismos recordando que, mais talvez no léxico do que em qualquer outro domínio, é verdadeira a conhecida frase de Humboldt: «a língua não é uma obra feita (ergon), mas uma actividade constante

(¹) P. ex. o *Larousse universel en deux volumes*, 1922.

(enérgeia)». As modas, as invenções, as guerras, os acontecimentos políticos, sociais (p. ex. festas e romarias, casamentos entre pessoas de regiões diferentes), económicos (p. ex. mercados internos, permutas comerciais), literários e religiosos, vêm renovar constantemente o vocabulário. Estudar essa renovação e as suas causas, e surpreender as viagens das palavras, constitui, sem dúvida, uma das mais sedutoras tarefas da linguística.

NOTA FINAL

Por estar já fora do tema deste artigo e para não o alongar demasiado, deixei de lado o aspecto prático do assunto: o aportuguesamento de estrangeirismos, que interessa mais ao ensino do português do que propriamente a uma cadeira de Linguística Portuguesa, embora também nesta se devam dar orientações gerais e versar o problema, tão actual e com tão grande alcance teórico, da tradução.

Em relação aos estrangeirismos, duas atitudes extremas se podem tomar: ou a do purismo estreito, propondo equivalências portuguesas muito discutíveis (como sucede na obra, aliás meritória sob alguns aspectos, de Cândido de Figueiredo, *Estrangeirismos*, 2 vols., 1902 e 1912 — há edições mais recentes — e nos artigos de Ricardo Jorge publicados no *Diário de Notícias* de 25 e 28 de Abril de 1936) ou a da tolerância extrema. O que penso a esse respeito já o expus no livrinho *Defesa e ilustração da língua*, 1944, pp. 21-23 e, de passagem, na *Introdução ao estudo da Filologia portuguesa*, 1946, pp. 27 e 38, onde já citava, entre outras, as obras de Silva Bastos e Cândido de Figueiredo. Julgando prestar com isso algum serviço aos professores de português, adiante se indica bibliografia mais actualizada sobre o assunto.

Resumidamente, direi que a tarefa (nem sempre fácil) dos que têm por missão defender a vernaculidade do idioma, consiste em saber conciliar os três aspectos seguintes: proscrever os termos estrangeiros que são realmente desnecessários (o que requer grande delicadeza de critério) ou mal formados; aceitar os que são úteis ou indispensáveis, por

corresponderem a factos ou invenções modernas; adaptá-los ao génio da língua.

Sobre o aportuguesamento de termos técnicos estrangeiros, vejam-se as notas bibliográficas que, acerca da actividade do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, da Repartição de Normalização e do "Comité des Termes Techniques Français", escrevi na *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, 1962-1963, pp. 318 e 700, e XIII, 1964-1965, secção de Recensões críticas, p. 409.

Pelo que respeita à difícil arte de traduzir, vejam-se as breves considerações que fiz em dois trabalhos: *Unidade e variedade da língua portuguesa* (sep. da *Revista da Faculdade de Letras* de Lisboa, tomo XX, 1954, p. 26) e *Algumas tendências e perspectivas da linguística moderna* (separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XIII, pp. 26-28).

BIBLIOGRAFIA

N. B. Na bibliografia a seguir indicada estabeleceram-se três alíneas: a das obras de consulta, a das que foram citadas no decorrer da exposição apenas por causa de um pormenor (facto ou palavra a que se faz referência) e aquela que respeita ao aportuguesamento dos vocábulos estrangeiros.

A extensão desta bibliografia explica-se, em primeiro lugar, porque desejo pôr desde já à disposição de licenciandos indicações que lhes serão muito úteis na elaboração de uma tese de licenciatura ou de um artigo relacionado com esta matéria; em segundo lugar, porque o assunto interessa não só para a preparação da cadeira de Linguística, mas também para o ensino futuro do português.

Sobre os estrangeirismos, em especial os francesismos noutras línguas (no espanhol, italiano, inglês e alemão), a bibliografia é muito vasta; mencionaram-se apenas aquelas obras que se julgou terem mais interesse para o português ou que apresentam sugestões de carácter metodológico.

As obras de consulta que particularmente recomendo vão, como de costume, precedidas de um asterisco; entre elas avultam as do Prof. Vidos.

a) *Obras e artigos de consulta:*

1. ALI, M. Said — *Meios de expressão e alterações semânticas*. Rio de Janeiro, 1930, pp. 119-153: «Aquisições novas. Estrangeirismos».
2. ALMEIDA, Maria Helena Mesquita de — *Castelhanismos na literatura portuguesa do século XVII*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1964.

3. AMARAL, Vasco Botelho de — Ver adiante, n.º 63.
4. BARTH, Albert — *Beiträge zur französischen Lexikographie*. In: *Festschrift für Ernst Tappolet*. Basel, 1935, pp. 16-23. (Pequena lista de neologismos em francês — só da letra A — que não constavam da edição do *Larousse* daquela data).
- * 5. BEZZOLA, Reto R. — *Abbozzo di una storia dei gallicismi italiani nei primi secoli (750-1300)*. Heidelberg, 1925.
6. BOLÉO, M. Paiva — *Defesa e ilustração da língua*. Coimbra, 1944, pp. 2-8 e 21-35.
7. BOLÉO, M. Paiva — *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. Lisboa, 1946, cap. III, pp. 19-27, 37-38 e 107.
8. BOLÉO, M. Paiva — Nota bibliográfica ao artigo de Vidos, *Recherches...* (citado no n.º 41), publicada na *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, pp. 363-364.
9. BOLÉO, M. Paiva — *O problema da importação de palavras e o estudo dos estrangeirismos (em especial dos francesismos) em português*. Conferência reproduzida nas folhas policopiadas dos "Textos de Consulta" das Lições de Linguística Portuguesa, I Parte, pp. 283-317. (Ver p. 5 nota, deste trabalho).
10. BORGES, Nair Odete da Câmara — *Influência anglo-americana no falar da ilha de S. Miguel (Açores)*. Suplemento II da "Revista Portuguesa de Filologia". Coimbra, 1960.
- * 11. CAMARA Jr., J. Mattoso — *Princípios de linguística geral*, 4.ª edição, «revista e aumentada». Rio de Janeiro, 1964, pp. 253-288: «Empréstimo e sua amplitude»; «Aspectos linguísticos e sociais do empréstimo».
12. CARVALHEIRA, Maria José Osório dos Santos — *Francesismos na terminologia da culinária portuguesa*. Tese de licenciatura (inédita). Coimbra, 1953.

13. CARVALHO, José G. Herculano de — *O vocabulário exótico da "Histoire des Indes" (1553)*. Separ. de *Biblos*, vol. XXVII. Coimbra, 1952.
14. COELHO, Jacinto do Prado — *Garrett prosador*. Separ. da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XXI, n.º 1, 1955. (Emprego de neologismos e de estrangeirismos, em especial de anglicismos e galicismos).
15. COELHO, Jacinto do Prado — *French influence on Portuguese literature in the 18th and 19th centuries*. In: *Proceedings of the IIIrd Congress of the International Comparative Literature Association*. Utrecht, 1961.
16. CRESSOT, Marcel — *La phrase et le vocabulaire de J.-K. Huysmans. Contribution à l'histoire de la langue française pendant le dernier quart du XIX^e siècle*. Paris, 1938, p. 158:

«M. Ivan Pauli ("Contribution à l'étude du vocabulaire d'Alphonse Daudet") utilise un critérium d'une rigueur excessive: il ne retient que les termes *unanimentement omis* par l'Académie, par Littré et par Hatzfeld-Darmesteter-Thomas. C'est là une conception trop étroite du néologisme. Nous considérerons comme tel tout mot et tout sens qui, n'étant ni anciens ni spéciaux, n'ont rencontré l'accueil unanime des dictionnaires pris comme étalons.

Notre critérium sera établi d'après le Dictionnaire National de Bescherelle (édition de 1863) et le Dictionnaire de Littré, publié de 1863 à 1873, complété par un supplément (1877), dictionnaires libéraux, dont l'autorité et le goût linguistique sont reconnus, et qui présentent l'inestimable avantage d'être à peu près contemporains de l'oeuvre étudiée; leurs auteurs ont perçu les besoins de l'époque, ils ont été témoins des efforts souvent hésitants des littérateurs pour y satisfaire. Huysmans a personnellement utilisé ces dictionnaires.»

- * 17. DALGADO, Sebastião Rodolfo — *Contribuições para a lexicologia luso-oriental*. Separ. do *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. IX, 1916, pp. 696-882.
- * 18. DALGADO, Sebastião Rodolfo — *Glossário luso-asiático*, 2 vols., Coimbra, 1919 e 1921.

- * 19. DEROY, Louis — *L'emprunt linguistique*. Bibliothèque de la Faculté de Philosophie et Lettres de l'Université de Liège. Paris, 1956. (Nas pp. 348-425 insere extensa bibliografia sobre a importação de palavras nas mais diversas línguas).
20. GONÇALVES, Carlos Lélis da Câmara — *Influência inglesa na Ilha da Madeira*. Dissertação de licenciatura (inérita). Coimbra, 1956.
21. GUERRA, Maria José Flor — *Galicismos no português do século XVIII*. Tese de licenciatura (inérita). Coimbra, 1957.
- 21 a. HÖFLER, Manfred — *Zur Frage des Genus der aus Ortsnamen entstandenen Appellativa im Französischen*. Separ. de *Zeitschrift für romanische Philologie*, vol. 80, fasc. 5-6, 1964, pp. 433-454.

Neste artigo, de que só tive conhecimento ao rever provas tipográficas, M. H. discorda da explicação de Vidos no que toca ao esp. *frisa*. Afirma que a primeira abonação do fr. *frise* é de 1394, e não de 1294, como se tem repetido por lapso, e diz que a expressão *toile de frise* é bastante tardia (séc. 18). Além disso, em fr. antigo e médio, *frise* não significava 'tecido de linho'. Com o sentido de 'sorte de toile', *frise* só aparece em Richelet (1680). E conclui: «Como explicação mais verosímil fica a etimologia de Corominas que, ao contrário de Vidos, declara autóctone o esp. *frisa*, que está documentado já na primeira metade do século XIII.» Em documentos portugueses, em latim, aparece também neste século (1253), como se viu acima, p. 20.

22. LEÃO, Ângela Vaz — *História de palavras*. Belo Horizonte, 1961, pp. 45-52: «Em favor de um neologismo»:

«Buscamos também a opinião de Maximino Maciel, (*Gramática descritiva*, 8.^a ed., Rio, 1922, pp. 261-266), que sempre nos surpreende com a sua originalidade. Lá estava, naquele capítulo, o mesmo amor da subtileza e da minúcia. Classifica os neologismos, quanto ao processo de formação, em intrínsecos (*pára-choque*) e extrínsecos (*esnobismo*); quanto à origem, em populares (*otário*), literários (*uxoricídio*) e técnicos (*pneumotórax*). E a classificação não pára aí. Cremos desnecessário repeti-la.

O que vale a pena reproduzir são as poucas linhas de Aires da Mata Machado Filho, que, não condenando sistemáticamente o neologismo, nos dá exemplo de exacta visão do problema: «De dois requisitos depende a sua aceitação: a necessidade e a submissão ao génio da língua, através dos processos gerais de formação das palavras» (*Português e literatura*, 2.^a ed., Belo Horizonte, 1955, p. 153).

Outra não era a opinião de Mário Barreto: «Sem o neologismo as línguas ficariam estacionárias; não teriam saído nunca da infância; não teriam nome grande número de objectos novos, e seria impossível a manifestação de muitas ideias por meio da palavra. Nem sempre, pois, é vício de linguagem o neologismo; pelo contrário, frequentemente é uma necessidade das línguas. Mas para uma palavra ou uma locução de formação recente serem aceitáveis, hão-de preencher as condições seguintes: hão-de satisfazer uma necessidade da língua, designando objectos, expressando ideias ou matizes duma ideia que careçam de palavra apropriada para serem significados; hão-de observar-se na sua formação as leis morfológicas relativas à estrutura das palavras simples e primitivas e à construção das derivadas, compostas e justapostas; finalmente, hão-de estar autorizadas pelo uso de bons escritores.» (*Através do dicionário e da gramática*, Rio, 1954, p. 91).»

- * 23. LOPES, David — *A expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Barcelos, 1936.
- * 24. MACKENZIE, Frazer — *Les relations de l'Angleterre et de la France d'après le vocabulaire*. Vol. I: *Les infiltrations de la langue et de l'esprit anglais. Anglicismes français*. Paris, 1939; vol. II: *Les infiltrations de la langue et de l'esprit français en Angleterre. Gallicismes anglais*. Paris, 1939.
- * 25. MENARINI, Alberto — *Profili di vita italiana nelle parole nuove*. Firenze, 1951. (Ver o artigo-crítica de R. M. Ruggieri na *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. V, 1952, pp. 245-262 e a recensão de H. Kröll no *Boletim de Filologia*, vol. XIII, 1952, pp. 173-177).
- 26. MIGLIORINI, Bruno — *Latin and Greek as a resource for the vocabularies of modern languages*. In: *Annual Bulletin of the Modern Humanities Research*

- Association*, n.º 28, Novembro de 1956, pp. 16-26. (As línguas clássicas são ainda hoje, não «peças de mármore ornamental, mas blocos estruturais insubstituíveis» na formação do vocabulário moderno).
- * 27. MIGLIORINI, Bruno — *Parole nuove. Appendice di dodicimila voci al "Dizionario moderno" di Alfredo Panzini*. Milano, 1963.
28. NEMÉSIO, Vitorino — *Relações francesas do Romantismo português*. Coimbra, 1936.
29. PEREIRA, Sara Sarmiento — *Subsídios para o estudo da linguagem dos jornais portugueses da actualidade*. Dissertação de licenciatura (inérita). Coimbra, 1949. (O título mais exacto seria: "A língua portuguesa moderna vista através dos jornais". Ocupa-se de neologismos, estrangeirismos, regionalismos, etc.).
30. PIMPÃO, A. J. da Costa — Prefácio à obra de FILHO DE ALMEIDA, *Os gatos*, vol. VI. Lisboa, 1953, especialmente pp. 5-19: «A linguagem e o estilo de *Os gatos*. I. A influência francesa».
31. RAMALHO, Maria Amélia da Costa — *Os elementos franceses no vocabulário português: A costura*. Dissertação de licenciatura (inérita). Coimbra, 1951.
32. SALVERDA DE GRAVE, J. J. — *Quelques observations sur les mots d'emprunt*. In: *Mélanges Chabaneau*. Erlangen, 1907.
33. SALVERDA DE GRAVE, J. J. — *L'influence de la langue française en Hollande d'après les mots empruntés*. Paris, 1913.
- * 34. SERGEANTSON, Mary S. — *A history of foreign words in English*. 1935. (Insere um capítulo sobre as palavras inglesas de origem portuguesa).
35. VALKHOFF, Marius — *Échanges néerlandais-romans en France et dans la Péninsule Ibérique*. Separ. da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XVI, 1955.
- * 36. VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de — *Sources du lexique portugais: Les éléments français*. In: *Bul-*

- letin des Études Portugaises* (Lisboa), tomo II, n.º 3, 1932, pp. 137-153.
- * 37. VIDOS, B. E. — *Storia delle parole marinaresche italiane passate in francese*. Firenze, 1939, pp. 8 e segs.: «Considerazioni metodologiche» e, sobretudo, a «Introdução».
38. VIDOS, B. E. — *Mots créés, mots empruntés et curiosités lexicologiques*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IV, 1951.
- * 39. VIDOS, B. E. — *Les problèmes de l'emprunt et les relations qui ont existé entre la Péninsule Ibérique et les Pays-Bas (Flandre et Hollande)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IV, 1954 (1).
40. VIDOS, B. E. — *Perfil histórico-linguístico dell'influsso del lessico náutico italiano su quello francês*. In: *Revue de Linguistique Romane*, vol. IX, 1933, pp. 329-335.
41. VIDOS, B. E. — *Recherches sur l'histoire et les origines du lexique roman*. Separ. de *Neophilologus*, ano 82, fasc. 4, 1948. (Ver a nota bibliográfica de Paiva Boléo publicada na *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, p. 363).
42. VIDOS B. E. — *La forza di espansione della lingua italiana*. Nijmegen-Utrecht, 1932.

b) *Outras obras citadas no decorrer da exposição*

N. B. Dá-se a indicação bibliográfica respectiva, porque a maior parte das obras são de útil conhecimento para os estudantes, e representam, por conseguinte, um complemento de informação, de que poderão beneficiar desde já e, sobretudo,

(1) Os artigos indicados nos n.ºs 38, 39, 40, 41 e 42 foram reunidos, com aditamentos, na obra recente do Autor: *Prestito, espansione e migrazione dei termini tecnici nelle lingue romanze e non romanze. Problemi, metodo e risultati*, Firenze (Olschki), 1965.

mais tarde, ao prepararem a tese de licenciatura ou quando se encontrarem já na vida prática.

43. BARROS, Henrique da Gama — *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.^a edição dirigida por Torquato de Sousa Soares, 11 tomos. Lisboa, 1945-1954.
44. BLOCH, Oscar e WARTBURG, W. von — *Dictionnaire étymologique de la langue française*, 4.^a edição. Paris, 1964.
45. COROMINAS, J. — *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid, 4 vols., 1954.
46. DALGADO, Sebastião Rodolfo — *Influência do vocabulário português em línguas asiáticas*, 1913.
47. MACHADO, José Pedro — *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa, 1952 e segs.
48. MENDES, Noémia Simas — *Palavras concretas de um inventário do século XIV*. Dissertação de licenciatura (inérita). Coimbra, 1961, p. 31: primeiras abonações de “gamela” e “gameleta” no inventário dos bens da Ordem militar de Avis de 1366.
49. MENDONÇA, Henrique Lopes de — *Estudos sobre navios portugueses nos séculos XV e XVI*. Lisboa, 1892.
50. MEYER-LÜBKE, W. — *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*, 3.^a edição. Heidelberg, 1935.
51. ÖHMANN, Emil — *Studien über die französischen Worte im Deutschen im 12. und 13. Jahrhundert*. Helsingfors, 1918.
52. ÖHMANN, Emil — *Über den italienischen Einfluss auf die deutsche Sprache bis zum Ausgang des Mittelalters*. Helsinki, 1942.
53. PAXECO, Elza — *Galicismos arcaicos*. Lisboa, 1949.
54. PICO, Maria Alexandra Tavares Carbonell — *A terminologia naval portuguesa anterior a 1460*. Suplemento do “Boletim da Sociedade de Língua Portuguesa”. Lisboa, 1963.
55. ROSENQVIST, Arvid — *Der französische Einfluss auf*

- die mittelhochdeutsche Sprache in der 2. Hälfte des 14. Jahrhunderts.* In: *Mémoires de la Société Néophilologique de Helsinki*, vol. XIV. Helsinki, 1943.
56. ROSENQVIST, Arvid — *Über Wanderungen romanischer Fremdwörter im Deutschen.* In: *Annales Academiae Scientiarum Fennicae: Mélanges Långfors*, 1942, pp. 251-466.
57. SARAIVA, Cardeal (D. Francisco de S. Luís) — *Glossário das palavras e frases da língua francesa, que por descuido, ignorância ou necessidade se têm introduzido na locução portuguesa moderna, com o juízo crítico das que são adoptáveis nela.* Separ. de *História e Memórias da Academia Real das Ciências*, tomo IV, parte II, 1816; 3.^a edição. 1846. O estudo foi depois incluído nas *Obras completas*, tomo VIII, Lisboa, 1878 (onde se emendaram alguns lapsos tipográficos, pelo que deve ser preferida esta edição).
58. SCHMIDT, F. — *Die spanischen Elemente im französischen Wortschatz.* "Beiheft" 34 da "Zeitschrift für romanische Philologie", 1914.
59. TERLINGEN, J. H. — *Los italianismos en español desde la formación del idioma hasta principios del siglo XVII.* Amsterdam, 1943.
60. WARTBURG, W. von — *Französisches Etymologisches Wörterbuch.* Eine Darstellung des galloromanischen Sprachschatzes. — Volumes publicados ou em publicação até Outubro de 1965:
 Completos: vols. I, II (1 e 2), III, IV, V, VII, VIII, IX, X, XI, XIV, XVI (parte I).
 Em publicação: vol. VI (até *mulsorium*), XII (até *supplicare*), XIII, 1.^a parte, de *T-tenaculum*, 2.^a parte, de *to-torta*, XVII (até *wafla*), XXI: *Materialien unbekanntem oder unsicheren Ursprungs.* A. L'Univers. — A obra existe na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
61. ZANGGER, Kurt — *Contribution à la terminologie des tissus en ancien français attestés dans les textes*

français, provençaux, italiens, espagnols, allemands et latins. Bienne, 1945.

c) *Os estrangeirismos e seu aportuguesamento:*

62. ALMEIDA, Vieira de — *Aspectos de filosofia da linguagem*, Coimbra, 1959. (Necessidade dos estrangeirismos).
63. AMARAL, Vasco Botelho de — *Novo dicionário de dificuldades da língua portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa, 1944. Desde 1959 publica-se uma nova edição com o título de *Grande dicionário de dificuldades e subtilidades do idioma pátrio*.

O A., que condena muitos estrangeirismos, afirma, no entanto: «Amiúde tenho combatido públicamente os exageros dos vernaculistas». Cfr. *Revista de Portugal* (série de Língua Portuguesa), n.º 6, 1943, p. 8.

64. BASTOS, Silva — *Estrangeirismos, erros e vícios da linguagem*. Lisboa, 1933. (Ver a crítica de Rodrigo de Sá Nogueira em *A Língua Portuguesa* (Lisboa), vol. III, 1933, pp. 362-365).
65. BOLÉO, Manuel de Paiva — Ver n.º 6.
66. BOLÉO, Manuel de Paiva — Ver n.º 7.
67. CHAVES, Luís — *Apontamentos e notas de um português*. In: *Revista de Portugal* (série de Língua Portuguesa), vol. IV, n.º 18, Março de 1944, pp. 201-203.

(Observações a propósito de *bar, dancing, chalé e creche*. Esta última palavra, não obstante a preocupação que tem havido de a substituir por “ninho”, “berço”, “colmeia” ou “colmeal” e “jardim”, não «está vencida», ao contrário do que afirma o autor, pois o povo ainda a emprega bastante).

68. FIGUEIREDO, Cândido de — *Estrangeirismos*, 2 vols., Lisboa, 1902 e 1912; vol. I, 5.^a ed., 1938; vol. II, 3.^a ed., 1928.

O critério no aportuguesamento dos vocábulos estrangeiros é muitas vezes estreito ou discutível. Assim, das quatro palavras que propõe para substituir *abat-jour* (vol. I, p. 11)

— *sombreira, quebra-luz, pantalha e bandeira* — só o segundo pode servir, pois os restantes já estão affectos a outros sentidos. Isto não significa que não haja substituições aceitáveis ou mesmo felizes. Mas o que sobretudo importa pôr em relevo é a louvável e meritória tarefa do autor em defender a vernaculidade.

69. JORGE, Ricardo — *As desordens mentais da linguagem*. In: *Diário de Notícias*, de 25 e 28 de Abril de 1936.

Algumas substituições são felizes, mas o critério adoptado é demasiado estreito e até por vezes antilinguístico.

70. FEIJÓ, Luís César Saraiva — *Aspectos da gíria no futebol*. In: *Miscelânea filológica em honra à memória do Professor Clóvis Monteiro*. Rio de Janeiro, 1965, pp. 141-149. — Substituição, neste jogo, dos termos estrangeiros por nacionais.

71. LAPA, M. Rodrigues — *Estilística da língua portuguesa*, 3.^a ed., revista e aumentada. Rio de Janeiro, 1959, pp. 39-46: O estrangeirismo; os galicismos.

O autor conclui: «O estrangeirismo é um fenómeno natural, que revela a existência duma certa mentalidade comum. (...) O ponto está em não permitir abusos e limitar essa importação linguística ao razoável e necessário. Contido nestes limites, o estrangeirismo tem vantagens: aumenta o poder expressivo das línguas, esbate a diferença dos idiomas, tornando-os mais compreensivos, e facilita, por isso mesmo, a comunicação das ideias gerais.»

72. LEÃO, Duarte Nunes de — *Origem da língua portuguesa*, ed. de 1789, caps. XI, XII e XIII (vocábulos tomados dos franceses, ingleses e alemães).

73. MACHADO, José Pedro — *Para a história do combate ao estrangeirismo em Portugal*. In: *Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa*, ano V, n.º 5, Maio de 1954, pp. 197-203. Com ligeiras modificações de linguagem, o artigo voltou a ser publicado no ano VII, n.º 6, Junho de 1956, pp. 268-274.

«Não significa isto, evidentemente — escreve o A. —, apologia da substituição de elementos vernáculos por estranhos, mas apenas dizer, e provar, que nada tem de antipatriótico, nem

de menos científico, *importar* vocábulos indicadores de novas ideias, que também foram importadas, indispensáveis para manter o povo importador no convívio da civilização dos restantes países.»

74. MORENO, Augusto — *Estrangeirismos*. In: *Revista de Portugal* (série de Língua Portuguesa), vol. II, n.º 6, pp. 25-28. (Galicismos lexicais).
75. NOGUEIRA, Rodrigo de Sá — *Notas de divulgação. Salvemos a nossa língua*. In: *A Língua Portuguesa*, vol. V, 1936, pp. 49-62. (Propostas de nacionalização de termos estrangeiros).
76. PERFEITO, Abílio Alves — *Breves notas sobre defesa e ensino da nossa língua*. Separ. de *Labor*, n.º 201, 1961.

Na p. 21 escreve: «O estudioso da língua, dentro dos tópicos da moderna linguística, precisa de indicar ou reconhecer os termos estrangeiros, condená-los oportunamente, mas aceitá-los, quando venham enriquecer o nosso património linguístico: não se deverá permitir o abuso, mas limitar a importação ao razoável e necessário.»

77. SARAIVA, Cardeal — Já citado sob o n.º 57.
- * 78. SEQUEIRA, F. J. Martins — *Rol de estrangeirismos e respectivas correspondências em português de lei*. Lisboa, 1952.

ÍNDICE DE AUTORES CITADOS, DE MATÉRIAS E DE VOCÁBULOS

- abat-jour*, 52
acepipes, 32
alcova, 16 e n. 2
algodão perlé, 38
 ALI, Said, 10, 43
allons, 14
 ALMEIDA, Fialho de, 30, 31-32
 ALMEIDA, Maria Helena Mesquita de, 10 n. 7, 43
 ALMEIDA, Vieira de, 52
 AMARAL, Vasco Botelho de, 16 n. 1, 44, 52
 anglo-americanismos no português dos Açores, 10 e n. 2
Annual Bulletin of the Modern Humanities Research Association, 47
Archivum Latinitatis Medii Aevi (Bulletin Du Cange), 8 n. 3
arraiz, 20
arrás, 12
atelier, 34
badame, 36
bar, 52
barragam, 20
barragan, 12
barregana, 12
 BARRETO, Mário, 47
 BARROS, Gama, 21, 50
 BARTH, Albert, 44
 BARTSCH, Karl, 22
basbleu, 33 n. 2
 BASTOS, Silva, 41, 52
bédane, 36
 BESCHERELLE, 44
 BEZZOLA, Reto R., 9, 44
bibelot, 32
Biblos, 19 n. 2, 45
bifa, 20
biochene, 28
blasé, 37
 BLOCH, Oscar, 8, 50
blouse 'blusa' e 'bata', 36
blusa, 36
 BOLÉO, Manuel de Paiva, 11, 13 n., 15 n. 2, 19 n. 3, 20 n., 31, 40, 44, 52
Boletim de Filologia, 47
Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa, 10 n. 1, 45
Boletim da Sociedade de Língua Portuguesa, 6 n., 50, 53
bonbons, 33 n. 2
boné, 32, 36
bonnet, 32
 BORGES, Nair Odete da Câmara Borges, 10 n. 2, 44
boudoir, 15 e n. 3
branqueta, 20
brigand, 26
brigante, 26

- brugia fraldada*, 20
Bulletin des Études Portugaises,
 20, 23 notas 2, 3 e 4, 29, 48
burello, 20
 CABRAL, António, 30
cachené, 32
cache-nez, 32
cadeira de braços, 32
 CÂMARA JR., J. Mattoso, 44
 CAMÕES, Luís de, 12 e n. 7
 CAMPOS, Agostinho de, 12 n. 3
caracca, 6, 7
carnagem, 33
carraca, 6 e n.
carroça 'coche', 33
 CARVALHEIRA, Maria José Osório dos Santos, 10 e n. 4, 44
 CARVALHO, José G. C. Herculano de, 19 n. 2, 45
 CASTANHEDA, F. Lopes de, 19
cavalheiro, 15
chaise-longue, 32
chalé, 36, 52
chamalote, 12 e n. 6
chamelot, 12
chartes, 20
chauffage, 35
 CHAVES, Luís, 52
chefe, 26
chefe de mesa, 32
chic, 15, 33 n. 2
choumeque, 17
chumeco, 17
cinzas (ingl. season), 28
claque, 33 n. 2
cliché, 33 n. 2
cocotte, 33 n. 2
 COELHO, Jacinto do Prado, 29, 45
 Comité des Termes Techniques Français, 41
consola, 32
console, 32
corbeille, 32
corbelha, 32
 COROMINAS, J., 6 n., 9, 50
costumes 'trajes', 36
costura (Linguagem da): influência francesa, 10 e n. 3
cotilhão, 33
cotillon, 33
coton perlé, 38
coupé, 27 n., 33 n. 2
couvre-pied, 32
crayon, 33 n. 2
creche, 36, 52
 CRESSOT, Marcel, 45
croché, 32, 36
crochet, 32
culinária (Linguagem da): influência francesa, 10 e n. 4
culture, 15 n. 2
 DALGADO, Rodolfo, 18, 45, 50
dancing, 52
 DARMESTETER, 45
demi-monde, 33 n. 2
 DEROY, Louis, 18, 46
desér, 26
deshabilhado, 26
deshabillé, 26
dessert, 26
detalhes, 33 n. 2
Dialectes (Les) Belgo-Romans, 25 n. 1
Diário de Notícias, 53
 DINIS, Júlio, 36
 DOZY, 6
écran, 32
 EGUÍLAZ Y YANGUAS, 6 n.
 ELFSIO, Filinto, 29, 30
élite, 36
ementa, 32
empréstimo, 9 e n. 1
emprunt, 9 e n. 1
escarlata, 12 e n. 6
escarlata inglesa, 20
escarlata framenga, 20
escarlata, 12

- snobismo*, 45
 espanholismos: ver Língua espanhola (Influência da)
 estrangeirismos (Aportuguesamento de), 40
 estrangeirismos (Estudo dos): variedades, 26-28
 Estudos Gerais Universitários de Moçambique, 5 n.
étagère, 33 n. 2
 eufemismo, 14, 17
face-à-main, 27
 Faculdade de Letras de Estrasburgo, 5 n.
 Faculdade de Letras de Lisboa, 5 n.
fauteuil, 32, 33 n. 2
 FEIJÓ, Luís César Saraiva, 53
 FERNANDES, I. Xavier, 32 n.
 FIGUEIREDO, Cândido de, 41, 52
flanela, 36, 37
foie gras, 33 n. 2
forja, 26
 FOULET, Lucien, 24
framboesa, 18
framboise, 18
 francesismos: ver língua francesa (Influência da)
frisa e frise, 20, 21, 46
friseur, 27
fustão, 38
gaffe, 14
 "galiciparlas", 29
galicismo (Sentidos de), 28-29, 32 n.
 galicismos: ver língua francesa (Influência da)
gamela, 7, 8
gameleta, 8
gamelim, 20
gamella, 8
gamelle, 7, 8
garção 'moço', 33
garder le lit, 37
 GARRETT, Almeida, 15 e n. 3
gauche, 31, 37
gentilhomme, 15 n. 2
gentleman, 15 n. 2
 GIRODON, Jean, 23 e n. 2
 GONÇALVES, Carlos Lélis da Câmara, 10 n. 5, 46
 GOSSEN, Carl Theodor, 25 e notas 1 e 2
grisay, 20
 GROUCHY, Nicolas de, 19
 GROULT, Pierre, 23 e n. 3
 GUERRA, Maria José Flor, 10 n. 6, 18 n. 2, 29, 33 n. 1, 46
hangar, 32
harrâqa, 6
 HATZFELD, 45
 HÖFLER, Manfred, 22 n. 2, 45
hors-d'œuvre, 32
 HUMBOLDT, 38
 importação (O problema da) de palavras: causas, 13-18
 importação e empréstimo, 9 e n. 1
Instituto (O), 5 n.
 Inventário dos bens da Ordem de Avis (1366), 8
jalousie, 26
jaluzia, 26
jeep, 13 e n.
 JORGE, Ricardo, 40, 53
jornada, 36
jornais (Linguagem dos), 46
joursées, 36
 KRÖLL, Heinz, 46
Kultur, 15 n. 2
Labor (rev.), 5
 Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 41
lambreta, 13, 14 n.
lanche, 28
lancheira, 28
landeau, 33 n. 2
 LAPA, M. Rodrigues, 53

- LEÃO, Ângela Vaz, 46
 LEÃO, Duarte Nunes de, 53
 LE GENTIL, Georges, 29
 língua espanhola (Influência da)
 em português, 10 e n. 7
 língua francesa (Influência da):
 — no alemão, 9, 12 n. 2
 — em inglês, 9
 — em italiano, 9
 — em português, 10 e notas
 3, 4 e 6, 18, 28-37
 língua inglesa: influência no por-
 tuguês, 10 e n. 5, 11
 língua italiana (Influência da):
 — no alemão, 19 e n. 4
 — no espanhol, 50
Língua (A) Portuguesa, 52, 54
 língua portuguesa e língua espa-
 nhola: sua influência recíproca,
 11
 língua portuguesa (Influência da)
 em territórios da África e da
 Ásia, 11
 Línguas grega e latina: fonte do
 léxico moderno, 46
 LITTRÉ, 45
 LÖFSTEDT, Bengt, 8 e n. 3
 LOPES, David, 10, 47
 LOPES, João de Castro, 32 e n.
lorgnon, 27 e n.
 Luís (D. Francisco de S.): ver
 SARAIVA (Cardeal)
lunch, 28
 MACHADO, José Pedro, 8, 18
 n. 1, 50, 53
 MACHADO FILHO, Aires da Mata,
 47
 MACIEL, Maximino, 46
 MACKENZIE, Frazer, 9 e n. 2, 47
maitre-d'hôtel, 32, 33 n. 2
maquette, 32
*Mémoires de la Société Néophi-
 lologique de Helsinki*, 9, 12
 n. 2, 51
memoriseren, 14
ménagère, 33 n. 2
 MENARINI, Alberto, 13 n., 15
 n. 1, 47
 MENDES, Noémia Simas, 8, 50
 MENDONÇA, Henrique Lopes de,
 6 e n., 50
menu, 32
mercerie, 38
mercerizado (algodão), 38
 MEYER-LÜBKE, 7, 50
 MIGLIORINI, Bruno, 9 n. 1, 13 n.,
 14 n., 47, 48
 MORAIS E SILVA, 6 n.
 MORENO, Augusto, 54
musselina, 37
naje, 22, 23
nanja, 22-25
 NEMÉSIO, Vitorino, 29, 48
Neophilologus, 8 n. 2, 49
 NOGUEIRA, Rodrigo de Sá, 54
 nomes de mulher de origem
 francesa, 17
nuança, 32
nuance, 32, 33 n. 2
 NYROP, Kristoffer, 24
 ocasião e causa de importação, 13
 ÖHMANN, Emil, 50
okay, 15 e n. 1
orfeão, 32
orphéon, 32
 ORTIGÃO, Ramalho, 32 e n. 2
otário, 45
 PANZINI, Alfredo, 13 n., 46
pára-choque, 45
 PARIS, Gaston, 22 e n. 2
parti pris, 32
parvenu, 32, 33 n. 2
 PAULI, Ivan, 45
 PAXECO, Elza, 50
 PEREIRA, Sara Sarmiento, 48
 PERFEITO, Abílio Alves, 54
 PERLE, Friedrich, 24 e n. 1
peruca, 33

- Picardia e Portugal, 23
 picardismos em Gil Vicente, 23
 e notas 2, 3 e 4
 PICO, Maria Alexandra Tavares
 Carbonell, 6 n., 50
pijama, 14
 PIMPÃO, Alvaro J. da Costa,
 12 n. 7, 31, 32, 48
pionés, pionese, 28
piqué, 38
piquote, 21
plateau, 33 n. 2
pneumotórax, 45
 POLO, Marco, 19
poltrona, 32
pose, 33 n. 2
prié (jantar), 33 n. 2
pruys, 21
punaise, 28
 QUEIRÓS, Eça de, 15 e n. 3,
 30-31
quitar, 11
 RAMALHO, Maria Amélia da
 Costa, 10 n. 3, 30 n., 48
recolha, 32
rendez-vous, 32
 Repartição de Normalização, 41
reprochar, 26
reprocher, 26
restaurant, 32
restaurante, 32
Revista da Faculdade de Letras
 de Lisboa, 42, 45, 48
Revista de Portugal, 52, 54
Revista Portuguesa de Filologia,
 8 n. 2, 10 n. 2, 13 n., 15 n. 2,
 19 notas 2 e 3, 20 n., 21 n. 3,
 41, 44, 47, 49
Revue de Linguistique Romane,
 25 n. 2, 49
 RIBEIRO, Aquilino, 17
robe de chambre, 33 n. 2
 românicas (Palavras) em alemão,
 11, 19 e n. 3
 ROSENQVIST, Arvid, 9 e n. 3, 11,
 12 n. 1, 19, 21, 37, 49
rotina, 27
rotineiro, 27
routine, 27
 RUGGIERI, R. M., 46
 SALVERDA DE GRAVE, 13, 14,
 16, 17, 48
sancto omer, 21
 SARAIVA, Cardeal, 26 e n., 51, 54
sargia, 21
sarja, 11
schamlot, 12
scharlat, 12
 SCHMIDT, F., 51
season, 28
 SEGAR, Elzie Crisler, 13 n.
segobiano, 21
 SEQUEIRA, F. J. Martins, 54
serge, 11
 SERGEANTSON, Mary, 18, 48
silhouette, 32
silhueta, 32
 SILVA, António Dinis da Cruz e,
 29
 SOARES, Torquato de Sousa, 5
 n., 50
soirée, 33 n. 2
souple, 14
souplesse, 37
stamine, 12
stanforte, 21
 TERLINGEN, J. H., 51
tête-à-tête, 33 n. 2
 TEYSSIER, Paul, 23 e n. 4
 THOMAS, A., 45
 TOBLER, A., 22 e n. 3
toilette, 33 n. 2
tornay, 21
tournure, 33, n. 2
triquintane, 21
valencina, 21
valet de chambre, 33 n. 2
 VALKHOFF, Marius, 48

- vareuse*, 33 n. 2
VASCONCELOS, Carolina Michaë-
lis de, 19, 20, 29, 48
VASCONCELOS, J. Leite de, 24 e
n. 2
vespa, 13, 14 n.
VICENTE, Gil: picardismos, 23 e
notas 2, 3 e 4
VIDOS, B. E., 6 e n., 7, 8 e n. 2,
17, 18, 19, 21, 38, 43, 49
VIEIRA, P.^e António, 6 n.
VIEIRA, Fr. Domingos, 18 n. 1
vieux chêne, 28
VITERBO, Fr. Joaquim de Santa
Rosa de, 11 n.
vitrine, 33 n. 2
vol(à)d'oiseau, 36
uiado, 21
ULLOA, Afonso de, 19
uxoricídio, 45
WARTBURG, W. von, 8 e n. 1, 50, 51
WIESE, Leo, 22
WINDISCH, 14
ZANGGER, Kurt, 21 e n. 1, 51
*Zeitschrift für romanische Philo-
logie*, 24, 51

RÉSUMÉ

LE PROBLÈME DE L'EMPRUNT ET L'ÉTUDE DES TERMES ÉTRANGERS (DES GALLICISMES EN PARTICULIER) EN PORTUGAIS

L'étude des emprunts de mots est l'une des plus intéressantes qui soient, non seulement du point de vue linguistique, mais aussi sous l'aspect historique et culturel, et même psychologique. Elle nous donne des renseignements précieux sur les relations et les échanges entre les peuples, relations et échanges qui ne touchent pas seulement au domaine commercial, mais sont aussi d'ordre littéraire, artistique et culturel, au sens le plus large du mot.

Le problème de l'emprunt a été abondamment traité pour plusieurs langues; mais en ce qui concerne le portugais, les chercheurs ne s'y sont guère intéressés jusqu'à présent. C'est pourquoi l'A. a déjà proposé ce sujet à quelques-uns de ses élèves pour leur thèse de licence, et a voulu lui consacrer cet article.

S'appuyant surtout sur des travaux de Salverda de Grave, il traite d'abord, dans des considérations préliminaires, de l'aspect théorique de l'emprunt, c'est-à-dire des raisons pour lesquelles un peuple est amené à prendre des mots et des expressions à d'autres langues.

Il aborde ensuite l'étude des termes étrangers, des gallicismes en particulier, en portugais, et attire en premier lieu l'attention sur l'intérêt tout particulier que présente la loi des tarifs de 1253, où se trouvent indiqués différents noms de tissus: *barragam*, *burello*, *frisa*, *piquote*, *segobiano*, etc., par exemple.

Lorsqu'on s'intéresse aux termes étrangers dans une langue, l'un des premiers points à considérer est leur durée et leur vitalité.

Dans une première catégorie, on peut ranger ceux qui ont vécu un temps et ont complètement disparu de la langue actuelle. C'est le cas de *brigante* (fr. *brigand*).

Une autre comprend ceux qui ont été si bien incorporés dans la langue qu'on a oublié leur origine étrangère, comme *chefe* (lat. *CAPUT*) et *forja* (lat. *FABRICA*).

Vient ensuite la catégorie de ceux qui ont été nationalisés, quant à la forme et à la prononciation, comme *futebol* (angl. *foot-ball*).

Une quatrième catégorie groupe les termes étrangers qui ont en partie changé de sens en passant d'une langue dans l'autre. C'est le cas de *lorgnon* et de *lanche*, qui ont en portugais un sens différent de celui qu'ils avaient dans leurs langues d'origine.

Dans une cinquième catégorie, enfin, se trouvent les termes étrangers qui sont passés dans le langage courant, familier, voire populaire, et qui se sont trouvés déformés, comme *pionés* (fr. *punaise*) ou *cinzas* (angl. *season*).

En portugais, les gallicismes sont sans aucun doute, parmi les termes étrangers, ceux qui jouent le rôle le plus important, ce qui s'explique par la grande influence de la France sur le Portugal depuis le Moyen-Age. Si les mots français sont moins en vogue actuellement que dans le passé, ils n'en sont pas moins très nombreux encore et peuvent être divisés en plusieurs groupes:

Certains gallicismes conservent leur forme originale, et plusieurs d'entre eux jusqu'à leur prononciation, comme *atelier* et *chauffage*. Alors que d'autres s'écrivent d'une façon légèrement différente, comme *boné* (fr. *bonnet*).

Dans un second groupe, on a les gallicismes sémantiques, c'est-à-dire les mots qui ont gardé la forme et le sens qu'ils avaient en français, bien qu'ils existent en portugais avec un sens différent: par exemple *costumes*, au lieu de "trajes".

Un troisième groupe comprend les traductions littérales de mots et d'expressions, comme *guardar o leito* (fr. *garder le lit*) au lieu de "estar de cama".

Dans un quatrième groupe, on trouve les gallicismes syntaxiques: c'est le cas de l'emploi du gérondif au lieu de la construction avec le pronom relatif, par exemple "tabela *fixando* o preço" (au lieu de "que fixa...").

Enfin, il arrive que le gallicisme joue le rôle d'un euphémisme, comme lorsqu'on dit de quelqu'un qu'il est *gauche* ou qu'il manque de *souplesse*.

Dans l'étude des termes étrangers employés dans une langue, il est un point particulièrement intéressant: c'est la recherche des couches anciennes et modernes des mots et de leurs ondes de rayonnement.

Il n'est pas moins passionnant de chercher à savoir dans quelle région du pays on a commencé à employer des termes portugais en même temps que les étrangers ou à leur place, et quelles sont les raisons d'ordre psychologique qui rendent les habitants de cette région plus sensibles que les autres aux termes étrangers, et leur font éprouver le besoin de les nationaliser. C'est ainsi que l'on dit *algo-*

dão perlé à Porto, alors qu'à Lisbonne on emploie encore l'expression *coton perlé*.

Il est parfois possible de déterminer non seulement le pays ou la région d'où un terme donné s'est répandu dans d'autres pays, mais même le milieu — commercial, technique ou littéraire — où le mot est né.

Pour terminer, l'A. affirme que l'étude des voyages de mots est l'une des plus passionnantes de la linguistique, car elle nous permet de voir comment les modes, les inventions, les guerres, les événements politiques, sociaux, économiques, littéraires et religieux, renouvellent sans cesse le vocabulaire.

DU MASQUE DU CHRISTIANISME ET DE SA RAISON D'ÊTRE

Masque, ici, ne suppose pas un déguisement. Le mot travesti prend plutôt ce sens depuis la plus haute antiquité.

Le totem correspondait à un tabou qui prenait le visage non du tabou mais de son attribut.

La chouette était, par exemple, le tabou de Pallas Athéné. Les premiers grains de haricots de la saison rapportaient chaque année la présence d'Orphée à la Trace. L'adoration d'Orphée correspondait à celle du haricot, manduqué en Sainte Communion.

Ces Pâques ne supposaient nulle préfiguration Chrétienne, naturellement. Les juifs ante-mosaïques adoraient le cochon sauvage et ils ne pouvaient en manger qu'une fois l'an ce que Moïse leur interdit. En Chaldée même le culte d'Adonis mort dévoré par les sangliers. Lors des Pâques juives ou des Pâques chaldéennes les fidèles se présentaient à la table sacrée travestis en sanglier. En Syrie et ailleurs tout le monde fêtait le Carnaval. Le peuple, ce jour-là, vêtu de manière fantasque, se rendait en cortège à la prison la plus proche et réclamait le prisonnier le plus mal noté. On l'acclamait roi, on le parait d'un manteau de pourpre, on lui imposait la couronne d'épines, un sceptre de roseaux et on le présentait au gouverneur romain. On sollicitait la vie du Barrabas, nom que l'on donnait au roi d'un jour et le gouverneur accordait la grâce contre la mise à mort d'un autre condamné. C'est certainement autant qu'on peut l'affirmer, la sinistre aventure du Christ. Il est mort *en Barrabas* et par préférence à un fripon. Mais, ce qui complique la thèse qui ne change en rien la version évangélique, c'est que l'un des prénoms de Jesus était Barrabas. Pilate voulait le sauver. Il ne le put et s'en lava les mains. Et la cérémonie classique se poursuivit. On lui ôta son manteau, on assura cruellement sa couronne d'épines sur le front blessé, on le flagella, on le contraignit à porter sa croix au sommet

du Calvaire et on le remit aux soldats romains qui le crucifièrent.

Ces mornes événements ainsi résumés ont l'avantage évident de toutes les apparences de la vérité, dans le cadre réel des traditions, de la vie du peuple juif de l'époque et de tous les textes que nous connaissons.

Les auteurs ne manquent pas à l'époque. Josèphe, auteur juif, mentionne Ponce Pilate, Hérode Antipas, Saint Jean Baptiste. Pas un mot de Jésus. Les *antiquités Judaïques* (18, 3,3) parlent bien du Christ, dans un seul des divers manuscrits qui soient venus à nous. Mais les savants sont unanimes à dénoncier l'interpolation.

Juste de Tibériade, historien sérieux, ne dit pas un mot du Christ. Photius affirme que c'est par malveillance.

Philon d'Alexandrie est contemporain du Christ et lui survit. Pas un mot et il écrit dans le voisinage de Jérusalem.

Le Talmud dit que Rabbi Joshua ben Gerah-y-ah s'enfuit en Egypte avec son élève Jésus pour échapper aux persécutions du roi juif Jaunée (103-76 avant notre ère) et qu'à son retour Jésus fonda une secte d'apostats. Jaunée aurait exilé des disciples de Jésus cent ans avant le Christ! Or la prédication de Jésus a laissé des souvenirs précis.

Suétone raconte les faits de l'an 52. Il raconte comment Claude chassa de Rome les juifs révoltés à l'instigation du Christ (Impulsore Chresto). Il s'agit, pensons-nous, du juif Chrestus et non de Jésus. Chrestus est un activiste juif qui nous est connu.

Vient le témoignage de Tacite (*Annales* 15-44). Il rapporte que Jésus fut mis en croix sous Tibère et par Ponce Pilate. Tacite écrit postérieurement à l'an + 100. Les Evangiles existaient (les trois synoptiques et peut-être Jean). L'accusation portait sur le fait que Jésus se disait roi des Juifs. Tibère demande un rapport. Il le reçut mais il resta introuvable. Les chrétiens, sitôt le II^e siècle, en fabriquent un, que Tertulien et Justin croient authen-

tique. Mais, au IV^e siècle, des agents de l'administration en fabriquent un autre. Eusèbe le dénonce comme faux et est suivi. Il reprend l'Évangile de Mathieu qui raconte que Jésus a été traité comme un Barrabas. Mais alors jamais le peuple n'avait-il eu le choix entre Jésus et Barrabas. Origène soutient l'hypothèse comme absurde et il affirme avoir vu un texte de l'Évangile de Mathieu qui soutient que Jésus s'appelait Jésus Barrabas.

Dans le *Psaume 12 (AT) Le juste persécuté* annonce toute l'histoire Christique de l'Étable de Bethléem au Calvaire. C'est vraisemblablement dans l'Ancien Testament que Jésus a prélevé sa biographie.

Les dates? Autant d'incertitudes. Mathieu fait naître Jésus sous Hérode, soit au plus tard en -IV. Luc, pas d'accord. Il voit la naissance dix ans plus tard en + VI. Luc attribue 30 ans à Jésus en l'an 15 de l'époque, selon Luc, du Baptême par Jean qui fait dire par les juifs à Jésus qu'il n'a pas 50 ans. L'Église en conclut que le Christ est âgé de 49 ans. Si Jésus est né en - 4, il serait mort en 45, donc pas sous Tibère, mais sous Claude. S'il est né en 6, il est mort à 53 ans, sous Néron. Les Chrétiens de Jérusalem ont maintenu cette conviction.

Nous avons dit que le faux rapport des Chrétiens dénoncé par Eusèbe est accompagné d'un faux rapport de Pilate. Son imposture a été établie pour qu'il fasse mourir Jésus en l'an 21, Pilate n'étant plus à cette époque Procureur en Judée. Conclusion: le fait de la condamnation par Pilate est incertain.

Luc, nous montre Pilate escorté d'Anne et de Caïfe. Ceci signifie que Luc était en relations avec Josèphe et son informatrice.

En somme, en l'an cent de notre ère, conventionnellement 40 ans après la naissance de Jésus, on ne savait où il était né, les heures et les lieux de son enseignement, ni la date exacte de sa mort.

Barrabas signifie en araméen: le fils du Père.

Un historien consciencieux tendrait plutôt à révo-

quer la réalité du Christ sans ce témoignage écrasant, péremptoire, que sont les épîtres de Saint-Paul.

Historiquement, Renan a raison, mais il a commis une faute énorme : celle de proscrire le merveilleux de la vie d'un être merveilleux par lui-même et qui éblouit, captive et charme par le merveilleux qu'elle ne cesse d'affirmer à chacun de ses pas.

L'église ne nous oblige pas à croire aux miracles mais rien ne l'empêche de les pimenter d'un brin de foi.

Comme le disait Renan lui-même : « pour écrire l'histoire d'une religion il est inutile d'y croire mais il faut y avoir cru ».

Nous ne participerons pas à un tel désenchantement parce qu'à côté de la vie invérifiable du Christ il y a *la grandeur, la puissance du Christianisme et de l'Occident* : en somme, l'élan spirituel le plus puissant qui ait transporté les âmes. Cette influence qui s'est répercutée sur toutes les autres croyances est due à la beauté lyrique et idyllique qu'exalte la vie en plus mystérieux d'une légende, d'une spiritualité qui éclate dans nos existences et qui leur inculque une flamme nouvelle et des horizons nouveaux.

Et, si tout était connu, relevé, mis au point de l'histoire des faits relatés dans les Evangiles, contre une précision peut-être illusoire, perdrons nous la persuasion du charme qui nous fait souvent monter au ciel.

Enfin sous le masque du mystère et de l'enchantement, l'Eglise chrétienne est débarrassée de cette atrocité rébarbative qu'est la scholastique que nul ne regrettera.

Ce que nous ignorons du masque de Jésus ne fait que compléter son divin personnage. Un rêve est moins menteur, toujours, qu'un document. Si le rêve est incomplet, nous le remplissons de ce que nous espérons y trouver et c'est le côté abstrait de l'aspect esthétique du Rédempteur. Nous n'avons ni son visage, ni la couleur de ses yeux, ni celle de ses cheveux. Nous ignorons le son de sa voix et pourtant elle retentit dans nos coeurs ! Jésus

est un masque immense, impénétrable; en un mot, sa part de mystère est sa divinité. Il n'est pas deux hommes pour lesquels Jésus demeure identique à lui-même. Pourquoi? C'est tout simple. Dieu a voulu la foi sous le signe de l'individualisme.

Il n'y a qu'un Dieu. Mais chacun de nous porte sa part en lui.

C'est là qu'est la séduction occidentale du christianisme. Presque tous les indiens du Mexique, du Brésil, d'Argentine sont convertis. Un nombre indéterminé de Chinois, de Japonais et moins d'Hindous se prélassent dans la foi. Même des Nègres, mais le Christ est d'abord un blanc, et la preuve en est: c'est que sa foi permet aux blancs de dominer les autres.

Jésus est la résonnance de la beauté du monde. Tant que l'art en était à le découvrir, le Christ fut le seul modèle des artistes.

Nul ne le vit jamais. Chacun, à sa manière, l'interpréta de la façon la plus variée, et ses chefs-d'oeuvre sans nombre n'en font qu'un.

La particularité du masque est son indivisibilité et la chose se comprend. L'existence humaine se résout en une redoutable dualité entre l'instinct et l'intelligence inassouvis de l'individu qui refuse les *limites de vie* et la *raison* qui lui fait accepter des lois communes après avoir consenti la société et y avoir librement adhéré.

Il y a là une abdication de la personne humaine, et surtout un abandon non de la force au profit de la faiblesse mais de l'action dominatrice servie par la force. Cet abandon fut très improprement appelé «*la part du Dieu*» par David Hume.

Dieu est la toute sagesse, la logique suprême et la vérité abstraite par opposition à la réalité.

Hume admettrait-il délibérément que Dieu, dans sa souveraineté, fût le masque de la loi du nombre, du système parlementaire, cette domination déguisée de l'argent? C'est impossible. Dieu a créé monarchiquement l'univers.

Monarchiquement ne veut pas dire qu'Il l'ait assujetti à des caprices, des vellétés royales, mais à une logique secrète que nous subissons et que nous ignorons et il semble avoir voulu que nous fussions indéfiniment condamnés à rechercher le secret de sa pensée créatrice sans jamais la connaître.

Là est tout le mystère de la foi révélée et qui, elle, est un masque : le masque de la confiance hors la vérité abstraite et la raison. Probablement pas.

Depuis qu'il est des philosophes et même des théologiens, on prétend rabaisser la solution du problème à une sorte de mathématique plus ou moins complexe.

C'est opposer la logique humaine à la logique de Dieu qui s'exerce sans limites dans l'infini qui, pour nous, garde sa valeur abstraite hors l'espace et hors le temps.

La solution n'est pas scientifique. Elle est esthétique et poétique, car la vérité divine est toute entière dans la beauté absolue que l'homme cherche sans la trouver en niant la puissance créatrice qu'elle confère et qui, elle-même est le masque de l'activité des poètes, c'est-à-dire des créateurs esthétiques, et des artistes.

On ne pressent cette puissance que chez les maîtres qui ont créé hors la réalité après l'avoir étudiée méthodiquement. Léonardo da Vinci, Goethe, Lamartine en sont les exemples frappants. Et c'est sans frémir que nous y ajoutons Rabelais, cet ignoré et Villon, cet égaré. Tous sous des aspects différents sont partis du vrai pour aboutir à une vérité de légende, qui n'est qu'un reflet de la vérité divine. Et c'est ici que parle la foi, non à l'appui de la logique que nous ignorons, mais à l'appui de la beauté qui seule est vraie. Celui qui étudie la *Légende Chrétienne* constate qu'elle se réduit à une série d'images dont pas une seule n'a fait naître des merveilles de poésie et de prose, de statuaire, de peinture et de musique. Et c'est là qu'est la solution.

La raison du masque serait-elle morale? Nous avons parlé de la bienfaisance de l'esprit de l'Évangile, qu'est

la plus haute manifestation de la conscience humaine cherchant le bonheur dans la justice, *et nous ajouterons dans un semblant de justice puisque la justice des hommes n'a jamais existé.* Il était d'ailleurs humain que les rois et les gouvernements fissent de la justice un simple moyen de gouverner. La justice athénienne ne fut jamais l'équité. Elle a condamné Socrate, malmené Alcibiade, l'un des vainqueurs de Salamine. Elle a persécuté Phidias et atteint Périclès. La justice romaine est une institution solide pour le lecteur de Cicéron. Elle s'est poursuivie dans les pires exactions, les condamnations politiques par ordre et elle fut l'un des éléments de désagrégation de l'Empire.

La justice du Christ fut lumineuse et indulgente, donc la meilleure, tant que Jésus en fut l'inspirateur.

La justice n'est pas la morale. Elle est même le contraire puisqu'elle ne connaît que des intérêts privés transformés en affaires d'Etat. *Le christianisme n'a rien à y voir.*

La morale chrétienne, elle, n'est pas originale. Elle ne l'est pas plus que nulle morale religieuse ou laïque. Toutes transposent la morale des écoles juives d'Hillel ou de Gamaliel, mais la grandeur et l'éclat des Evangiles dégagent la morale chrétienne de la scolastique de la pédanterie des rituels. Elle est solide et simple. Elle n'est au service de personne sauf des hommes et c'est la raison pour laquelle elle a pu conquérir le monde «filtrée en des âmes ardentes avec le charme et la force des conceptions populaires». En outre, elle n'est pas *sociale*. Elle néglige les devoirs de l'homme envers la *cité* (société) et son but est la perfection, la pureté de la conscience de l'individu. En outre, elle enseigne la fraternité, réprouve la violence, le mensonge, la haine. Et pas du tout pour préparer l'homme à remplir ses devoirs sociaux, comme l'a écrit Jaurès. Un imbécile a écrit que cette morale est *contre-nature*. A ce compte la bonté, l'indulgence, le pardon, le sont non moins.

La morale chrétienne, imposée par l'autorité religieuse, n'est qu'une bienfaitante règle de vie.

Peut-on dire qu'elle fut toujours suivie par les chrétiens? Bientôt, Saint Paul, officier de l'armée romaine, de son vrai nom Saül de Tarse, oppose à la plus pure des éthiques les doctrines du péché originel, de la rédemption, de la grâce qui, dix-neuf cents ans durant susciteront des discussions et des schismes propres à ralentir et même à briser l'action sereine de la foi. (*Épîtres aux Corinthiens*).

La pensée de Saint Paul est transcendante. Il pense en hébreu, il écrit en grec et il est traduit en latin ibérique par Priscillien (+ 380). Au chapitre v, *Épître de Jean, la première*, on lit: «Il y en a trois qui témoignent dans le ciel et ces trois n'en font qu'un». Il est certain que Paul n'a pas écrit cela et que Priscillien a interprété ces deux versets qui affirmeraient au premier siècle un dogme dont les Évangiles, les Actes des Apôtres et Paul, lui-même, ne savent rien.

En 1806 on constata que les Versets manquaient dans tous les manuscrits grecs des *Épîtres* d'avant 1448!

Saint Paul ne connaît, dans ses écrits, que *Jésus mis en croix*. Mais il a été l'ami de Saint Pierre et Saint Jacques qui vécurent autour du Christ. Saint Paul s'abstient de parler de la vie terrestre du Sauveur.

Un exemple prouve combien cette vie terrestre se trouvait ignorée.

Des *Actes des Apôtres* (18-25) «Survint à Ephèse un juif Apollos, originaire d'Alexandrie, éloquent, versé dans les Écritures. Il prêchait et enseignait avec soin en ce qui concerne le Seigneur, bien qu'il ne connût que le baptême de Jean». Donc, plusieurs années après la mort de Jésus, on prêchait ses doctrines sans avoir entendu parler de son supplice.

Le masque qui nous prive de «réalités positives» peut-il être levé? Le *canon* (règle) du Christianisme se

compose de 27 petits écrits tous d'auteurs chrétiens : Mathieu, Marc, Luc, Jean, évangélistes. Les vingt et une lettres des Actes des Apôtres (Paul, Pierre, Jean, Jacques, Jude...) et l'Apocalypse de Jean de Patmos.

Ce canon fut fixé pour *l'Occident* par Saint Augustin en 393. Il fut constitué après le Concile de Nicée (325) et il met un point d'interrogation sur l'Apocalypse et son auteur. Le premier canon est de Marcion (en 150). Il comprend l'Évangile de Luc et les Épîtres de Saint Paul. Tout se rapporte à des citations de l'Écriture par les Pères apostoliques et prises dans le Nouveau Testament.

En 1672 un auteur italien : Muratori (1672-1750) découvre un catalogue latin qui mentionne notre canon et y ajoute *l'Apocalypse* de Pierre, retrouvée en Égypte vers 1895. Ce canon est celui de l'Église romaine au II^e siècle. Michel Nicholas, dans ses études sur la Bible, ouvrage célèbre — t. II, p. 5 — stipule : « on peut assurer que ces écrivains de la première moitié du Deuxième siècle ou bien ne connaissaient pas nos Évangiles, ou bien n'en parlent ni ne les citent.

Mathieu ou Lévy, percepteur d'impôts, s'attache au Christ, l'un des premiers. Marc, secrétaire de Pierre qu'il suivra à Rome est fondateur de l'Église d'Alexandrie. Luc est médecin et architecte à Antioche. Il est l'ami de Saint Paul. Jean, fils de Zébédée, l'un des apôtres, fut l'ami du Christ qui lui confia sa mère. Jean, habitant Ephèse, fut exilé à Patmos.

Nous avons donc les écrits de deux témoins oculaires et auriculaires de la vie du Christ : Mathieu et Jean et de deux intimes : Pierre et P. Luc, ouvertement se produit comme l'auteur et non l'inspirateur de son livre.

Or, il n'en est pas ainsi ! Les Évangiles sont non de Saint Mathieu, de Saint Marc, de Saint Luc, mais, stipulés *selon* et ils ne sont pas selon des témoins oculaires.

Par exemple : Jean 19-35. *Le foie de Jésus percé d'un coup de lance*. « Celui-là qui l'a vu en a rendu témoignage et son témoignage est vrai et lui sait qu'il dit la vérité

pour que vous la croyez». Ceci désigne Jean comme témoin invoqué. Jean le disciple bien-aimé, seul des apôtres présent à la Passion». Cette façon d'invoquer ne peut convenir à l'auteur. Elle n'est qu'un appel au témoignage des autres.

Ailleurs, *Jean* 21-24. «Le même disciple rend témoignage et écrit cela et nous savons que ce témoignage est valable. Combien d'autres choses Jésus n'a-t-il pas faites. Décrites les unes après les autres, le monde entier ne pourrait contenir les livres que l'on écrirait». Un scribe, un rédacteur atteste la véracité de son disciple. Si celui-ci était l'auteur de l'Évangile, *il serait inutile de le stipuler.*

Marc 14, 51-52. Arrestation de Jésus, fuite des disciples, un éphèbe, le corps recouvert d'un drap. Des jeunes gens l'ayant pris, il leur laisse le drap et fuit tout nu. S'agit-il de Marc. On l'a cru et l'autorité du texte deviendrait considérable. Il n'en sera rien. La source de Marc est dans la prophétie d'Amos (p. 2-16): Au jour de la colère du Seigneur, le plus courageux parmi les plus braves prendra la fuite, tout nu. Les témoignages sont faussés. Ils ne sont et ne peuvent être l'affirmation pure d'une vérité nette et prouvée. Et nous en sommes prévenus par les auteurs eux-mêmes. On altère complètement la valeur des textes touchant à l'origine des Évangiles en les plaçant dans la fausse clarté de la certitude.

Pourquoi seulement quatre Évangiles canoniques? Parce que, dit Saint Irénée, il y a quatre points cardinaux. La vérité est qu'il y avait trop d'Évangiles en circulation: une centaine au moins dont pas mal nous sont parvenus. Ceux de Jean, de Marc, de Luc, de Mathieu étaient trop connus pour être éliminés au profit d'un seul et on les retint. Ils n'étaient pas postérieurs (sauf, peut-être l'Apocalypse, qui leur fut ajoutée en l'an +70. Mais nous ne savons si nous les tenons ou non dans l'état exact originel. Ce qui est clair c'est que le *fond* de Marc est d'entre 60 et 70, et qu'il a été utilisé par Mathieu. Jean

est de la fin du premier siècle, donc postérieur aux synoptiques.

L'Evêque Papias (+ 120) parle d'un récit de Marc et d'un recueil des discours du Christ. Il a recueilli lui-même un nouveau Testament de 28 pages manuscrites que nous avons.

Saint Justin (+ 150) donne les Mémoires des Apôtres (*Extraits des...*) mais pas un n'est textuellement conforme à nos Evangiles. L'enseignement Chrétien est encore confus. Nos Evangiles ont pris le crédit que la foi leur a conservé lorsqu'elle fut placée devant les gnostiques.

Mathieu, Marc, Luc sont synoptiques parce qu'ils racontent à peu près les mêmes événements. Jean seul ne peut être comparé.

Les synoptiques racontent les mêmes faits. Les circonstances diffèrent. Là où ils concordent ce n'est souvent que dans le détail. Dès lors une source commune? Non, plutôt plusieurs sources. Lesquelles? L'introduction de Luc en est une. Et les Fragments de l'Evêque de Ceparée, Papias (vers 350), une autre. Les textes de Papias sont perdus mais nous en avons le contenu par Eusèbe. (*Concordance des Evangiles*, Neufchatel, 1901, par Chastand et Morel.

Luc: «Beaucoup, ayant entrepris d'écrire l'histoire des choses dont la vérité a été connue par nous avec certitude, selon que nous les ayons apprises par d'autres qui les ont vues eux-mêmes dès le début et en furent ministres de la parole, j'ai cru aussi, très excellent Théophile, que je devais les écrire par ordre après m'être informé de leur origine, afin que tu saches la certitude de ce dont tu as été instruit». Luc appelle Théophile *Kratiste*. Il s'agit d'un fonctionnaire romain qui a été converti. Le texte est formel. Marc est un témoin indirect qui travaille d'après des récits qu'on lui a fait. D'autre part, Mathieu s'est approprié les textes de Marc, d'après le témoignage des apôtres. Mais d'autres événements, *Massacre des inno-*

cents, Fuite en Egypte, etc., se trouvent dans Mathieu et d'autres seulement dans Marc, dont un huitième de son texte lui appartient en propre.

Luc n'a connu ni Marc ni Mathieu dont nous faisons les deux autres synoptiques et qui ne sont pas des témoins mais des transcripteurs de témoignages qui ont disparu.

Papias, Evêque d'Heraclée (ou Hiérapolis) en Asie en + 120 a connu les *presbytres* (sages de l'Eglise naissante) et reçu d'eux des traditions orales transmises par prédications. Beaucoup connurent les apôtres. L'un d'eux confirmait Marc interprète de Pierre. Il a noté ce dont il se souvenait mais Marc n'a pas entendu Jésus et ne l'a pas suivi. Il n'a fait aucune faute en relatant de mémoire, avec soin, mais il n'a pas su tout. Mathieu écrivait en hébreu les discours de Jésus et chacun les interprétait comme il le pouvait.

Donc, le Marc visé par le Sage qui renseigne Papias, n'est pas *notre* Marc et *notre* Mathieu n'est pas le Mathieu primitif, traducteur de Jésus en hébreu.

1) Les parties communes de Mathieu et de Luc manquant à Marc proviennent d'une traduction grecque du recueil des discours attribué à Mathieu. Ce recueil omet la passion. Il est surtout connu en Allemagne où les exégètes l'appellent: *Quelle* (Source).

2) Notre Marc est une addition de la fin du premier siècle qui manque aux plus anciens manuscrits et est un remaniement de deux textes, l'un en Arméen, et où manque la passion. Le rédacteur qui en a connu les détails y a barré la passion. Selon la «*Quelle*». Ce rédacteur, celui de notre Marc, a connu Mathieu et probablement Luc.

3) Notre Mathieu a travaillé d'après la *Quelle* en l'élargissant, la remaniant et d'après la seconde réduction de Marc.

4) Notre Luc est une réédition refondue et amplifiée du même rédacteur que la première d'un texte que Marcion possédait en + 150. Tertullien et Epiphane ont accusé Marcion d'avoir amputé les textes de Luc. La

spécification des passages retranchés indique que Marcion possédait le Luc, première édition remaniée de *Quelle*, et peut-être la première Epître aux Corinthiens de Paul. Enfin, certainement la source grecque des *Antiquités* de Josèphe, publiées en 93.

Les textes propres à Mathieu (9.4.7 et 20.1.16) ne se retrouvent ni dans Luc ni dans aucun discours du Christ.

Le fond de Marc est antérieur à *notre* Mathieu mais le fond de Mathieu semble antérieur à notre Marc.

Le 4^{ème} Evangile est celui de Jean, juif hellénisant inspiré par Philon d'Alexandrie. Il connaît les synoptiques et n'en fait aucun cas. Jean est le premier, le seul Evangéliste parce qu'il est un artiste, un théologien mystique et pas du tout un historien.

Sur le compte de l'exactitude historique il n'a aucune inquiétude. Il sait que l'histoire, sans la foi, n'est rien et qu'elle est fabriquée sur les thèses probables à la politique que l'historien veut servir. Jean est inspiré par la foi. Il est poète, l'un des plus sublimes qu'ait connu l'humanité et cela lui suffit pour écrire son Evangile, qui semble entièrement de sa main, et surtout son Apocalypse qui le hisse à la grandeur péremptoire d'un Lucrèce, d'Homère, ou d'Agrippa d'Aubigné.

Voilà qui suffit à Dieu, aux hommes et à nous-mêmes. Jean vit masqué lui-même et mène une vie qui est souvent un attrait de plus.

L'abbé Loisy constate : « Si Jésus a parlé et agi comme on le voit parler et agir dans les trois premiers Evangiles il n'a pas parlé et agi comme on le voit parler et agir dans le quatrième ». C'est exactement là où nous voulons en venir.

Alors que les trois premiers signataires des Evangiles synoptiques rivalisent de bavardages, d'inepties et de familiarité dans leurs relations avec l'histoire et dans leurs démêlés avec les exégètes, Jean envoie promener tout ce monde là que lui, l'ami du Christ et son poète balaye d'un tournemain.

Si Jean n'est qu'un athlète de la foi c'est que la foi, pour lui, comme la vérité n'est qu'un volcan de poésie dont la justification, la vérité et la puissance illimitée ne sont, comme la morale à son usage, qu'un volcan et qu'un torrent de poésie sans fin. La logique est poésie en pleine vivacité de l'élan lyrique.

Il n'y a nulle foi, nulle religion, nul art, nulle création d'art sans mystère, et toute âme est mystérieuse qui crée une oeuvre, qui la conçoit, qui l'exécute. Ce fait est souverain. Il ne supporte aucun raisonnement. L'art absolu, comme l'admiration d'un artiste c'est la communion intégrale entre le créateur ou le spectateur et Dieu.

La religion est l'art suprême, sa morale est une oeuvre d'art et son apologétique est, en somme, une forme de critique d'art.

Le christianisme, ici, prend tout son essor dans son affirmation individualiste et si le chef-d'oeuvre est une confusion de l'homme et de la divinité, on ne voit guère comment l'apothéose de l'artiste qu'en Dieu lui-même s'arrêterait et cette confusion est en même temps une perfection morale.

Dès lors suivant Saint Jean: communions par la poésie, sanctifions par l'art, et ne songeons pas à lever un masque où probablement il n'y a rien à surprendre pour la curiosité humaine servie par des yeux intrépides, mais physiquement incapables de fixer le soleil au zénith.

Contentons-nous d'aimer et de jouir de ce que le masque d'azur laisse filtrer de chaleur douce et de lumière intense.

EMILE SCHAUB-KOCH

ALGUMAS PALAVRAS DE EXPLICAÇÃO

Quando esta compilação de documentos foi preparada, Portugal estava nas vésperas de comemorar os seus centenários da Fundação e Restauração. Foram momentos febris e felizes. Era com orgulho bem legítimo que se organizavam tais celebrações. Exposições, trabalhos de investigação, tudo se aprontava para o grande ano festivo. Infelizmente, nuvens bem negras escureceram então a vida da Europa. A força nazista aumentava, ameaçando a estrutura apodrecida dum sistema político que tinha falido. E o mundo cristão viu-se entre o poder brutal do 3.º Reich e o perigo do comunismo russo. Recorrendo a energias que ainda lhe restavam, conseguiu reagir e vencer. Mas aliava-se a Moscovo, abrindo-lhe as portas da Europa. Um dos perigos apagava-se entre escombros, destroços, milhões de vidas roubadas, perdas materiais irreparáveis, mas ficava em campo o outro, talvez ainda mais corrosivo e perigoso e agora livre de penetrar, de se infiltrar, por aquele corpo já sem resistência para novas lutas. Duma parte, as cinzas de ideologias políticas passadas e ultrapassadas, que apenas renasciam do lado de cá do Atlântico, no Novo Continente, com mocidade e candura; da outra, a perfeita organização dum sistema mortal, procurando dialogar apenas para se ir infiltrando.

Foi nos inícios deste terrível panorama que Portugal, calma, digna e orgulhosamente lembrou ao Mundo, já a caminho da loucura que depois se ia acentuar, ter completado oito séculos de existência e de ter restaurado, em 1640, a sua completa liberdade e independência, depois de 60 anos — uma gota de água numa história quase milenária — de vida política com um soberano comum, partilhado com a Espanha.

Lembro-me, com saudade, desses momentos. Por essa época partia, como bolseiro do Instituto de Alta Cultura—apesar da guerra!—para estudar no Arquivo Secreto do Vaticano, a sua riquíssima documentação sobre Por-

tugal. Tinha proposto ao Ministro da Educação dessa época, Prof. Carneiro Pacheco, depois meu chefe nas missões diplomáticas do Vaticano e de Madrid, publicar, à custa do Estado, esse espólio documental para nós do mais alto interesse histórico e que ainda hoje está em grande parte por conhecer. As grandes compilações — tirando as do Visconde de Santarém, de Herculano (P.M.H.), de Borges de Castro, Judice Biker e Rebelo da Silva — ainda não tinham entrado na mentalidade portuguesa. Em geral, escrevia-se história mais por intuição ou por interesse de propaganda política do que por estudo exaustivo das fontes que pudessem iluminar os vários períodos da nossa vida passada. Se, em certo modo, a documentação portuguesa tinha sido já compulsada por alguns, a título pessoal (Herculano e Gama Barros são, na época contemporânea, o seu mais alto exemplo), faltava conhecer a fundo os arquivos estrangeiros que mais nos poderiam interessar. Eram portanto fontes parcelares as estudadas e que se necessitavam conjugar com outras mais distantes da nossa mão. Isto não quer dizer que os estudiosos portugueses da sua História, sobretudo os da geração de novecentos, estivessem apáticos, ou seguissem os processos políticos do romantismo histórico do século anterior.

A renovada Academia Portuguesa da História já dera os seus primeiros passos; a Agência Geral do Ultramar publicava então, sob a direcção do eminente Fontoura da Costa, alguns dos nossos velhos roteiros e cartas marítimas; Caetano Beirão dava a conhecer esse volume exaustivo e notável que é a sua D. Maria I; Alfredo Pimenta, meu saudoso e querido Mestre, já nos tinha ensinado o verdadeiro caminho da investigação directa, e tantos e tantos outros. Mas o plano da documentação sistemática das fontes, ainda verdadeiramente não tinha começado. Era um esforço árduo, para ficar mas não para fazer brilhar os seus cabouqueiros; trabalho a ser realizado por equipas de investigadores, o que era tão contrário ao

nosso marcado individualismo, reminiscência dum passado de grandeza e de épocas em que o homem tinha apaixonadamente o culto da personalidade.

Hoje tudo se modificou nesse aspecto e contamos agora com preciosas colecções, indispensáveis para se conhecer e escrever a verdadeira História de Portugal. Até já temos, por iniciativa do Almirante Sarmiento Rodrigues, quando Ministro do Ultramar, uma riquíssima filmoteca ultramarina. Assim se vão salvando espécies preciosas que o tempo ou os homens poderiam destruir. Era o meu grande projecto que, afinal, nunca pude verdadeiramente realizar. Ainda ajustara, com o Prof. Joaquim de Carvalho, a publicação, na Imprensa da Universidade de Coimbra, que logo a seguir foi extinta, da documentação do Século XVIII por mim encontrada no Arquivo da Casa de Tarouca. Tratava-se dos ofícios de João Gomes da Silva, quarto Conde de Tarouca, enviados das suas missões diplomáticas: de Londres (por mim aproveitados num trabalho intitulado — O Conde de Tarouca em Londres—Lisboa, 1936), de Utrecht (por mim estudados para o meu livro — Portugal no Congresso de Utrecht — Lisboa, 1933), e de Viena. Mas também e sobretudo a riquíssima correspondência particular, trocada entre aquele diplomata e seu irmão, Marquês de Alegrete, camarista e privado de D. João V (por mim, em mínima parte aproveitada nos 2 vols. das Relações externas de Portugal, reinado de D. João V, Porto 1938). Era a reconstituição, pode-se dizer, do dia a dia de parte desse admirável Século XVIII português, a mover-se dentro do largo quadro europeu, tão injustamente malsinado pelos que entre nós escreveram em oitocentos, incluindo o grande Herculano.

Não pode deixar de ser de júbilo o meu sentimento ao ver historiadores de alto mérito como Silva Rego, António Brásio, Basílio de Sá, Serafim Leite, Rui de Azevedo, Silva Marques, Alberto Iria, Avelino de Jesus da Costa, Francisco Santana e tantos outros, realizarem hoje plena-

mente o que eu tanto teria desejado fazer na minha mocidade.

Esta compilação de cartas estava no quadro dos meus projectos. Durante vinte e tantos anos esteve ela adormecida nas gavetas da Academia Portuguesa da História a quem a tinha entregue. Outros trabalhos e encargos foram atrasando esta publicação que afinal vai ver a luz do dia na revista do Instituto de Coimbra, onde há bastantes anos comecei a publicar a documentação do Século XVII sobre as nossas relações com a Santa Sé, por mim recolhida no Arquivo Secreto do Vaticano. Esse trabalho foi infelizmente interrompido pela minha perpétua deambulação diplomática. Ao ilustre Presidente do Instituto, Prof. Diogo Pacheco de Amorim e à sua Direcção, daqui, destes gelos quase eternos do Canadá, lhes apresento os meus mais calorosos agradecimentos.

O que então escrevi, como introdução a este trabalho, talvez tenha envelhecido, como o seu autor, mas os documentos apresentados, esses, têm a frescura duma época plena de seiva nacional e alto sentido de unidade dum povo em volta da sua bandeira e do seu legítimo Rei.

Ottawa, Natal de 1965.

EDUARDO BRAZAO

INTRODUÇÃO

A Biblioteca da Ajuda possui uma vasta documentação sobre o governo militar de D. Diogo de Lima na província do Minho, durante o período agitado das guerras da *Restauração*. Em vinte e quatro códices encadernados em pergaminho, encontram-se: as cartas de D. João IV, de D. Teodósio, da Regente D. Luisa de Gusmão, de D. Afonso VI e de D. Pedro II para o Visconde de Vila Nova de Cerveira (1), os papéis particulares da sua família (2), as cartas que lhe escreveram os Secretários de Estado (3), os papéis do governo político (4), os documentos do governo militar (5), o copiador dos papéis políticos (6), o livro do governo das armas, contendo cartas patentes, bandos, ordens, boletins, certidões, pareceres e passaportes (7), as cartas que enviou para El-Rei (8), o livro de boletins e inteligências com Castela (9), o livro de regi-

(1) Cods., 51-VI-22 e 23, de 1649-51 e de 1652-1659 — originais; e 51-VII-39, contendo as cópias das cartas reais para o Visconde, de 1649-1658.

(2) Cod. 51-VII-23 de 1604 a 1637; Cod. 51-VII-24, de 1638 a 1644.

(3) Cod. 51-VII-25 de 1643 a 1669.

(4) Cods. 51-VI-26 e 51-VII-27, respectivamente de 1606-1660 e de 1644-1690.

(5) Cod. 51-VII-28.

(6) Cod. 51-VII-29.

(7) Cod. 51-VII-30 de 1649 até ao fim do Maio de 1660; Cod. 51-VII-31, de 3 de Março de 1650 a 14 de Setembro do mesmo ano; Cod. 51-VII-32, de 16 de Setembro de 1650 até 15 de Fevereiro de 1651; Cod. 51-VII-33, de 15 de Fevereiro de 1651 a 21 de Outubro do mesmo ano; Cod. 51-VII-34 dos anos de 1652, 53 e 54; Cod. 51-VII-35, de 21 de Junho de 1657 a 18 de Abril de 1659; Cod. 51-VII-36 de 19 de Abril de 1649 a 16 de Junho do mesmo ano; Cod. 51-VII-37, de 27 de Junho de 1659 a 12 de Janeiro de 1660; Cod. 51-VII-38 de 9 de Dezembro de 1659 a 30 de Maio de 1660.

(8) Cods. 51-VII-40, de 1649 a 1654, e 51-VII-41, de 1654 a 1660.

(9) Cod. 51-VII-42, de 1652 a 1660.

mentos e instruções de governadores, generais e Tribunais⁽¹⁰⁾, e as cartas que lhe dirigiram personalidades em evidência na época⁽¹¹⁾.

Por este enunciado se vê a importância de tão grande e completa documentação. Não está todavia no nosso plano dar à publicidade este vasto aglomerado de informes militares, políticos e particulares, mas apenas tornar conhecidas as cartas reais para o Visconde e as deste para os soberanos. Pretendemos assim focar a acção exercida na nossa fronteira do Minho por D. Diogo de Lima durante o período em que foi governador militar dessa região, e não descer à exagerada minúcia de tornar conhecidas todas as ordens, todos os papéis referentes a esse governo, à vida privada desse ilustre militar ou mesmo à sua actuação política junto de D. João IV e da Regente D. Luisa de Gusmão.

*

D. Diogo de Lima era da melhor nobreza do reino. Nascido em 1615 e sendo o sexto filho de D. Lourenço de Lima Brito e Nogueira, sétimo Visconde de Vila Nova de Cerveira e de sua mulher D. Luisa de Távora⁽¹²⁾, seguiu os estudos na Universidade de Coimbra onde se Doutorou em Teologia⁽¹³⁾. Foram seus irmãos, D. Luís de Lima e Brito, 1.º Conde dos Arcos que morreu em vida de seu pai (1647)⁽¹⁴⁾ e apesar de ter deixado descendência não se lhe pode legar a Casa do Viscondado que

⁽¹⁰⁾ Cod. 51-VII-43.

⁽¹¹⁾ Cod. 51-VII-45, de 1654 a 1694, e Cod. 51-VII-46.

⁽¹²⁾ Caetano de Sousa — *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal* — ed. de MDCCXXXIX, pág. 560.

⁽¹³⁾ Silveira Pinto e Visconde de Sanches de Baena — *Resenha das Famílias titulares e grandes de Portugal* — t. II, pág. 315.

⁽¹⁴⁾ Caetano de Sousa — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* — t. XII, p. I, pág. 118.

não herdou; D. António de Lima, religioso da Ordem de S. Domingos; D. Francisco de Lima que se ausentou do Reino e morreu sem sucessão; um outro irmão, D. João de Lima, que se passou para Castela depois do movimento restaurador sendo assim excluído da sucessão paterna; D. Leonel de Lima, morto em combate na Flandres, sem sucessão, como dizem os nossos Nobiliários, apesar de Caetano de Sousa assegurar que por lá casou com Francisca de Gallo, filha do Conde de Droulemont, de quem teve descendência⁽¹⁵⁾; D. Maria de Lima, mulher de Álvaro Pires de Távora, e como senhora, excluída da sucessão pela existência da varonia. Veio deste modo a ser oitavo Visconde de Vila Nova da Cerveira, o filho mais novo de D. Lourenço de Lima, D. Diogo, que abandonou o seu Colégio Real de Coimbra para ir servir nos exércitos portugueses⁽¹⁶⁾.

O título de Vila Nova de Cerveira é antiquíssimo⁽¹⁷⁾. Como diz Andrade Leitão⁽¹⁸⁾, foi Leonel de Lima, filho segundo de Fernando Annes de Lima, fidalgo Galego que veio para Portugal no tempo do Mestre de Aviz, que o começou a usar, sendo ele o primeiro Visconde que tivemos. E em tanta honra tinha esta família esse título que desejando Felipe IV elevá-lo à dignidade de Conde o rejei-

⁽¹⁵⁾ Caetano de Sousa — *ob. cit.*, t. cit., pág. 120.

⁽¹⁶⁾ Apesar do douto Caetano de Sousa afirmar que D. Diogo de Lima foi o 8.º Visconde, na lápide que está sobre a porta de armas do *Castelo de S. Tiago da barra* (Viana do Castelo), lê-se: «Fez-se esta obra nos anos de 1652 a 1654, governando as armas da Província de Entre Douro e Minho, Diogo de Lima, nono Visconde de V. N. de Cerveira», (*Roteiro de Ribeira Lima que o Conde d'Aurora escreveu*, Ponte de Lima, 1929, pág. 50; Figueiredo da Guerra, *Vianna do Castelo*, 1878, pág. 57).

⁽¹⁷⁾ Carta de 4 de Março de 1476 — Sanches de Baena — *ob. cit.*, p. cit., pág. 316.

⁽¹⁸⁾ Andrade Leitão — *Famílias de Portugal* — Genealogia mss. da Bibl. da Ajuda — t. XI, pág. 85.

taram, ficando contudo com as prerrogativas da grandeza de que gozavam os Condes ⁽¹⁹⁾.

A 14 de Outubro de 1645, D. João IV escrevia a seguinte carta a D. Diogo:

«Dom Diogo de Lima. Eu El Rey vos envio m.^{to} saudar por se entender conforme aos Aprestos do inimigo que sairá breue m.^{to} em campanha, e ser nescessario hir-lhe fazer peçoalm.^{to} opposição procurando adiantarme q.^{to} me for possível em ocasião tão preçiza como esta que he a em q̃ deveis mostrar o amor q̃ tendes a vosso Rey, e a vossa Patria vos encomendo m.^{to} esteis nesta cid.^e prompta m.^{to} Nesta Cidade p.^a me acompanhardes, e prazera a Ds. que sejaõ os sucessos taõ boñs q̃ breuem.^{to} volteis a vossa

⁽¹⁹⁾ Carta de 19 de Dezembro de 1623 — *Torre do Tombo — Chancelaria de Felipe III*, liv. 18, fl. 182, que é assim redigida: «Dom Phillippe etc., faço saber a quantos esta minha carta virem que avendo respeito aos serviços e merecim.^{tos} de Dom L.^o de Lima de Brito Visconde de Villa noua de serueira, e por folgar m.^{to} por as m.^{tas} callidades que nelle concorre e pla boa vontade que lhe tenho de lhe fazer honrra e m.^o esperando delle per quem hee que me sabera servir, Respondendo nisso int.^{ta}mente ao que fizeraõ aquelles de quẽ elle descende no seruiço dos s.^{tes} Reis destes Reg.^{nos} meus antecessores, e Respeitando tambem os muitos seruiços e mereçimentos que nelles ouue e a antiguidade da casa do dito Visconde, e q̃ p. bem de lhe fazer m.^o que com o titt.^o de Visconde goze en sua vida somente de todas as honrras, Prehe-minências, prerrogativas, autoridades, privilegios, graças, liberdades Merçes e franquezas, e tudo o mais que ham e tem se de que usam e sempre usarão os condes destes meus Regnos assy como por dir.^{to}, uso e antigo costume delles lhe pertence, das quaes em todo e por todo que so (?) e mando que elle inteiramente use, e possa usar, e lhe sejam guardadas em todos os actos e tempos en que de dr.^{to}, e por uso, e costume dellas, elle deua, e possa de tudo usar sem mingoameto nẽ duuida alguã porque assy hee minha merçe, e por firmeza de tudo o que dito hee lhe mandei passar esta carta por mĩ assinada passada por minha cez.^{or} (?) e sellada com o meu selo pendente. Antonio Soarez Passo fez em lix.^a aos quinze dias do mes de Dez.^o Anno do nascim.^{to} de nosso sr. Jesus Cristo de mil seiscentos e vinte tres.»

Caza de q̃ terey lembrança p.^a vos fazer a m.^{co} q̃ he rezão e que deueis esperar de mim. Escripta em Lx.^a a 14 de 8.^{bro} de 1645.

Rey» (20)

O Visconde de Vila Nova de Cerveira bateu-se com coragem e denodo como era próprio de alguém que usava tão illustre nome. E passado algum tempo, quando D. João IV resolveu nomeá-lo Mestre de Campo no exército do Alentejo, alegou ele os serviços anteriores, achando que era pequena a recompensa, mas dispondo-se a servir o seu Rei e o seu País no posto que lhe ofereciam.

Eis o que então escreveu a D. João IV:

«Senhor

O desejo de servir a VMg.^{de}, e que se uisse o que eu dezejava não deue nada à ociozidade com que m.^{tos} se achauão em tempo q̃ p.^a nossa concervação nescessitauamos muito de todos trabalhar, e que sô pera isso fosse a nossa união me fez servir de Capitão de infantaria, em tempo que se proueraõ em Mestres de Campo os meus comtemporaneos que igualandoseme em poucas couzas os excedia eu nas mais, e nesta conformidade, e depois de reformado assesti em todas as ocazioeñs que se ofereceraõ não se me adiantando ninguẽ e sendo ferido mortalmente por onde merecia ser avantajado aos Mayores postos do Reyno, que sendo prouidos em peçoas suposto que m^vito benemeritas pudera eu entre elles entrar a ser dos primeyros, mas como o zelo, e amor ao seruiço de VMg.^{de} he sempre em mim equal ao primeyro dia, e sou informado que VMg.^{de} deseja que eu o sirua de Mestre de Campo de hum dos terços de infantaria da provincia de Alentejo, e achandome no merecimento tanto adiante deste posto me ofereço a VMg.^{de} a servir nelle mas lembro

(20) *Biblioteca da Ajuda* — Cód. 51-VII-29 — fol. 3 (cópia).

a VMg.^{de} que será rezão dar-me a escolher nos terços vagos; pera que me ache com gente com que nas ocazioẽs possa obrar no ceruiço de VMg.^{de} o que desejo» (21).

Nêsse ano de 46 começava a usar o titulo de Visconde (22) e foi servir no exército do Alentejo então superiormente comandado por Mendes de Vasconcelos (23). Três anos depois, por falta de saude, D. Diogo de Lima pedia a El-Rei licença para se ir tratar nas suas terras de Entre-Douro e Minho (24) e, logo a seguir, apresentava a D. João IV um memorial com a relação dos seus serviços, elemento precioso para a sua biografia:

«Senhor

Dom Di.^o de Lima tem seruido a VMag.^{de} depois de sua felice aclamação em decurso de sete pera oito annos pella maneira seguinte. Estando na Cidade de Coimbra segunda cidade do Reyno chegaraõ ali nouas confusamente de q̃ nesta Cidade era V Magestade aclamado por Rey, e tanto q̃ elle supp.^{to} o soube comessou logo a preuinar as couzas de maneira que sem contradicção fosse S. Mag.^{de} aclamado naquela Cidade tanto q̃ ouuesse alguã serteza da noua q̃ andaua. Elle mandou pessoas pello caminho desta Cidade a explicar o q̃ ouuesse, e hum correyo q̃ passou de hum particular q̃ deu a noua se foi elle supp.^{to} ao Pateo da Un.^{de} onde tinha mandado juntar seus Amigos e apaniguados e aly leuantou a uós por VMag.^{de} q̃ logo elles todos seguiraõ, e mandou repicar os sinos da Un.^{de} e logo foi discorrendo pellas mais partes da Cidade fazendo tomar a todos a vós de V.Mag.^{de} E se foi a Camara onde fez juntar os Vereadores e justiças, q̃

(21) *Biblioteca de Ajuda* — Cód. cit., fol. 59 v. e seg. (cópia).

(22) Cód. cit., fol. 92.

(23) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado* — 1.^a ed., tomo I, pág. 560.

(24) Cód. cit., fol. 217 v. e seg.

alguãs dellas duuidavaõ ainda e os fez andar pella Cidade com o pendão da Camara: E logo ao dia seguinte estando elle supp.^{te} pera se partir a uir beijar a mão a VMa.^{de} chegou noua de que nas villas de Monte Mor o uelho, que distaõ de coimbra quatro legoas e Aueyro, noue não querião tomar a vós de VMag.^{de} elle supp.^{te}, uendo a difficuldade que aueria em VMag.^{de} poder ficar Rey e possuidor seguro de seus Reynos se entre nós comessasen guerras ciuis, e se logo naquelle principio senaõ atalhassem aquellas faiscas queriam a dar em grandes inçendios dispondo toda a gente de sua parçialidade a cargo de Dom Diogo de Portugal, Rui Telles da Silua, Dom fran.^{co} de Lima, e garçia de Mello com superintendencia de Dom Andre de Almada os deixou preuenidos em forma de marcha, e elle só acompanhado de Dom João de Atayde, se foi a Villa de Monte Mor e tangeu o sino da Camera a que se juntou todo o Pouo pella nouidade lhe fez huã pratica ã continha as utilidades de termos Rey natural, junto com as ameaças da uezinhança de Coimbra e Un.^{de} que ia vinha marchando contra elles com todo seu poder e tomando o pendão ã estaua na Caza sahio aclamando a V Mag.^{de} o que todos seguiram, e com este exemplo fez Aueiro o mesmo, e os mais lugares da Estremadura ã estauão duuidosos, e se conseguiu o effeito taõ importante ao seruiço de V Mag.^{de} o que tudo consta pellas cartas da Un.^{de} e Camara de Coimbra ã estão na secretaria em poder do Doctor P.^o Vieira da Sylua. E logo seguros estes lugares se ueyo a esta Cidade renunciando o habito ecclesiastico pera melhor poder seruir a VMag.^{de}; e por essa occasiaõ perdendo tres mil cruzados ã tinha de beñs ecclesiasticos, sobre ã agora anda em demanda sobre lhe auerem custado em Roma os breues p.^a os segurar sinco mil Cruzados ã tomou emprestados de que esta pagando cambios e se offereceu a ir seruir a VMag.^{de} a parte onde VMag.^{de} o ouesse por seu seruiço, e VMag.^{de} lhe ordenou o fosse seruir de Capitão de Infantaria na Villa de Cascaiz, e leuantesse p.^a isto nesta Cidade huã Companhia no terço do Mestre de Campo Antonio de Madu-

reira o q̄ elle supp.^{to} fez logo, e aleuantou a mayor parte a sua custa, e se foi a della (?) pera a dita Villa onde assistiu seis mezes, sem elle, nem seus criados q̄ seruiaõ na dita Companhia nũca nem pagas, nẽ soldo, da fazenda de VMag.^{de} como os mais Capitaiõs e officiaes faziaõ, mas seruindo sempre a sua custa, e trabalhando nas guardas e fortificaçoẽs com grande cuidado e diligẽcia e uindo a esquadra de Dumquerque surgir de frente de Nossa senhora da guia, e nãõ se achando em Cascaez nenhum outro Capitaõ pago mais q̄ elle supp.^{to} lhe ordenou o Mr.^o de Campo Antonio de Madureyra q̄ se fosse a marinha com a sua companhia pera q̄ pelejasse com o inimigo em cazo q̄ quizesse deitar gente em terra p.^a onde se foi logo e assistiu nella sem fortificaçãõ nem trincheira tres dias e tres noutes ate q̄ o inimigo leuou ferro, e se foi na uolta de Cadiz, e nesta occasiaõ disse VMag.^{de} q̄ se todos os offeçiaes foraõ como Di.^o de Lima q̄ nvmca quando fosse necessaria se achariaõ fora de seus Postos, vindo toda a Armada de Castella, e cuidandosse uinha deitar gente em terra na mesma marinha o mandou Martim Affonço de Mello Governador das Armas daquela Praça e ocupar o mesmo posto da marinha, e porq̄ toda a Armada do Inimigo estaua muito metida a Terra nãõ deu fée della hum nauio de francezes senaõ depois de dobrar o cabo da Roca, e querendo arribar tanto que ueyo a Armada de Castella, e nãõ podendo ueyo buscar a terra pera emcalhar, e uindolhe dando caça duas setias do inimigo, varou o frances em terra, e eu avansey com a minha companhia ate me meter pella agoa, e estive dando cargas de mosquetaria as setias, e ellas a min athe q̄ se retiraraõ todos os francezes, e os recolhy nãõ perdendo elles mais que o seu Nauio que depois se fez pedaços nãõ o leuando os Castelhanos pello dano q̄ recebiaõ da minha mosquetaria. Neste tempo ordenou VMg.^{de} mandar sahir a sua Armada junta com a del Rey Christianissimo, e mandando embarcar nella o Terço q̄ assistia em Cascais, e sendo VMag.^{de} emformado da pouca saude com

que eu ao presente me achava ouue por seu seru.^{co} Reformarme prouendo a requerim.^{to} meu por Capitão da minha Companhia a D.^o de Britto ã entã era meu Alferes, e me mandou VMag.^{de} escreuer por francisco de Luçena secretario de estado ã auia por seu seruiço ã eu me não embarcasse naquella occasiaõ, e fazendo eu repetidas instancias a VMag.^{de} p.^a me auer de embarcar me respondeo VMag.^d sempre que como eu estivesse com melhor saude teria VMag.^{de} cuidado de se seruir de my e conhesendo elle o grande empenho com ã VMag.^{de} mandaua aquella Armada, e temendo ã com elle se fizesse alguã dilig.^{ca} de o prenderem pera ã não fosse na jornada se deixou andar neste lugar uestido de negro sem meter no nauio nem cama, nem huã outra couza ã desse indícios de sua determinação tendo peruenido hum barco ao dia que a Armada partio a foi tomar a São Gião, e nella andou sincoenta, e dous dias sem se dispir, nem ter nenhũa outra comodidade pla occasiaõ ã fica dita suçedendo a tormenta que obrigou a arribarem ambas as Armadas quebraraõ os mastareos a Capitanea, e leuou o vento as uellas de gavia da Capitania em ã elle hia com ã o nauio não podia tirar p.^a Balrauento, e se teue por sem duuida que daria a costa no cabo de espichel, e nesta occasiaõ chamou o General Antonio Telles a elle supp.^{to} e lhe deu hũa machadinha pera que tanto ã o galeaõ comessasse a tocar elle cortaçe o cabo ao Batel pera ã não ouuesse quem nelle se quizesse salvar desemparrando o nauio. Depois tornando a sahir as Armadas, e pelejando com a Armada de Dumquerque o nomeou o general Antonio Telles pera Capitão da Proa onde assistio todo o tempo que durou a peleja; Recolhyda a Armada a este porto o nomeou VMag.^{de} por Capitão de Infantaria do Regimento do Príncipe Nosso Sr. e daly a poucos dias o mandou VMag.^{de} p.^a a frontr.^a de Alentejo a ordem do gou.^{oa} das Armas Martim Afonso de Mello onde logo suçedeo a entrada ã as Armas de VMag.^{de} fizeraõ em Castella no lugar da Codeçeira, onde elle supp.^{to} se ouue de maneyra ã teue carta de VMag.^{de} em ã VMagestade lhe

agradece ser elle a primeira pessoa q̄ saltou as Trincheyras do enemigo, e retirou a peça de Artelheria q̄ ficaua a porta do Castello desemparada da gente que pellas m.^{tas} balas do Castello a não podiaõ retirar. Vindo o enemigo a praça deluas, e mandando duzentos caualllos aos Olivais o foi elle Supp.^{to} reconhecer e logo sahiu o Monteyro mor com outros tantos q̄ se achauaõ na praça, e mil e quinhentos Infantes, e o enemigo se foi retirando e cuidandosse logo q̄ tinha todo o seu poder emboscado, e não auendo quem o fosse reconhecer se offereçeram a isso elle Supp.^{to} e Dom João de Atayde, e foraõ em seguimento do enemigo athe Telená, e dahy uoltaraõ reconhecendo todos os uales onde deraõ com dous mil caualllos do enemigo com q̄ uieraõ escaramusando athe chegar a nossa gente, e foraõ occasião de VMag.^{de} não perder aquelle dia toda a sua gente, e a praça d'Elvaz. Neste tempo escreueo VMag.^{de} a elle Supp.^{to} se uiesse logo a esta Cidade como fez. E VMag.^{de} lhe diçe o auia cazado com Dona Joana de Vas.^{los} e menezes (25) com quem esperaua fazer-lhe grande m.^{co} e acrescentamentos a sua Caza o q̄ até o presente não teue effeito. Tratando VMag.^{de} o ueram seguinte passar as partes de Alentejo o foi elle supp.^{to} acompanhando athe a Cidade de Euora, e deixando ahy a VMag.^{de} se passou a praça d'Eluaz a buscar o ex.^{to} que sahia em campanha com o qual sahiu asentando praça em o terço de João de Saldanha com todos os seus criados a sua custa e chegando o ex.^{to} a auistar Valuerde deu o Conde de Obidos Governador das Armas a elle supp.^{to} hua carta de VMag.^{de} em q̄ VMag.^{de} lhe dizia q̄ aueria por grande seru.^{co} seu querello elle Supp.^{to} servir na Cauallaria e porquanto na presente ocazião a Infanteria era a que estaua e seruia com mais risco não pos logo por execuçaõ a

(25) Era filha de D. João Luis de Vasconcelos e foi senhora de Mafra, da Enxara, de Soalhães e Aregos, com todos os seus Padroados, tendo mais o senhorio da Ilha do Fogo e a Alcaidaria mor de Castelo Bom — Caetano de Sousa — *Hist. geneal.*, t. XII, p. I, pág. 116.

ordem de VMag.^{de} até q̄ a praça de Valuerde se rendeu, sendo o seu terço o q̄ hia de vanguarda dia que se fez o... e desembocou o fosso, e atacou a praça até q̄ o inimigo se rendeu, e dahy per diante em todo o tempo q̄ o ex.^{to} campeou seruirá elle na Campanha na cauallaria e nos sitios na Infanteria, porq̄ asim não pudesse auer ocazião em q̄ elle senão achase, e desta maneyra continuou em todas as marchas, e retirado o ex.^{to} de Badajoz e feito alto na serra da Ior, a de não os cabos do ex.^{to} q̄ fosse huã pouca de Infanteria uolante com mil cauallos, as Villas de Albofeira, Torre, e Almendral o q̄ se pos por obra saindo esta gente a meya noute e mandou o general da Cauallaria avizo esta facção quatro, ou sinco corredores q̄ fossem diante a reconhecer aquelles lugares e uer em q̄ modo de deffença estauão; se offereceraõ também pera isto elle Supp.^{to} e Ant.^o de Mendoça furtado e foraõ diante e entrãõ o lugar de Albufeira de noute e descorrerãõ por todas as Ruas até reconhecerem q̄ o inimigo não tinha mais poder q̄ na Igr.^a onde estaua fortificado, e amanheçendo chegando com toda a mais gente, e o inimigo com pouca defenza se entregou e se queimou e desmantelou o lugar; Daly marchamos ao Almendral onde chegamos a tarde, e porq̄ naquella villa havia dous mosteyros de freyras pello temor dos herejes q̄ hião no nosso exercito me encarregou o general da cauallaria q̄ fosse eu saluaguardia daquelles mostr.^{os} de Relegiozas, e eu por executar este offiçio sem q̄ ellas, nem as suas Igrejas recebesem algum dano dos herejes me entrey plo lugar antes de rendido, e ao entrar da primeiyrã Rua me leuaraõ com huã balla o chapeo da cabeça, e com outra passaraõ huã orelha do caualo em q̄ eu hia, entrando este lugar e desmantelado, e o dia seguinte o da Torre tornamos a buscar o exercito com o qual marchamos p.^a Alcunchel no qual lugar fui eu o primeyro q̄ suby a eminência onde auiamos de plantar nossas Baterias e porq̄ o caminho era aspero, e fragozo o não pude subir senão a pé, e leuando o caualo a Redea, e quando o quartel mestre chegou asima p.^a reconhecer

cuidando q̄ era o prim.^o lhe diçe elle Sup.^{to} q̄ auia muytas oras q̄ estaua en sima da eminencia, neste ponto chegou tambem ao mesmo sitio o gouernador das Armas Mathias de Albuquerque, e dizendosse q̄ o enemigo deitaua a caualaria fora da praça a degolar huã pouca de Infantaria q̄ estaua ja metida em huã orta, me mandou o Governador das Armas, que com quaisquer Caualllos q̄ eu achaze auançasse ao enemigo o q̄ eu fiz so per não achar ahy ninguem despenhandome pella serra abaixo, e cuidando o enemigo q̄ vinha mais cauallaria commigo se retirou outra ves pera dentro da praça e ficou com isso salua aquella infantaria que estaua taõ ariscada. Rendida esta prasa marchamos p.^a a de Villa noua del fresno a qual fui tambem diante reconhecer cõ gilote q̄ seruia de quartel mestre general, e em todos os dias que durou o sitio daquella Praça q̄ foraõ onze assisty eu sempre na cabeça de trincheyras e nas minas, e galerias q̄ se fizeraõ pera desembocar o fosso do enemigo, e sendo necessario desalojar o enemigo da falsabresa, me mandou o gouernador das Armas chamar a sua tenda dizendo-me q̄ só de mim fiaua o ir aquella noute, entre a meya noute, e a huã ora tocar huã Arma ao enemigo tam uiua q̄ o obrigaçe a ir aquella parte onde se tocaua com todo o seu poder p.^a no entretanto se lhe ganhar a falça braga o que elle Supp.^{to} fez de maneyra q̄ a falsabraga se ganhou sem contradicção por o enemigo estar occupado em o rechasar a elle. Tudo isto consta por Cartas do Gouernador das Armas escritas a SMag.^{do} e pella q̄ elle Supp.^{to} tem de VMag.^{do}. A este effeito retirado o ex.^{to} a Villa de Oliuença, e mandado recolher os terços a seus alojam.^{tos} se veyo elle Supp.^{to} pera sua caza a esta Cidade onde esteue athe q̄ de Alentejo se pedio socorro, por o enemigo estar com todo seu poder junto; elle se foi logo a praça de Suaz, e dahy à de Oliuença, por se dizer se queria daquella praça fazer huã entrada em Castella como com effeito succedeo indosse Atalaveyra fazer huã emboscada a caualaria do enemigo onde elle Supp.^{to} foi e degolarão nouenta Caualllos do

enemigo e uindosse retirando p.^a Olivença sahio o enemigo com toda sua cauallaria q̃ tinha em Badajox e ueyo a Ribeira de Valuerde onde fugiu toda a nossa cauallaria ficando sos os fidalgos, e offeçiais elle Supp.^{to} não podendo ter a gente q̃ não fugiçe emuistio so cõ o enemigo, e depois se atrauesou no paço da Ribeyra onde lhe deraõ tres estocadas e huã cutilada, e leuando todas estas feridas pellas tres oras do dia, se não retirou senão as onze da noute andandosse por espaço de tantas oras desangrando por tantas feridas só por uer se com seu sangue e uida podia melhorar o partido de VMag.^{do} e reputaçãõ de suas Armas; As cartas que VMag.^{do} nesta occazião fez m.^{co} escrever a elle Supp.^{to} testificam bem o como elle nella se ouue. Ao quarto dia depois de ferido chegaraõ nouas a Villa de Oliuença q̃ o Marquez de Terracuzza capitão general do ex.^{to} del Rey catholico vinha sitiar a Praça deluaz, e pla impossibilidade com q̃ elle supp.^{to} se achaua pera se poder levantar, se mandou trazer a praça deluaz em huã Rede do Brazil, per não poder de outra maneyra, e tanto q̃ o enemigo a veyo sitiar mandou o gouernador das Armas, Mathias de Albuquerque noteficar a elle Supp.^{to} pello Tenente de Mestre de Campo general que tinha ordem de VMag.^{do} pera o mandar logo q̃ se uiesse curar a sua caza a esta Cidade, ao q̃ elle respondeo q̃ as feridas q̃ auia poucos dias auia recebido lhe deixaraõ ainda algum sangue nas ueas q̃ poder deramar em seruiço de VMag.^{do} e defençaõ daquella praça aonde se mandara trazer do modo q̃ sua S.^{ria} sabia so pera se achar na defençaõ della, e assim com as feridas abertas se levantou logo e se foi p.^a as trincheyras onde não faltaua mais que o tempo em q̃ vinha a sua Caza a curarçe das ditas feridas q̃ todas tinha ainda abertas, e depois do enemigo retirado com tanta perda sua e gloria das Armas de VMag.^{do} se ueyo elle entam a esta cidade a sua Caza acabar de curar, e cobrar forças p.^a de nouo tornar ao seruiço de VMag.^{do} E logo no anno seguinte saindo o Marquez de Legares em Campanha a expugnar o forte q̃

auíamos feito p.^a defensão da Ponte de Oliuença e defen-
sam daquela praça foi VMge.^{do} em pessoa para lhe fazer
oposição e por o tempo e occasiãõ não darem lugar não
passou VMag.^{do} da Villa de Montemor aonde elle Supp.^{to}
foi sempre nesta occasiãõ acompanhando a pessoa de
VMag.^{do} athe VMag.^{do} se recolher a esta Cidade. O Anno
de 647 se comessou o ex.^{to} de VMag.^{do} a descampar, e des-
mantelar m.^{to} em rezaõ de se discontentarem m.^{to} os offi-
ciais delle de alguñs Preuim.^{tos} q̃ fizeraõ desiguais, prinçi-
palmente os Mestres de Campo que quasi todos largaraõ
os postos o que uendo elle Supp.^{to}, e dandolhe a entender
da parte de VMag.^{do} leuaria em elle naquella occasiãõ ir servir
no posto de Mestre de Campo aceitou o dito posto tam infe-
rior ao q̃ entam estaua a caber por todas as razoeñs q̃
VMag.^{do} lhe fez m.^{co} de dizer pera elle fazer major... elle
naquella occasiãõ lhe hia fazer prometendolhe VMag.^{do} logo
entam o posto de Governador, e Capitão geral do Reyno do
Algarue, pera quando o Conde de Obidos que entam
occupaua acabaçe o q̃ se lhe não cumprira prouendo nelle
a fran.^{co} de Mello Monteiro Mor, e se partiu elle Supp.^{to} p.^a
a Cidade de Eluaz no tempo dos caniculares a continuar
com a occupação de Mr.^o de Campo athe que do trabalho,
e quentura do estio em que faziaõ continuas saydas a Cam-
panha lhe deu huã febre malina de q̃ esteue de todo des-
comfiado dos medicos, e lhe foi forçado uirse comualecer
a este lugar a sua caza aonde teue tantas recaydas q̃ lhe
toi forçado abrir duas fontes q̃ lhe são grande empedim.^{to}
ao m.^{to} q̃ na guerra dezeja obrar no seru.^{co} de VMag.^{do}»(26).

Eram assim os homens da *Restauração!*

D. João IV não podia deixar de premiar os altos ser-
viços prestados na causa da independência nacional pelo
Visconde de Vila Nova de Cerveira. Apesar de se dizer
que os Reis não têm memória, eles sempre ouviram e

(26) *Biblioteca da Ajuda* — Cód. cit., fol. 221 v. e segs. copia dum doc. que tem por título: «Relação q o Bisconde Dom Di.^o de Lima fez a el-Rey Dom Joaõ o 4.^o de seus seruiços».

atenderam entre nós as justas reclamações dos seus súbditos. Havia um sentido superior e nobre de julgar os outros que se perdeu depois.

Assim, D. Diogo de Lima, era nomeado governador militar da Província de Entre Douro e Minho «por haver ocupado em Alentejo o Posto de Mestre de Campo com procedimento digno da sua qualidade, como por ser [nessa região nortenha] senhor de muitos vassallos», como dizia o Conde da Ericeira (27).

Isto passava-se em 1649 e D. Diogo de Lima ia substituir no seu novo posto o Conde de Castelo Melhor, então nomeado para o governo do Estado do Brasil.

Não era a província do Minho a mais importante na defesa do Reino, pois a do Alentejo, pela sua fácil penetração, ocupava as melhores atenções dos espanhóis e dos portugueses, tendo sido nela que se travaram as grandes batalhas da *Restauração*. No entanto era esta uma alta distinção concedida a quem tão esforçadamente se tinha batido pela causa nacional.

D. Diogo de Lima veio ainda a fazer parte do Conselho de Estado e guerra, foi Estribeiro-mór de D. Afonso VI quando deixou definitivamente o governo militar do Minho (1660) (28), e Presidente da Junta do Comércio. Morreu a 24 de Abril de 1685 (29), e, como refere Caetano de Sousa (30), enterraram-no em S. Lourenço, no antigo jazigo dos Nogueiras.

O 8.º (ou 9.º) Visconde de Vila Nova de Cerveira soube ser português num momento em que para tal eram exigidas grandes qualidades morais e um absoluto desprezo pela vida.

(27) *Portugal Restaurado* — t. I, pág. 692.

(28) Conde da Ericeira — *ob. cit.*, t. II, pág. 283.

(29) Caetano de Sousa — *História Genealógica* t. XII, p. I, pág. 117; nas *Memórias Históricas e Genealógicas*, 1.ª ed., pág. 561, dá-o como falecido em 1686, data que Sanches de Baena perfilha no vol. cit., t. II, pág. 315.

(30) *Ib.*

*

* . *

Começamos por publicar o Códice 51-VI-22, que se encontra encadernado em pergaminho tendo pertencido ao arquivo dos Condes de Redondo. Na primeira folha tem escrito: «Cartas Regias d'ElRey D. João 4.º, e do/ /Principe D. Theodozio para o Bisconde D./Diogo de Lima./De 1649 até ao fim de 1651.»

No fim de cada ano tem este códice um índice alfabético, por assuntos, das cartas do Rei. Assim a fls. 127-128 v., 315-318, 435-438.

Como a nossa intenção é publicar apenas as cartas reais para Cerveira, deixamos de fora os escritos do monarca que se encontram a fls. 125, 131, 137 e 303, todas dirigidas a D. Francisco de Azevedo, mas que temos de dar a conhecer noutro lugar.

A ordem que damos a estas cartas é a do códice, que compreende 438 folhas, numeradas a vermelho no rosto, tendo também uma outra numeração a preto que mostra haver andado dividido. Conservam-se os subscritos e as cartas são escritas em boa letra com a assinatura real ou do Príncipe D. Teodósio e em quase todas há assinaturas de alguns ministros.

Segue-se o Códice 51-VI-23 que tem a mesma proveniência e está também encadernado em pergaminho. Com igual critério de aproveitar só as cartas reais para D. Diogo de Lima, puzemos de parte logo o seu primeiro documento: uma cópia do decreto de 25 de Janeiro de 1652 que declarava D. Teodósio generalíssimo das armas de todo o Reino. E como restringimos esta obra à época em que D. Diogo de Lima esteve como governador militar do Minho (1649-1660), excluimos as seguintes cartas, que estão fora desse período: carta de D. Pedro II para o Visconde de 20 de Setembro de 1683 (fol. 125); cartas de D. João IV para o mesmo, de 8 de

Julho de 1648 (fol. 215), de 8 de Outubro de 1647 (fol. 217); cartas de D. Afonso VI para o mesmo, de 26 de Maio de 1663 (fol. 385), 22 de Maio de 1663 (fol. 387), 25 de Junho de 1663 (fol. 389), 12 de Junho de 1663 (fol. 391), 6 de Junho de 1663 (fol. 393), 5 de Junho de 1663 (fol. 395), 4 de Junho de 1663 (fol. 397); cartas de D. João IV para o mesmo, de 5 de Maio de 1642 (fol. 399), 27 de Junho de 1642 (fol. 401), de 25 de Junho de 1643 (fol. 403), de 1 de Setembro de 1643 (fol. 405), de 24 de Setembro de 1644 (fol. 407), de 23 de Setembro de 1644 (fol. 409), de 21 de Novembro de 1644 (fol. 410), de 11 de Janeiro de 1644 (fol. 412), de 2 de Dezembro de 1644 (fol. 414).

Este códice tem, como o anterior, alguns índices alfabéticos, por anos. Assim há um de fols. 213 a 214 v., outro de fol. 416 a 419 v. e outro, de fols. 510 a 512.

Seguem-se os Códices que contêm as cartas de Vila Nova de Cerveira para o Rei (51-VII-40 e 41) e com eles terminamos esta compilação, que constitui mais um subsídio para a História de Portugal durante o período restauracionista.

Ajuda, 13 de Janeiro de 1940

E. B.

CARTAS RÉGIAS
 PARA O VISCONDE DE VILA NOVA
 DE CERVEIRA

(Bibl. Aj., Cod. 51-VI-22)

1649 — JANEIRO — 30

Bisconde amigo. Eu ElRey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. Na occasiaõ da Campanha do anno passado, mandey uir da Prouincia do Minho, adonde agora vos enuio a gouernar as armas della 400 Infantes de socorro para Alentejo, e das marchas do caminho, e depois de chegar, se auzentaraõ quasi todos; e porq̃ Eu tenho mandado ordenar ao Conde de Saõ L.^{co} q̃ despida os officiaes das primeiras planas das companhias, e alguñs soldados dellas se ouuerem ficado, para q̃ todos se recolhãõ a Prouincia do Minho donde vierãõ; e conuem m.^{to}, q̃ os soldados q̃ faltaõ destas comp.^{as} q̃ saõ velhos e expriimentados, se reconduzaõ logo a ellas; Vos encomẽdo q̃ logo q̃ chegardes a Prouincia o procureis assi, expedindo para isso as ordeñs q̃ tiuerdes por convenientes, e para isto leuareis comvosco os capitaes da quellas comp.^{as} q̃ se achaõ nesta corte; e porq̃ sou informado, q̃ a maior parte, ou todos os soldados da guarniçaõ do castello de Santiago de Viana, de cujo gouerno tenho encarregado a frey Pedro de Araujo de Sousa e Castro, Comendador de Ansemil da ordem de saõ Joaõ se foraõ do mesmo castello, e q̃ as guardas delle as faz a gente da ordenança da Villa; e Eu com a occasiaõ de huma desordem q̃ no fim do anno de 646 ouue no mesmo castello, com os officiaes q̃ hiaõ fazer pagamento aos soldados, e Artilheiros delle, mandey ordenar ao Conde de Castel melhor por carta de 23 de feuereiro do anno seguinte de 47. q̃ procurasse tirar do castello todos os soldados de sua guarniçaõ, e aggregados as comp.^{as} do terço q̃ serue naquella Prou.^a trattando de

castigar oito dos q̄ foraõ mais complices no motim: e dos soldados das comp.^{as} enuiasse ao Castello outros tantos, como os q̄ se tirassem delle, de modo q̄ ficassem no castello todos os da sua dotação; e parecesme tambem aduertiruos disto, e encomendarvos assi mesmo que tantoq̄ chegardes aquella Prou.^a façaes q̄ se busquem os soldados q̄ fugiraõ do castello, e aggregalos as companhias do terço, e metendoos nas praças onde entenderdes q̄ estaraõ mais seguros procurando q̄ logo se metaõ no castello todos da sua dotação, para que não falte nelle quem acuda as guardas, e a tudo o mais q̄ por necessario a sua deffensa e do q̄ fizerdes em huã, e outra cousa me auisareis, porq̄ o quero ter entendido. Escrita em Lx.^a a 30 de Jan.^o de 1649.

Rey

C.^{de} Cam.^o Mor

Dom João da Costa

Para o Gou.^{or} das Armas do Minho

1649 — FEVEREIRO — 12

Bisconde amigo. Eu el Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̄ amo. Por ter entendido que algũs homẽs ricos tem egoas para seu seruico sem as quererem lancar a cauallo so por naõ criar em outros que possaõ servir na guerra estorvando por esta uia os meios que pode auer para q̄ haja caualos no Reino sem que será necess.^o mandalos vir de fora delle com taõ grande custo, e difficuldade como se faz, tenho mandado ordenar à junta da criação dos cauallos procure saber que pessoas usaõ desta estratagemas em todo o Reino para serem castigados, como o mereçe taõ grande culpa, e que em todo elle faça lançar bando que toda a pessoa que nesta forma tiuer Egoa, seja perdida para quem a denunciar. E porq̄ conuem q̄ isto se execute com todo o rigor nessa Prouincia, me pareceo encarregaruos mui particularm.^{to}, como o

faço, o cuidado com q̃ por vossa parte aueis de attender tambem a execuçaõ de huã, e outra cousa, paraq̃ por nenhuma parte se falte ao q̃ tanto importa a meu seruiço, e à defenza, e conseruaçaõ do Reino.

Escrita em Lx.^a 12 de feur.^o de 1649

Rey

Jorge de Mello Dom Alu.^o de Abranches
de Cam.^{ra}

P.^a o g.^{or} das armas da Prou.^{ca} do Minho

1649 — FEVEREIRO — 13

Bisconde Amigo. Eu ElRey nos enuio muito saudar como aquelle que amo. Porque plas mesmas resoẽs, que o Conde de Castel melhor uosso antecessor, ate gora o fazia, parece naõ comuinha deixar de hir, conseruando, a intellegẽcia de que elle uzaua, para por uia de Galiza, se alcançarẽ alguãs nuticias do enemigo, vos encomendo m.^{to}, a sua des precurando, com o rrecatto, e cautella, q̃ importa, dandome, conta pla secret.^{ria} do expediente, do que da mesma intelligẽcia rezultar. escrita, em Saluatterra a 13 de feur.^o de 1649.

Rey

P.^a o Bisconde de V.^a Noua da Cerueira

1649 — FEVEREIRO — 23

Visconde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar como aquelle que amo. Dezejo ter entendido com toda a certesa o estado em que se acha El Rey de Castella assy no que toca a saude, como das cauzas por que se dillata o seu cazamento. E por que o Conde de Castel melhor tinha nessa fronteira uia certa por donde se alcansauão

semelhantes nouas quoando conuinha procuralas de que deixou advertido ao mestre de campo Francisco Perez da Sylva, lhe encomendo que por a mesma uia ou por a que tiuerdes por melhor procureis alcançar estas e as mais noticias q̄ for possiuel de tudo o que passa em Madrid, e como tiuerdes reposta que se entende podera tardar poucos dias ma enuiareis sem dillacaõ alguã. Escrita em Lx.^a 23 de feuereiro de 1649.

Rey

Jorge de Mello

M. Fernão Telles de Menezes

P.^a o gou.^{or} das armas da Prou.^a do Minho

1649 — MARÇO — 8

Bisconde amigo. Eu el Rey uos enuio muito saudar como aquelle q̄ amo. Hauendosse me representado os seruicos que o Ajudante P.^o de Faria me tem feito nas guerras do Brasil, adonde seruiu m.^{tos} annos, e nas dessa frontr.^a, e o zelo e bons procedim.^{tos} com q̄ os tem continuado no gouerno do Castello de Castro Leboreiro, de que esta encarregado fazendo que os moradores daquelle Cons.^o depois de se auerem retirado delle, e desemparrado suas casas, e fazendas em rasoã das continuas entradas do inimigo, o tornassem a habitar, e cultuiar defendendo os sempre com grande ualor, e aquelle Castello com tal resolução na occasiaõ em q̄ o Marquez de Tauora gouernando Galiza veo sobre elle com 300 cauallos e sete mil infantes, que depois de se desenganar de o poder render, se retirou com perda de gente, e de reputaçãõ; e fazendo tal guerra em Galiza q̄ cançados os moradores della aceitarãõ contribuirme uoluntariam.^{te}, so porque cessassem os danos que plo ualor de P.^o de Faria conti-

nuam.^{to} recebiaõ, sendo taõ grande o seu prestimo que por meio de sua diligencia se alcançauaõ com m.^{ta} facilidade as noticias de Castella mui particulares, mandandosse correos com toda a breuidade a procuralas em varias occasiões, de uendosse tudo ao seu procedim.^{to} Aduertindosseme tambem ã tudo o referido se ficaria destruindo se P.^o de Faria fosse tirado daquella occupaçã, porq.^{to} as pessoas ã me seruem no paiz do inimigo lhe deferem com uerdade plo respeito, medo, e boa correspondencia que com elle tem; e que por este respeito conuiria que se lhe mandasse passar patente de Capitaõ de infantaria com o soldo deste posto para com elle poder continuar na occupaçã do gouerno do Castello de Crasto Leboreiro. Com attençã a tudo me pareceo encomendaruos que tomando as noticias que nos parecem necessarias me auizeis do que se vos offerecer em rasãõ desta materia para com isso poder tomar nella a resoluçã, ã mais conueniente for a meu seruiço. Escrita em Lx.^a a 8 de Março de 1649.

Rey

Dom Alu.^o de Abrantes
de Cam.^{ra}

Dom João da Costa

P.^o o Gou.^{or} das armas da Prou.^a do Minho

1649 — MARÇO — 8

Bisconde amigo. Eu El-Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle ã amo. Recebeosse a vossa carta de 16 do passado em que me dais conta, da falta de disciplina que achastes na gente das companhias da Villa de Barcellos (quando a ella chegastes) por naõ terem officiais cuidadosos disto, e o sargento mor por sua muita idade o naõ poder fazer, e estar incapaz de exercitar o posto; apon-tando que por esta cauza conuira remouelo delle, e nomear

outro em seu lugar. E hauendo uisto tudo o que sobre este particular referis, me pareceo dizervos que por não conuir a este sargento mór sem se lhe dar outra cousa havendo tantos soldados q̃ acomodar procurareis remedear as faltas que por sua m.^{ta} idade se occasionão na melhor forma que possa ser, ordenando q̃ o Capitão mor daquella Villa assista nella, e procure com os officiais da milicia da mesma Villa, e sua comarca de exercitar a gente da ordenança, e tella armada, e exercitada de modo q̃ se possa usar della q.^{do} as necessidades, e occasiões o pedirem. E a uos encarrego, e encomendo m.^{to} o cuidado com que tambem por vossa parte haueis de procurar q̃ assi se faça. Escrita em Lx.^a 8 de Março de 1649.

Rey

Dom João da Costa

O C.^{do} Cam.^{ro} Mor

P.^a o gou.^{or} das armas da Prov.^{ca} do Minho

1649 — MARÇO — 12

Visconde amigo. Eu El-Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. A João Losna de Labart que me esta seruido nessa Prouincia (tendo consideração a seus seruiços) foi seruido mandar passar patente de Capitão de cauallos da companhia de q̃ ofoi Antonio de Queiros Mascarenhas com o soldo deste posto para o gosar na forma das ordens dadas, que conforme a ellas vem a ser som.^{to} a metade; e pedindome o mesmo João Losna lhe fizesse merçe mandar-se-lhe desse o soldo por inteiro para o gosar, como gosão os mais estrangeiros, por lhe não deferir a esta sua pretensão, se tornou a continuar nessa Prov.^{ca} o exercicio do cargo de thenente de cauallos como o fazia de antes, sem aceitar a patente q̃ se lhe auia pas-

sado. E porque agora se me representou que por ser grande o prestimo, zelo, e ualor deste frances, e elle sogeito mui capaz e benemerito do posto de Capitão de caualllos, conuiria occupalo nelle sem se reparar em se lhe dar o soldo por inteiro, porq̃ a razão que para isto hauia, era que ficando Labart sem a companhia não ficaua sem o soldo de Ajudante da cauallaria q̃ occupaua, e dandosse a companhia a qualquer outro capitão, junto o soldo della ao q̃ hoje tem Labart, vinha a ser mais do q̃ elle pede representandosse me tambem que para eu lhe fazer esta merce, quando não ouuera outra rasão, nem Labart tiuera em seu fauor outras m.^{tas} acompanhadas de seus seruiços bastava só para se lhe auer de fazer, o que hauia obrado na occasião de 22 de Dezembro proximo passado, em que se derrotou huã companhia de caualllos ao inimigo e forão prisioneiros o capitão, e thenente della, e outros soldados, e morto o furriel, deuedosse tudo ao singular ualor, e boa ordem com q̃ Labart se portou, como principal autor da facção, saindo della ferido, como ja o hauia sido tres uestes o verão passado. E considerando tudo me pareceo encomendarvos que inteirando vos do que fica referido acerca destes particulares, me auizeis do que se uos offerecer em rasão delles, paraq̃ com isso se possa tomar na materia a resolução q̃ mais conuenha a meu seruiço. Escrita em Lx.^a a 12 de Março de 1649.

Rey

O C.^{de} Cam.^{ro} Mor

Dom João da Costa

P.^a o gou.^{or} das armas da Prou.^a do Minho

1649 — MARÇO — 12

Visconde amigo. Eu el-Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. O Conde de Castelmelhor estando

ainda nessa Prouincia me propos para a companhia q̄ nella vagou por promoçãõ de Inacio do Rego Barretto ao posto de Capitãõ mor do Grampará, a Esteuaõ Fernandez, e Lourenço Craueiro com relação de seus seruiços. E porq̄ eu lhe tinha ordenado que para esta mesma companhia me propuzesse tambem à Francisco Soares de Castro, a cujo cargo está o gouerno da praça de Monção, aduertio o Conde que o não propunha (sendo que era sogeito mui benemerito, e digno de eu lhe fazer m.^{oe}) por implicar m.^{to} ao seu posto, o hauer de ser Capitãõ em Saluaterra, porq.^{to} em Monção adonde he gouernador, assiste a companhia do Mestre de Campo que diz, sobeia para sua guarnição quando para socorro de otras Prouincias se lhe não tira o maior numero de seus soldados, mas q̄ com eu mandar dar a Francisco Soares de Castro o soldo de Capitãõ de infantaria, como o tem os Capitães mores das fronteiras, entendia q̄ ficaria elle satisfeito, e eu seruido. E porq̄ antes de tomar resolução nesta proposição, e materia me pareceo comunicarvola vos encomendo que doq̄ se vos offerecer em razão della me auiseis com vosso parecer. Escrita em Lx.^a a 12 de Março de 1649.

Rey

O C.^{de} Cam.^{ro} Mor

Dom João da Costa

P.^a o gou.^{or} das armas da Prou.^a do Minho

1649 — MARÇO — 24

Bisconde Amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar como aquelle que amo. Receberão se as vossas Cartas de 7 do prezente, e a que com ellas me enuiastes de alguãs nouas de que poruia de Galiza, tinheis notiça de Castella, e hauendo a uisto com o mais que nas vossas referieis, em rezão das intilligências de que, como se vos

emcarregou, deueis uzar; para no modo possivel alcançardes os designios, do inimigo, vos quiz aggradecer, como por esta o faço, o cuidado, que me significais, tendes de o procurar. E com esta occazião, me pareceo dizeruos, que quando me derdes conta de materias de qualidade, que soo a my as hajaes de comonicar o façaes deregindo as Cartas pla Secret.^{ria} do expediente, e as q̃ forem de qualidade diferente que alcançardes desta comrespondênçia, podereis emcaminhar plo Cons.^o de guerra. Escritta em Lix.^a a 24 de Março de 649.

Rey

Ao Bisconde Gou.^{or} das Armas

1649 — MARÇO — 22

Visconde amigo. Eu El Rey nos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. Com esta carta se vos remetera outra do Cabido da See de Braga em q̃ se queixa do gouernador da praça de Valença Antonio de Abreu lhe auer impedido com a ordem q̃ deu (que tambem se vos remete) a mudança que o Cabido intentou fazer do Auditorio ecclesiastico que está naquella praça para a Villa de Arcos apontando na mesma carta as rasoões que para isto ha; Encomendouos q̃ uendo tudo o que neste negocio ha passado, e tomando sobre elle as noticias que vos parecerem necessarias, me informeis do que achardes, e resultar desta diligencia com toda a particularidade e vosso parecer para q̃ com inteira noticia de tudo possa eu mandar tomar na matr.^a a resolução q̃ tiuer por mais conueniente a meu seruiço. Escrita em Lx.^a 22 de Março de 1649.

Rey

O C.^{de} Cam^{ro} Mor

M. Fernão Telles de Meneses

P.^a o g.^{or} das armas da Prou.^a do Minho

1649 — MARÇO — 27

Bisconde Amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Vi a vossa carta de 3 deste mez, e a que com ella me enviastes da condessa de Crecente, e plo que na vossa referireis, em razão de que se poderia bem escusar no Rn.º a correspondencia da condessa, me pareceo significaruos, como por esta o faço que tiue por acertado o fundamento, com que na matteria reparastes e por acção mui propria da confiança, que sempre fiz de vosso zelo, e lealdade. Encomendouos, que assy o vades obseruando neste particular, por que na mesma conformidade se auisa aos mais gouernadores das Armas, e Prouincias do Rn.º Escritta em Lix.ª a 27 de Março de 1649.

Rey

P.ª o Bisconde de V.ª Noua.

1649 — MAIO — 31

Visconde amigo. Eu el Rey uos enuio m.^{to} saudar como aquelle que amo. Com esta carta se vos remetera huã petição de Enrique Leitão Roballo que hauendo seruido ate agora na Prouincia da Beira na forma que vereis dos papeis de seus seruiços que vos prezentara, e delles os postos que occupou; vai continua-los nessa fronteira do Minho; E porque o pretende fazer com o posto; vos encomendo mo propunhais para os q̃ ahy ouuer vagos, ou vagarem, e em q̃ estiuer acabar, com relação de seus seruiços, merecim.^{tos}, e prestimo na forma das ordens dadas. Escrita em Lx.ª a 31 de Março de 1649.

Rey

Don Alu.º de Abranches da Cam.ª

M. Fernão Telles de Menezes

P.ª o gou.^{or} das armas da Prou.ª do Minho.

1649 — ABRIL — 3

Bisconde Amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Encomendovos que em recebendo esta carta, façaes dar a execução, o que por outra minha de dez de Novembro do anno passado, mandei encarregar ao Conde de Castel Melhor, governando elle as Armas nessa Prouinçia, remetida ao mesmo Conde por uia de Ruy de Figueiredo, com a pessoa de P.^o Lopes d'Azeuedo, que fareis, que esteja reteudo na praça de Saluaterra, se ainda o não estiuer plo nosso Audittor geral, que tomou entrega d'elle; E emquanto eu não mandar outra cousa, não sahira della para fora. Escritta em Lisboa a 3 d'Abril de 649.

*Rey*P.^a o Bisconde de Villa noua.

1649 — ABRIL — 7

Visconde amigo. Eu El Rey nos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. Por entender que na praça de Saluaterra de Galiza se podia escuzar governador particular, e poupar o soldo que se lhe daua encarregandosse aquella occupação ao Mestre de Campo do terço dessa Prouincia; fui seruido encarregala ao Mestre de Campo Francisco Peres da Silva, na forma q̃ uereis do Aluará q̃ lhe mandei passar; E para que o tenhais entendido me pareceo auizarvolo, como o faço por esta carta. Escrita em Lix.^a 7 de Abril de 1649.

Rey

Dom João da Costa

M. Fernão Telles de Menezes

P.^a o gou.^{or} das armas da Prou.^a do Minho.

1649 — ABRIL — 30

Visconde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar como aquelle que amo. Com esta carta se vos remetera huã petição do Alferez reformado Manoel de Souza de Meneses em que pretende accressentamento de posto; Encomendouos que uendo as rezoões que para isso apponta quando chegar occasião mo proponhaes para os postos que lhe couberem, com attenção a sua qualidade e merecimento na forma das ordens dadas. Escrita em Lx.^a 30 de Abril de 1649.

Rey

José de Mello

Dom Alu.^{ro} de Abranches de CamaraP.^a o gou.^{or} das armas do Minho

1649 — MAIO — 15

Bisconde Amigo. Eu El Rey uos envio muito saudar. Por se euitarem os resp.^{tos} com q. os supperintendentes da criação dos cauallos deixão, como erão obrigados, na forma do Regimento, de entender com alguãs pessoas, que sustentando egoas capazes de criação as não querem por poderozas, entregar, vos encomendo muito, que fazendo tomar informação das egoas, que nesse destrito não andão alistadas, e poderião seruir para o mesmo intento, se tomem a Rol que se remetterá ao supperintendente, a que tocar, aduertindo lhe de minha parte o faça lançar no seu liuro plo escriuão delle, de maneira, que ficando em lembrança puxe plos donos das egoas, e os obrigue fazellas cobrir dos cauallos geraes, de que os mesmos supperintendentes terão cuidado de enuiarvos certidões para mas remetterdes pla junta da Criação, e constar a todo o tempo do numero de egoas, que ficão lançadas em liuro, e se dellas se faz menção nas listas, que con-

forme ao Regimento deuem entregar cada anno na mesma junta. Escritta em Alcantara a 15 de Mayo de 649.

Rey

P.^a o gou.^{or} das Armas da Prou.^a do Minho

1649 — MAIO — 16

Visconde amigo. Eu el-Rey uos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. Hauendo visto da vossa carta de 8 do passado o q̃ nella apontastes para se hauer de acomodar a Francisco Soares de Castro Capitão mór de Monção, ou com hũa companhia de infantaria, ou com o soldo della; tendo a tudo consideração fui seruido nomealo na que vagou no terço dessa Prouincia por Inacio do Rego Barreto para a servir juntam.^{to} com o cargo de Capitão mór de Monção, na forma q̃ vereis da patente q̃ lhe mandei passar. E porq̃, tenho entendido que o Alferes reformado Lourenço Craueiro, q̃ tambem me foi proposto para esta mesma companhia, me tem seruido com grande satisfação, vos encomendo tenhais lembrança, e cuidado de mo propor para as primeiras companhias que ahy uagarem, com relação de seus seruiços e merecimentos na forma das ordens dadas. Escrita em Alcantara 16 de Maio de 1649.

Rey

O C.^{de} Cam.^{ro} Mor

Dom Alu.^o de Abranches de Cam.^a

P.^a o gou.^{or} das armas da Prou.^a do Minho

1649 — MAIO — 17

Visconde amigo. Eu El-Rey vos envio m.^{to} saudar, como aquelle q̃ amo. Sou informado, que alguñs officiaes, e soldados da guerra, e outras pessoas, fazem entradas

em Castella pa. pilhagens, em graue dano, e prejuizo de meu seruiço, e dos moradores da Raya, e por conuir muito obuialos ouue por bem de prohibir, (sob pena de cazo mayor) as tais entradas, e que se possão fazer somente com ordem expressa dos gouernadores das Armas; e pareceo me auisarvos, e mandarvos, que nessa Prouincia de entre Douro, e Minho, façais que assi se cumpra, e guarde, e para ser a todos notario, mandareis fazer as deligencias q̃ tiuerdes por necessarias, e que esta carta se registre nos liuros a q̃ pertencer, para q̃ sempre haja memoria desta minha resolução. Escrita em Alcantara a 17 de Mayo de 1649.

Rey

O C.^{de} Cam.^{ro} mor

Dom Alu.^o de Abranches de Cam.^a

Para o Visconde de Villa noua de Ceru.^a

1649 — MAIO — 18

Visconde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle que amo: Já deveis ter noticia, que na mayor parte dos lugares de Andaluzia, e em muitos do Reyno de Castella, ha peste de que ds. nos liure, e que por descuido q̃ ouue na Cidade de Lagos do Reyno do Algarue, se lhe pegou o mal de hum barco que veyo de Cadiz áquelle porto, e por outro descuido semelhante, passou o contagio a Silues çidade do mesmo Reyno, de q̃ vos mando aduertir, para que procureis (como tenho por çerto hauereis feito) que nos lugares de uossa jurisdicção haja sobre esta materia o resguardo e uegia que conuem; escrita em Alcantara a 18 de Mayo de 1649.

Rey

P.^a o Visconde de Villa noua da Ceru.^{ra}

1649 — MAIO — 20

Visconde amigo. Eu El Rey nos enuio m.^{to} saudar como aqle que amo; todas as uezes q̃ as minhas armas tiverem nessa prouinçia algum subçesso de consideração, demais do avizo que fareis ao Conçelho de guerra, me enuiareis huã Relação delle com toda a uerdade e circumstançias, pella secret.^{ria} de estado, para a mandar remeter aos embaixadores, e ministros que assistem fora do Reyno e se ter em toda a parte notiçia daquelle subçesso, e se poder logo diuulgar, e imprimir em differentes lingoas pellos gazeteiros de Italia, Alemanha, França, Holanda, e Sueçia que todos tem ordem minha para o fazer; escrita em Alcant.^{ra} a 20 de Mayo de 1649.

*Rey*P.^a o Visconde de Villa noua de Ceru.^{ra}

1649 — MAIO — 20

Bisconde Amigo. Eu El Rey nos enuio muito saudar como aquelle que amo. Aggradeçovos o cuidado com que na vossa de 5 do presente, me significastes, estaveis procurando, por meo das inteligências de que uzaueis, alcançar, os disgnios do enemigo; encomendovos mvito, que assy o vades contenvando, e tendo por çerto, que em vossos particulares, conheçereis sempre, me não faltara a lembrança, que vosso zelo mereçe, para reçeberdes de mi a mr.^{co} que ouuer lugar, escrita em Alcantara a 20 de Maio de 649.

*Rey*P.^a o Bisconde de V.^a Nova.

1649 — MAIO — 23

Visconde amigo. Eu El-Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. Geraldo Pereira do Lago natural da cidade de Braga, me representou os serviços q̃ me ha feito no Brasil, e nessa fronteira, e porq̃ deseja continua-los nella, Vos encomendo, q̃ inteirado de sua qualidade, e prestimo o occupeis nos postos q̃ entenderdes dara boa conta de sy, propondoo tambem para os q̃ vagarem, e em q̃ estiuer a caber com relação de seus seruiços na conformidade de minhas ordens. Escrita em Alcantara a 23 de Mayo de 1649.

Rey

Jorge de Mello

Dom João da Costa

Para o Gou.^{or} das Armas do Minho.

1649 — MAIO — 24

Visconde amigo. Eu el Rey vos enuio muito saudar como aquelle que amo. Com esta carta se vos remetera hũa petição da Camara, Nobreza, e Pouo da Villa de Valença em q̃ representão as razões porq̃ senão deue permittir que o Vig.^{ro} g.^{al}, e seu juizo que ate agora assistio naquella Villa, se tire della, como o Cabido da Sé de Braga o pretende fazer. Encomendouos que uendo esta petição, com attenção ao que se aponta nella, me informeis de tudo o que contem com toda a particularidade; E assi mesmo da queixa que me fez o Cabido de Braga do gouernador da mesma praça de Valença lhe auer impedido sair della o Vigairo geral, e seu juizo para cujo effeito vos mando remeter com carta minha de 22 de Março proximo passado hũa sua petição; para q̃ intei-

rado eu de tudo possa tomar na matr.^a a resolução que parecer mais conveniente a meu seruiço. Escrita em Alcantara 24 de Mayo de 1649.

Rey

Jorge de Mello

Dom João da Costa

P.^a o gou.^{or} das armas da Prou.^a do Minho

1649 — MAIO — 29

Bisconde Amigo. Eu ElRey uos envio muito saudar, como aquelle que amo. Bem quizera eu, pla merçe, que sempre dezegei recebesse de my a casa de vosso pay, que o pezame, que agora vos dou de sua morte, se troccara noutra occasião de gosto vosso, mas pois Deus assy o permittio, seja elle muito louuado, e nos dee a consolação que pode. O que se me offereçe significarvos he, que do sentimento presente, que vos acompanha me coube igual parte, com a perda de tal uassalo, e podeis estar certo, que de sua memoria terei sempre a lembrança mvi uiva, para em nossos particulares o experimentardes com a demonstração, e fauor, que he bem vos faça. Escrita em Alcantara a 29 de Mayo de 649.

Rey

P.^a o Bisconde.

1649 — MAIO — 29

Bisconde Amigo. Eu o Principe, vos enuio muito saudar, como aquelle q̃ amo. A morte de vosso pay foi p.^a my de tanto sentimento, como era bem, e o pedia a perda, que esta coroa recebeo, na falta de tal Ministro, e com a mesma consideração, me pareceo significarvos, como agora faço, que na magoa, e dor, que de presente padeçeis, vos acompanho igualmente, ainda que de longe, e da uontade, e affeição que confesso aas couzas da vossa

casa, podeis fazer m.^{ta} confiança, que vos ajudarei sempre nas pretensões, que teuerdes com El Rey meu sr. e pay, intercedendo mui particularm.^{te} por vossos accrescentamentos. Escrita em Alcantara a 29 de Mayo de 649.

Principe

P.^a o Bisconde

1649 — MAIO — 29

Bisconde Amigo. Eu El Rey nos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Encomendovos, que em recebendo esta carta, façaes escreuer de minha parte aos Corregedores da Comarca dessa Prouincia, encarregandolhes appertadamente, que per si, e os mais Ministros da Justiça de seus destritos, estejam de avizo, para todos a hum mesmo tempo dia de S. João Bautista 24 de Junho do presente anno, prenderem qvantos ciganos se acharẽ, e mettidos nas Cadeas a bom recado, me dareis conta do numero delles pla secretaria do Expediente, pera por ella se vos ordenar, o que mais se houuer de obrar na matteria. Escrita em Alcantara a 29 de Mayo de 649.

Rey

P.^a o Gou.^{or} das Armas da Prou.^{cia} do Minho.

1649 — MAIO — 29

Vixconde amigo. Eu El Rey uos inuio muito saudar como aquelle que amo. Recebeose a vossa carta de 14 de Março proximo passado em que me auisastes que mandastes prezo ao Castello de Crasto Laboreiro ao capitão Thomé de Paços thenente da praça de Saluaterra, plo pouco respeito, e decoro com que falaua e se queixava do Conde de Castelmilhor, aduertindo que se deuia fazer com elle algua demonstração. E agradecendovos muito

(como o faço) hauerdes feito com elle a de o mandar prender para que com este exemplo, todos se peruadão da modestia e cortesia com que deuem fallar nas pessoas dos superiores; me pareço dizervos que sentenseis e castigueis a Thome de Paços como uos parecer o mereçe a culpa que cometteo. Escrita em Alcantara 29 de Maio de 1649.

Rey

Jorge de Mello

O Conde de Serem

P.^a o gou.^{or} das armas do Minho

1649 — MAIO — 29

Visconde amigo. Eu ElRey vos enuio m.^{to} saudar, como aquelle q̃ amo. Conuem a meu seruiço, q̃ com a mayor breuidade, e certeza possivel, me enuieis hũa certidão do q̃ rendem as terças de cada comarca dessa Prouincia, e assy...? por my encomendado, esta certidão enuiareis pelo meu cons.^o de guerra. Escrita em Alcantara a 29 de Mayo de 1649.

Rey

O Conde de Serem

Jorge de Mello

Para o gou.^{or} das Armas dentre douro e Minho.

1649 — MAIO — 31

Vixconde amigo. Eu El Rey uos inuio mvito saudar como aquelle que amo. Com esta carta se vos remettera hũa petição do Capitão Francisco Vieira Guedes, com copia da ultima que mandey escrever ao Conde de Castelmilhor governando as armas dessa Prouincia ordenandolhe que depois de aiustado o q̃ Gaspar Lobato de Santos

gastou de sua fazenda nos reparos do Castello de Lapella e de Fran. Vieira lhe dar satisfação do que constasse deuerselhe o fizesse meter de posse do mesmo Castello de q̃ he Alcaide mor. Encomendovos que uendo estes papeis e inteirado de tudo o q̃ ha passado neste negoceo e do estado delle e do que o Capitão Francisco Vieira pede nesta petição façaes com que em comprimento das ordens dadas se acabe de aiustar e concluir isto sem mais dillações. E auizarme heis como se executou esta. Escrita em Alcantara 31 de Mayo de 1649.

Rey

Conde de Serem

Dom Alu.^o de Abranches de Cam.^a

P.^a o Gou.^{or} das armas do Minho

1649 — JUNHO — 15

Bisconde Amigo. Eu El Rey uos enuio mvito saudar como aquelle que amo. Agradeçovos a diligencia que na prizão do Galego, pusestes, por meo do capitão P.^o de Faria, porque pellas razões, que referireis na uossa carta de 2 do prez.^{te} julgo por muito acertada a resolução, que no neg.^o tomastes, e para que o intento melhor se logre, ordennareis de minha p.^{te} aas justiças de Viana, remettão logo ao limoeiro de Lix.^a o preso com toda a segurança, e que quem o trouxer depois de o hauer entregue na cadeia, me dee conta pla Secretaria do Expediente. Alcantara 15 de Junho de 649.

Rey

P.^a o Bisconde

1649 — JUNHO — 23

Visconde amigo. Eu El Rey uos inuio muito saudar como aquelle que amo. Por se ter entendido q̃ os officiaes e soldados dessa Prouincia, a quem se encarregão armas, e cauallos para seruirem não dão dellas a conta que he rezão na forma que esta disposto no Regimento das fronteiras, sendo tudo em grande preiuzo de minha fazenda; me pareceo encomendarvos muito procurarades, que sendo os taes officiaes e soldados promouidos a outros postos, não passem a elles, sem que primeiro dem inteiramente conta das armas e cauallos q̃ se lhe entregarão e mostrem certidão de o hauerem assy comprido. Escrita em Alcantara 23 de Junho de 1649.

Rey

Jorge de Mello

Dom Alu.^o de Abranches de Carm.^{ra}P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^a do Minho

1649 — JUNHO — 29

Visconde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar como aquelle que amo. Esta manham chegou aqui o correo que despachastes com carta vossa de 23 do corrente em que me daes conta dos avizos que tiuestes e vos deu o gouernador do Castro Laboreiro que o inimigo hia juntando com grande diligencia todo o seu poder. Que no dia antecedente hauia chegado ao lugar de Vande que dista duas legoas e mea daquella praça. De que o Conde de Santo Esteuão hauia entrado em Tuy com duas tropas de caualaria e duas companhias de infantaria; Do fim a que entendeis se poderão encaminhar estas preuenções, e do que vos tinheis disposto e hieis preuenindo em ordem a estoruar os effeitos de seus intentos. De tudo fico

aduertido e agradecendovos muito o zelo, cuidado, e boa diligencia com que hieis preuenindo as couzas de modo que em qualquer parte que o inimigo intente fazer facção ache a resistencia neçessaria e fiquem frustados seus intentos; me pareceo dizermos que para caso tam repentino não se vos pode accudir de fora do da Prouincia com outro socorro mais que do de Tras os montes, como he de crer que com o auiso que dizeis tinheis feito ao Conde de Atouguia, se o inimigo intentasse fazer entrada por essa fronteira, volo enuiara elle, como vos tambem se o inimigo fazendo ponta a Crasto Laboreiro passasse a fronteira de Tras os Montes, soccorrereis ao Conde dandouos a mão hũ ao outro com a neçessidade, e as occasiões, o pedirem e assy vos encomendo o façaes como tambem ordeno ao Conde pella carta que sera com esta e lhe fareis remetter logo, que com auiso vosso vos soccorra com o mais que for possivel, e para alcançardes com toda a certeza quoaes são os intentos do inimigo Vos encomendo que vos valhaes das melhores espias q̃ entenderdes vos poderão dar as noticias mais certas procurando que em Crasto Laboreiro se metão bastimentos, e o mais que for necessario para que aquella praça se ache com a preuenção que conuem em caso que o inimigo uenha sobre ella. E auizarme heis do q̃ se alcançar e dos mouimentos que fizer o inimigo e entenderdes deuo ser auizado, e tenho resolutto, e mandado q̃ logo se vos enuiem qvatro mil crusados, para com elles sustentardes a gente que vos chegar de socorro os dias que se detiuer com aduertencia q̃ em caso que o inimigo haja passado ou passe a front.^{ra} de Tras os montes estes quatro mil crusados tanto que ahy chegarem fareis que o commissario que os leuar, com assegurança neçessaria passe com elles naquella Prouincia e os entregue ao Pagador geral della para o mesmo effeito e sendo caso q̃ o inimigo se haja desfeito, sem passar a Tras os Montes, nem hauer intentado facção nessa fronteira para que seja necessario reter a gente dos socorros que vos chegarem fareis que os quatro mil crusados se

entreguem e carreguem ao Pagador geral da gente de guerra dessa Prouincia por conta das mesadas della, para se descontar outra tanta quantia na primeira mesada que se enuiar e se conuerter no effeito a que estaria applicado porque com esta condição, e declaração mando q̃ se vos enuie este socorro de dinheiro, por não hauer de presente cabedal para se vos enviar em outra forma e esta mesma aduertencia mando fazer ao Conde da Atouguia para em caso que o dinheiro na forma referida haja de passar a Tras os Montes. Escrita em Alcantara a 29 de Junho de 1649.

Rey

O C.^{do} Cam.^{ro} Mor

P.^a o Gou.^{or} das armas da Proui.^a do Mynho

1649 — JUNHO — 12

Visconde amigo. Eu El Rey vos inuio mvito saudar como aquelle que amo. O capitão Gonçalo de Souza de Meneses, pretende ser melhorado de posto, para continuar meu seruiço nessa Prouinçia, e tendo respeito a qvalidade de sva pessoa, dos seruiços que fez no Brazil e nessa Prouinçia em praça de soldado de Alferez de Mestre de Campo e de Capitão de Iffantaria desde o anno de seiscentos trinta e sete ate o de qvarenta e sette interpoladamente e aos bons procedimentos com que sempre se ouue, sendo sogeito de prestimo; me pareceo encomendarvos (como o faço) que vagando ahy algũa companhia de cauallos, mo proponhaes para ella na forma das ordeñs dadas; fazendo Rellação de seus seruiços e merecimentos. Escrita em Alcantara 12 de Julho de 1649.

Rey

Jorge de Mello

Dom Alu.^o de Abranches de Cam.^a

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prouinçia do Minho.

1649 — JULHO — 17

Visconde amigo. Eu El Rey uos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. Recebeosse a vossa carta de 10 do passado, e com ella a relação do q̃ resultou da deuassa que o Auditor geral dessa Prouincia tirou da fuga q̃ os gallegos que estauão prisioneiros no Castello de Braga, e algũs Portugueses fizerão delle e hauendo visto tudo me pareceo dizeruos que na ordem que haueis dado para se porem em liuram.^{to} os culpados nesta fuga haueis procedido bem, e porq̃ conuem que serão castigados conforme a culpa que cada hũ nella tiuer, ordenareis que assi se faça fazendo os logo sentencear plo merecimento da deuassa dando appelação para o meu Cons.^o de guerra, se o caso der lugar a isso, e o pedir. Escrita em Alcantara 17 de Julho de 1649.

Rey

Jorge de Mello

Dom Alu.^o de Abranches
de Cam.^{ra}P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^{ca} do Minho.

1649 — JULHO — 17

Vizconde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar como aquelle que amo. Vy a carta do primeiro do presente em que auizaes que o inimigo não tinha obrado nem intentado nada ate aquelle dia com as preuenções que hauia feito, e o que vos tinheis disposto para obuiar os effeitos de seus disignios. E pareceome dizeruos que de tudo fico aduertido e que vos agradeço m.^{to} o cuidado e boa diligencia com que procuraes cumprir com as obrigações de meu seruiço e satisfazer a confiança que eu

faço do zelo e boas considerações com que obraes nelle.
Escrita em Alcantara 17 de Julho de 1649.

Rey

Jorge de Mello

Dom Alu.^o de Abranches
de Cam.^{ra}

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prouincia do Mynho.

1649 — JULHO — 17

Vizconde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar como aquelle que amo. Recebeosse a vossa carta de 25 do mez passado com hũa petição do Capitão Francisco Vieira Guedes que vos tinha remettido e se vos torna a enuiar com esta sobre a duuida que entre este Capitão e Gaspar Lobato de Lanços ha acerca do pagamento que este ultimo pede das bemfeitorias que fez no Castello de Lapella e hauendo visto tudo o que em razão disto referis; me pareceo dizeruos que ao Capitão Francisco Vieira Guedes deueis obrigar a que presente os papeis e sentensa de Gaspar Lobato que referis tem em seu poder e com elles dar comprimento a ordem que se vos deu sobre este particular. Escrita em Alcantara 17 de Julho de 1649.

Rey

Jorge de Mello

Dom Alu.^o de Abranches
de Cam.^a

P.^a o Gou.^{or} das armas do Minho

1649 — JULHO — 17

Visconde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar como aquele que amo. Por cartas de 15 de Junho do anno passado de 647, mandei aduertir aos governadores das

armas que os que me escreuessem sobre materias tocantes a guerra e dependencias dellas uiessem dirigidas a Secretaria della aduertindolhes tambem que ainda que alguãs materias fossem de qualidade que as cartas em que se me desse conta dellas conuiesse uirem dirigidas a minhas mãos tambem estas cartas deuião uir dirigidas a mesma Secretaria para por ella se me enuiarem. E por que conuem a meu seruiço que aquella ordem se observe pontualmente, me pareceo tornarvos a aduertir e encomendar, q̃ assy o façaes plo que uos toca sem embargo de qualquer outro que em contrario se vos haja dado por outra uia. Escrita em Alcantara 17 de Julho de 1649.

Rey

Jorge de Mello

Dom Alu.^o de Abranches
de Cam.^{ra}

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^{ca} do Mynho.

1649 — JULHO — 24

Vizconde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar como aquelle que amo. Para troco do Capitão João Paez de Carualho que ha oito annos esta presoneiro em Seuilha aonde foy trasido de Indias indo aly a couzas de meu seruiço, e esta padecendo muitas necessidades e trabalhos com grande risco de sva uida, fuy seruido conceder ao thenente de cauallos Dom Francisco de Lozada que foy presoneiro nessa fronteira e o esta no Castello da cidade de Braga. Encomendouos que não estando nomeado Don Francisco de Lozada para troco de outro presoneiro o offerecaes plo de João Paez de Carualho e o deixeis hir, dando elle fiança na forma que se costuma, a tratar de troco signalando lhe tres mezes para o effectuar ou tornar

a prisão donde sahir. Escrita em Alcantara 24 de Julho de 1649.

Rey

Jorge de Mello

Dom Alu.^o de Abranches
de Cam.^{ra}

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prouincia do Minho.

1649 — JULHO — 30

Vizconde amigo. Eu El Rey uos inuio muito saudar como aquelle que amo. Hauendo visto a vossa carta de 5 do presente em que me destes conta dos motivos, e considerações com que ordenastes se fizesse entrada em Galiza, e se saqueasse e queimasse o lugar de Bandeja, do bom successo com que se consiguio, e das pessoas que se sinalarão naquella facção, me pareceo dizeruos que de tudo fico aduertido, e que uos agradeço muito o zelo, e cuidado com que o dispusestes e encaminhastes que tudo he muy conforme a confiança q̄ faço de vossa pessoa e aos Capitães Manoel de Barbeita do Padrão P.^o de Faria e Diogo Pereyra agradeceréis de minha parte o bem que procederão naquella occasião, dizendo lhe que terei lembrança de seus merecimentos para lhes fazer a honra e accressentamento q̄ ouuer lugar. Escrita em Alcantara 30 de Julho de 1649.

Rey

Dom João da Costa

Jorge de Mello

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^a do Minho.

1649 — JULHO — 30

Vizconde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar como aquele que amo. Recebeosse a vossa carta de 15 do presente em que me auizaes que tornando a juntar o inimigo o seu poder veo sobre Lindoso, e de caminho intentou leuar os gados de Castro Laboreiro e do bom successo com que em hũa, e outra parte foy rechassado, recolhendosse com decredito, e deixando sinco soldados mortos com hũ cauallo, e hũ montado sem que da nossa parte ouuesse dano mais q̃ ficarem sinco, ou seis soldados feridos. De tudo fico aduertido, e com toda a satisfação do bem que em tudo procedeis em meu seruiço em comprimento de vossa obrigação. Escrita em Alcantara 30 de Julho de 1649.

Rey

Jorge de Mello

Dom João da Costa

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^a do Mynho.

1649 — AGOSTO — 1

Visconde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar, como aquelle q̃ amo. De ontem a esta parte chegarão aqui tres Correos do Conde de Atouguia, com os auizos q̃ lhe havião chegado, de q̃ os Marqueses de Tauora, e Alcaniças com grande numero de Infanteria, e cauallaria, e outras preuenções ficauão juntos na mesma Villa de Alcaniças, e que o intento era de cometter, e ganhar as cidades de Bragança, ou Miranda; e porque Tras os Montes se acha no estado q̃ vos tereis entendido e do roim successo q̃ ultimam.^{te} ouue aly, e conuem tanto a meu seruiço, como facilmente se deixa entender, procurarse com todo o effeito, e breuidade estoruar os mayores dan-

nos, q̃ o inimigo intenta fazer naquella Prouincia, donde se possa fazer mais prompta, e breuemente, Vos encomendo, e mando q̃ logo que receberdes esta carta sem replica, contradição, nem dillação algũa enuieis logo a trás os Montes duzentos Infantes, e sincoenta caualos; e vos ficareis preuenindo com a mais gente q̃ puderdes ajuntar, para pessoalmente soccorrerdes aquella Prouincia, tendo auizo do Conde q̃ o inimigo se arrima a algũa das duas praças referidas, ou outra qualquer daquela fronteira o fizerdes com a breuidade q̃ o caso pedir; e espero de vos, que na execução de hũa e outra cousa procedereis, com o zelo e applicação com q̃ o deueis comprindo as obrigações de meu seruiço em negocio de tam grande importancia. Escrita em Alcantra ao 1º de Agosto de 1649.

Rey

Conde de Serem

O Conde Cam.^{ro} Mor

Para o Gou.^{or} das Armas do Minho.

1649 — AGOSTO — 2

Visconde amigo. Eu El Rey uos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. Por um auiso secreto q̃ tiue de Castella soube q̃ apressadam.^{to} se fiserão seiscentos caualos e se entregarão a D. João de Lima com intento de uir tomar saluaterra e de fazer nos campos e lugares dessa front.^a todo o dano e hostilidade q̃ puder, de q̃ uos mando logo auisar p.^a q̃ conforme a esta noticia disponhaes as cousas de manr.^a q̃ o inimigo não consiga intento tão danoso e de tão prejudiciaes consequencias como este sera, e m.^{to} particularm.^{to} uos encomendo a segurança de saluaterra. Escrita em Lx.^a a 2 de Ag.^{to} de 649.

Rey

P.^a o Visconde de V.^a noua de Serueira.

1649 — AGOSTO — 2

Visconde amigo. Eu El Rey uos inuio mquito saudar como aquelle que amo. Esta tarde se vos despachou hũ correo com outra carta minha em que uos mandei ordenar que logo que a receberdes soccorraes a Prouincia de Tras os montes com duzentos iffantes e sincoenta cauallos, como tenho por certo o faseis com a breuidade que pede o aperto em q̃ se acha aquella Prouinçia. E porque no ultimo Correo ordinario me auizastes que o inimigo tornaua a juntar gente; e fazia frente as praças da Raya seca, ainda que isto parece q̃ sera diuersão p.^a o q̃ intenta obrar em Tras os Montes sempre conuira preuenir o que for necessario para obuiar os danos contingentes e com esta consideração mando escrever e ordenar a Dom João de Meneses gouernador da Justiça, e armas do Porto e seu districto que preuenha aly o soccorro q̃ for possivel para o enuiar a essa fronteira logo que tiuer auizo vosso para o fazer, que he o mesmo q̃ se fez em outra occasião gouernando no Porto a justiça, e armas João Gomez da Sylua que haja a gloria. De que me pareceo auizaruos para o terdes entendido e se chegar o caso vos ualderdes deste soccorro auizando a Dom João q̃ volo enuie. Escrita em Lx.^a a 2 de Ag.^{to} de 1649.

*Rey*O C.^{de} Cam.^{ro} MorP.^a o gou.^{or} das armas da Prouincia do Mynho.

1649 — AGOSTO — 4

Vixconde amigo. Eu El Rey uos inuio mquito saudar como aquelle que amo. Hauendo uisto hũa carta vossa de 3 de Mayo proximo passado em que me destes conta de hauer corrido toda a campanha de Saluaterra, appon-

tando o motivo q̄ entendeis teue o inimigo para fazer o forte de Santiago de Aytona e as conueniencias porque tambem entendeis se poderão seguir a meu serviço de se fazer hũa Atalaya junto a hũ vão q̄ esta acima de Saluaterra capaz de assistirem nelle uinte soldados; me pareceo aggradecervos muito (como o faço) o zelo e cuidado com que procuraes dispor e encaminhar melhor tudo o q̄ toca a meu seruiço, que tudo he muy conforme ao q̄ deueis a confiança q̄ faço de vossa pessoa mas aquy se considerou que não se podendo conseguir outra utilidade desta Atalaya se se fizer, que a de fazer mais seguramente pilhagens em Galiza, para este effeito se pode escusar fazerse esta Atalaya, porque de nenhũa maneira, ou hauendo Atalaya ou não a hauendo, conuem se fação correrias, por não se dar occasião a novos empenhos que obriguem a mayor cuidado e que nos Comboios das eruagens, e lenha se deue seguir o mesmo stilo que attegora ouue, considerandosse tambem q̄ a Atalaya, não pode ter força que obrigue ao inimigo nem a largar o seu forte de Aytona nem a contribuir os lugares vesinhos da Raya por aquella parte. Encomendouos q̄ considerando os reparos e aduertencias referidas, e ponderando hũa e outra couza, me digaes de nouo o q̄ se vos offereçe nesta materia para com mayor lus e noticia possa tomar nella a resolução que mais conuenha a meu seruiço. Escrita em Lx.^a 4 de Agosto de 1649.

Rey

O Conde de Serem

Jorge de Mello

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prouinçia do Minho.

1649 — AGOSTO — 14

Visconde amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle q̄ amo. Por carta de 16 de Mayo proximo passado vos mandei ordenar me propusesseis ao Alferes

Lourenço Craueiro de Beja para as companhias de infantaria que ahy uagassem; e porque ha m.^{to} tempo que lhe falta este acrecentam.^{to} tendo seruido com satisfação, e sendo sogeito de merecimentos; e o capitão Diogo de Oliueira Carualho, que tendo hũa companhia no terço dessa Prouincia, veo della com o Conde de Castelmelhor, e ora se embarqua com elle para o Brasil a continuar meu seruiço naquelle estado por cuja cauza fica vagando a sua companhia. Vos encomendo, e mando que me proponhais logo para ella em comprimento daquella, e desta ordem ao Alferes Lourenço Craueiro com relação de seus seruiços e merecimentos na forma das ordens dadas. Escrita em Lix.^a a 14 de Agosto de 1649.

Rey

Dom Alu.^o de Abranches de Cam.^{ra}

Dom João da Costa

P.^a o Governador das armas da Prou.^{sa} do Minho.

1649 — AGOSTO — 30

Visconde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle que amo: Mando escrever à Camara da Villa de Valença do Minho veja os liuros da contadoria geral dessa prouinça p.^a fazer cõ elles certa deligencia de meu seruiço de que me hade auizar, encomendouos ordeneis aos officiaes della entreguem todos os liuros q̃ pellos officiaes da Camara lhe forem pedidos sem dilação algũa. Escrita em Lix.^a a 30 de Agosto de 1649.

Rey

P.^{ra} o Visconde de Villa Noua da çeru.^{ra}

1649 — AGOSTO — 31

Visconde amigo. Eu El Rey vos envio m.^{to} saudar como aquelle q̄ amo. Hauendo uisto tres cartas vossas de 6. 9. e 11 deste mes, em q̄ referis a forma em q̄ melhor se poderão deffender essa prouincia, e a de Tras os Montes, do q̄ nellas intentar o inimigo, respondendo a ordem, q̄ nos foy para socorrerdes a Tras os Montes, appontando q̄ para remedear a falta, com q̄ as praças dessa fronteira se achão sem mantimentos, hauieis dado ordem, q̄ se fizesse biscouto para dous meses, e o dinheiro q̄ para estas, e outras despezas se uos poderia prouer. E aduertindo q̄ a Ruy Correa Lucas se deuia dar ordem, para q̄ das q̄ os soldados della deixarão na de Alentejo, Me pareceo dizeruos q̄ de tudo fico aduertido, e que a Ruy Correa tenho mandado ordenar, q̄ enformandosse do numero de armas q̄ os soldados q̄ forão de socorro deixarão nos Almazeñs daquela Prou.^a das de lotação della faça prouer a essa as q̄ aly ficarão; e para isto fora bem hauerdes enuiado as certidões q̄ aduertis trouxerão os capitaes dos officiaes dos Almazeñs de Alentejo de q̄ consta o numero das armas que aly ficarão. Escrita em Lx.^a a 31 de Agosto de 1649.

Rey

O Conde de Serem

Jorge de Mello.

Para o Visconde de Villa noua de Seru.^{ra}

1649 — AGOSTO — 31

Vixconde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar, como aquelle q̄ amo. Eu tenho resolutto, que Manoel da Sylua Caldeira Alferes da companhia do Mestre de Campo da Prouincia de Tras os Montes, e Miguel da Cunha furriel de huã companhia de cauallos nella, q̄ forão prisioneiros, na occasião, e rotta q̄ pola parte de Chaues, teue o

inimigo o Comissario geral da mesma prouincia, se troquem por o Thenente de Dom Alonso Antelmo, prezo na cadea de Braga poro pedirem de Castella. Encomendouos, e mando, q̃ tanto q̃ tiuerdes auizo do Conde de Atouguia, q̃ tem effeituado o troco, não estando este Thenente trocado por outro, lho enuieis com a segurança necessaria, para com effeito se celebrar com estes dous officiaes, e quando antes for possivel conseguirem sua liberdade. Escrita em Lx.^a a 31 de Agosto de 1649.

Rey

Dom Aluaro de Abranches
de Cam.^{ra}

Dom João da Costa

Para o Visconde de Villa noua de Ceru.^{ra}

1649 — AGOSTO — 31

Vixconde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. Receberanse as uossas cartas de 22. e 26. do mes passado, em q̃ me destes conta de como despusestes as cousas para deffender essa fronteira, com occasião do poder q̃ o inimigo ajuntou por ella, e diuertillo, q̃ pudesse carregar com maior poder pla Prouincia de Tras os Montes, e da entrada q̃ mandastes fazer ao lugar de Lima pello Thenente de Mestre de Campo geral Luis de Oliueros Famel, do bom successo com q̃ se conseguiu aquella facção. De tudo fico aduertido, e pareceo me dizeruos que approuo tudo o q̃ fizestes, e q̃ vos agradeço m.^{to} o zelo, e cuidado, com q̃ attendeis a cumprir melhor com as obrigacoões de meu seruiço; e que da minha parte agradeçais tambem a Luis de Oliueros o bom procedimento, e ualor com q̃ se ouue naquella entrada, e facção; Mas encarregouos m.^{to} o cuidado com q̃ deueis estar, e ter preuenido as praças da Raya secca, para em caso q̃ o inimigo por essa parte intente tomar

algũa satisfação do dano q̄ recebeo; aduertindo-uos assy mesmo q̄ emquanto for possivel se deue procurar, q̄ não se abra nem faça guerra ao inimigo pella Raya secca, e seguirse nisto o mesmo estillo q̄ tinha o conde de Castelmelhor em quanto gouernou as Armas dessa Prou.^a escrita em Lx.^a a 31 de Agosto de 1649.

Rey

Jorge de Mello

Dom João da Costa

Para o Visconde de Villa Nova de Ceru.^{ra}

1649 — SETEMBRO — 11

Bisconde Amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle que amo. Reçebeose a uossa carta de 24 do mez passado, e com ella as duas mais, que me enuiaueis, acerca da intelligencia que procuraueis alcançar das cousas de Castella. Agradeçouos muito, o cuidado com que na metteria obraes, e por ella ser da qualidade que se deixa considerar, de nouo, uos encomendo, uades pre-seuerando na mesma diligencia, com todo o recatto, e do que della resultar, me deis conta pla secretaria do expediente. Escrita em Lisboa a 11 de Settr.^o de 649.

Rey

Para o Bisconde

1649 — SETEMBRO — 14

Visconde amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle q̄ amo. Manoel Gajo a cuió cargo está o gouerno do Castello de Villa do Conde me representou o muito que conuinha a meu seruiço fortificarse o mesmo Castello, e fazerse na barra daquella Villa hvm mole para segurança dos nauios que surguem naquelle porto, e por-

que antes de se dar principio a obra, conuira ver, a q̄ se deue fazer, e ajustar com Manoel Gajo o dinheiro que sera necessario para acabar de fortificar aquelle Castello, e polo em estado defensavel; fazer o mole, e saber de q̄ meios se podera usar para se tirar este din.^{ro} não sendo daquelles que estão applicados as despesas da guerra. Vos encomendo que em uos podendo apartar da fronteira, venhais à Villa do Conde, e comunicando com Manoel Gajo esta materia a ajusteis com elle, intentando, e uendo tambem se os moradores daquella Villa, como mais interessados na segurança daquelle surgidouro, virão em impor sobre si algũ imposto para este effeito, como fez a Villa de Setuual; e feitas estas diligencias me auizareis do que resultar dellas com nosso parecer. Escrita em Lix.^a a 14 de Setembro de 1649.

Rey

O C.^{do} Cam.^{ro} Mor

Jorge de Mello

P.^a o gou.^{or} das armas da Prou.^{ca} do Minho

1649 — SETEMBRO — 20

Vixconde amigo. Eu El Rey vos inuio mvito saudar como aquelle que amo. Recebeosse a uossa carta de 25 do mez passado em que auizandome das noticias que assy por huñs presioneiros que uierão de Galiza, e o forão na derrota que ultimamente ouue em Tras os montes, como por outras uias vos havião chegado das preuenções q̄ faz o inimigo por essa parte lembraes que para em caso que elle intente sitiar algũa das praças dessa fronteira conuem prouelas de bastimentos, monições, e armas, de que necessitão para sua deffensa. E hauendo a uisto, me pareceo dizeruos que a Junta dos tres Estados se tem dado ordem que se nos prouēja algum dinheiro para com elle se prouerem as praças da Raya dessa fronteira de bastimentos

de sobreselente e hauer nellas em quaesquer cazos q̄ são sobreuir, os q̄ forem necessarios para sustentar a gente de sua guarnição, aduertindo que estes bastimentos se não hão de dispender, se não for nos cazos de aperto em que não possam ser soccorridas as praças e que para não receberem corrupção, se hão de hir renouando com outros nouos aos tempos que parecer conuem, gastando os uelhos com a gente das guarnições das mesmas praças por conta de seus soccorros, com o que estara sempre feita esta preuenção tam necessaria sem se fazerem despesas extraordinarias. Ao Thenente geral da Artelharia Ruy Correa Lucas se tornou a ordenar enuie tambem a essa fronteira as mais armas que for possível, e a vós uos encomendo muito particularmente (como ja o hey feito) o cuidado e uigilancia com que deueis estar e ter preuenido tudo o q̄ conuier para quaesquer occasiões q̄ se possam offerecer procurando por todas as uias q̄ for possível alcansar as mais certas noticias dos mouimentos q̄ fizer o inimigo e seus intentos para com ellas dispordes melhor o que conuenha em ordem a estoruar os effeitos delles. Escrita em Lx.^a 20 de Setembro de 1649.

Rey

Dom Alu.^o de Abranches de Cam.^{ra}

M. Fernão Telles de Menezes

P.^a o gou.^{or} das armas da Prouincia do Minho.

1649 — SETEMBRO — 20

Vixconde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar como aquelle que amo. Por outra carta minha uos mandei auizar como fuy seruido conceder que Dom Francisco de Lossada Castelhana presioneiro em Braga não estando dado para troco de outro presioneiro Portugues se trocasse pello Capitão João Paez de Carualho presioneiro em

Seuilha, e porque se me tem representado que corre risco sua uida se se dillatar sua liberdade, vos torno a encomendar o effeito da ordem que se nos deu para que a executeis na forma della com a mayor breuidade possivel. Escrita em Lix.^a a 20 de Setembro de 1649.

Rey

Dom Alu.^o de Abranches de Cam.^{ra}

M. Fernão Telles de Meneses

P.^a o gou.^{or} das armas da Prou.^a do Minho.

1649 — SETEMBRO — 20

Visconde amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar como aquelle q̃ amo. Hauendome frey Pedro de Araujo de Sousa Governador da fortaleza de Viana representado as faltas de municões, e mais petrechos de guerra com que achara aquella fortaleza, e a necessidade que tinha de se lhe prouerem estas couzas; me pareceo encomendaruos que das munições tocantes a essa frontr.^a façais meter naquella fortaleza (hauendo nella bons Armazens) hũa parte para as terdes aly de resguardo para a necessidade da fronteira, e poderem tambem ser de seruiço quando o governador da mesma fortaleza as ouuer mister, renouandosse todos os annos; com aduertencia que elle se não ualera dellas senão em urgente necessidade, como tambem lho mando aduertir. Escrita em Lix.^a a 20 de Setembro de 1649.

Rey

Dom Aluaro de Abranches
de Cam.^{ra}

M. Fernão Telles de Meneses

P.^a o gou.^{or} das armas da Prou.^a do Minho.

1649 — SETEMBRO — 25

Visconde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar, como aquelle q̃ amo. Por parte do Capitão Fernão Lobo de Mesquita, se me presentarão a petição, e papeis q̃ se vos remettem com esta carta, sobre as rezões porq̃ pretende, q̃ a companhia de q̃ he capitão, e para q̃ me tendes proposto sogeitos, se de ao Alferes della Manoel Lobo de Mesquita seu filho; e pareceo-me remetteruos estes papeis, para q̃ inteirado do q̃ elles conthem, me auizeis do q̃ vos parecer em rezão desta sua pretenção, e satisfareis logo a esta deligencia, porq̃ so por ella espero, para tomar resolução na proposição dos sogeitos q̃ propusestes para capitão desta companhia. Escrita em Lx.^a a 25 de Setembro de 1649.

Rey

Conde de Serem

Dom Alu.^o de Abranches de Cam.^{ra}Para o Gou.^{or} das Armas do Minho.

1649 — SETEMBRO — 30

Visconde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. Hauendo visto a uossa carta de 14 do prez.^{to} em que apontais as razões porque conuem fazerse a Atalaya, de que me hauieis dado conta. Me pareceo dizeruos, que de tudo o que referis em rasão desta materia fico aduertido, e que visto entenderdes que conuira fazerse esta atalaya, podereis tratar de por em execução a obra della na forma que uos parecer que sera mais conueniente, porq̃ de uosso zelo e prudencia fio, o

cuidado, e acerto, com que se deue fazer. Escrita em Lx.^a 30 de Setembro de 1649.

Rey

Jorge de Mello

Dom João da Costa

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^a do Minho.

1649 — OUTUBRO — 5

Bisconde Amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle que amo. Com a que me escreuestes de 23 do passado. Se uirão os papeis, de notiçias, de Castella, que me enuiastes e folguei de saber, e certificado estou de que na matteria trabalharieis com o mesmo zelo, que noutras tendes mostrado; Encomendouos muito, não percais occasião, de poder por meo de intelligência, alcançar os intentos do enemigo, plo muito que importa, preuenillos, para a defenza do Rn.^o Escritta em Lixboa a 5 d'Out.^o de 649.

Rey

P.^a o Bisconde de V.^a Noua de Ceru.

1649 — OUTUBRO — 8

Visconde amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar como aquelle q̃ amo. Manoel Vidal morador no lugar da Aldea da Ponte termo de Carnancelhe Bispado de Lamego, me representou que hauendo assentado praça de soldado pago hum Domingos Gomez Lopes do mesmo lugar, na companhia do Capitão João Pinto hũa das do terço do partido, em que na Prouincia da Beira gouerna as armas Dom Rodrigo de Castro por este soldado se ter auzentado della indo de soccorro a Alentejo, o mesmo Capitão obriga

a elle Manoel Vidal como seu fiador a que dee conta delle para tornar a servir na mesma companhia; e porq̃ se tem entendido que esta actualm.^{te} servindo nessa Prou.^{ca} do Minho com praça assentada na companhia do Capitão Thome de Passos q̃ assiste em Saluaterra. Vos encomendo que para este soldado poder ser restituído a primeira companhia em q̃ assentou praça, deis as ordens necess.^{rias} para ser entregue a Manoel Vidal seu fiador, e o entregar nella para q̃ com isso fique desobrigado de dar conta delle, como agora se lhe pede. Escrita em Lx.^a 8 de Outubro de 1649.

Rey

Jorge de Mello

Dom João da Costa

P.^a o Gouv.^{or} das armas da Prou.^a do Minho.

1649 — OUTUBRO — 9

Visconde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar como aquelle que amo. Considerando q̃ muitos dos Cabos, officiaes e pessoas de qualidade que me uão a servir as fronteiras leuão seus criados, e que estes em quanto seus amos assistem nellas, assentão praça, são soccorridos e se lhes da pão de monição he uisto que não lhes sirua isto de embaraço para seguirem a seus Amos quando se recolherem ou forem premudados para otras partes nem que tam pouco isto seja motiuo e occasião de que outros com pretexto de que são criados destes taes cabos, e pessoas de qualidade se possão auzentar das mesmas fronteiras, e dezeiando ou preuenir hũa e outra couza fuy servido resolver que os criados dos Cabos Officiaes e pessoas de qualidade q̃ forem servindo a seus amos as fronteiras e se tornarem com elles, ainda que hajão sentado praça recebidos socorros e pão de monição em quanto assistirem nellas e indosse com seus amos não ficão obri-

gados a tornar a servir saluo se ouuerem recebido as primeiras pagas, mas não por os soccorros, e pão de monição como fica appontado. E para q̃ nisto não haja engano, nem se troquem huñs por outros serão obrigados os taes cabos officiaes e pessoas de qualidade a matricular seus criados tanto q̃ chegarem a fronteira, e tornalos a trazer por o que constar da matricula em que se hão de tomar todos os sinaes que conuier para que não se troquem huñs por outros e constando que algum dos ditos cabos e pessoas que trouxerem mais criados dos q̃ ouuerem leuado ou se trocarem huñs por outros, me hauerey por mvito mal seruido delles, elho mandarey estranhar com toda a demonstração. E pareceome auizaruos desta minha resolução para que sabendo quoa! lhe façaes registrar logo esta carta nos liuros do soldo dessa Prouincia para q̃ em todo o tempo haja noticia do q̃ tenho mandado sobre este particular e se cumpra, e execute com toda a pontualidade, como uos encomendo o procureis por nossa parte. Escrita em Lx.^a 9 de Outubro de 1649.

Rey

Jorge de Mello

Dom João da Costa

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^a do Mynho.

1649 — OUTUBRO — 9

Visconde amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar como aquelle q̃ amo. Vi a uossa carta de 30 de Agosto proximo passado, em que auisais que hauendo os gallegos pela parte de Caminha pedido algũas couzas deste Reino de q̃ necessitauão, como erão assucar, doces, e outras cousas de menor importancia, enuiando dellas memoria, e offerecendo em troco outras mercadorias daquelle Reino, ordenareis ao Alcaide mor de Caminha lhes respondesse que aquellas cousas que continha a memoria se

lhes enuiarião a troco de dinheiro, porq.^{to} de outras se não necessitaria neste R.^{no}, e para aquellas hauia permissão para se lhes enuiarem por aquella uez som.^{to} E porque dizeis tendes entendido que os Gallegos por uirem logo nisto pagandoas em patacas, e dahi a quatro, ou cinco dias tornarem a pedir mais mercadorias daquelles, e differentes generos offerecendo pagalas a dinheiro, deseião continuar nesta forma este trato, que approuais por util pedindo se uos diga, e ordene o q̄ deueis fazer nesta materia; me pareceo dizeruos que approuo hauerdes mandado dar aos Gallegos as cousas que pedirão por dinheiro, e que querendo elles continuar este comercio o admittais, e consintais, dandosselhes tambem as mercadorias que pedirem, plas que elles tiuerem, tendo valia neste Reino. E a vos vos encomendo m.^{to} auizardes me logo, se o commercio se for continuando, para mandar formar Alfandega nessa Prou.^{ca} como as ha nas outras partes das frontr.^{ras} E entretanto fareis ter todo o cuidado no q̄ pertencer aos dir.^{tos} que tocarem a minha fazenda para q̄ senão desen-caminhem, e haja na cobrança delles toda a boa conta e razão que conuem. Escrita em Lx.^a 9 de Outubro de 1649.

Rey

O C.^{do} Cam.^{ro} Mor

Jorge de Mello

P.^{ra} o Gou.^{or} das armas da Prou.^{ca} do Minho.

1649 — OUTUBRO — 18

Visconde amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle q̄ amo. Hauendo visto o que me representastes na uossa carta de 8 do passado para uos conceder licença para virdes a esta corte. Houue por bem de uola conceder por tempo de dous meses que serão os de Nouembro, e Dezembro q̄ vem, com aduertencia que não

haueis de trazer com uos nenhũs officiaes, e que dentro neste termo uos haueis de tornar a recolher a essa Prouincia, sem q̃ se uos prorogue hum so dia mais antes uos terei por particular seruiço os menos que uos detiuerdes nesta Corte, do termo dos dous meses que uos sinala para uirdes a ella; e porq̃ no interim que durar uossa auzencia ha de ficar gouernando as armas nessa Prouincia Dom Fran.^{co} de Azeuedo, lhe mando encomendar que logo se parta para ella, para q̃ assi senão dilate uossa uinda. Escrita em Lx.^a 18 de Outubro de 1649.

Rey

M. Fernão Telles
de Meneses

Dom João da Costa

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^a do Minho.

1649 — OUTUBRO — 30

Visconde amigo. Eu El Rey uos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. Vi as uossas cartas de 31 de Agosto e prim.^{to} de Setembro proximos passados em que me propusestes sogeitos para Capitães das duas companhias de infantaria de que o forão nessa Prouincia Diogo de Oliueira, e Fernão Lobo de Mesquita; E tambem vi outra de 6 do presente, com que respondestes à com que uos mandei remeter hũa petição do Capitão Fernão Lobo de Mesquita, em que me pedia vos ordenasse me propusseis para a companhia de que elle era capitão e Manuel Lobo de Mesquita seu filho alferes della; e fui seruido nomear para a companhia q̃ foi do Capitão Diogo de Oliueira ao Ajudante Esteuão Foz, e para a de Fernão Lobo de Mesquita ao Alferes Lourenço Craueiro de Beja. De que

me pareceo auizaruos para q̃ o tenhais entendido. Escrita em Lx.^a 30 de Outubro de 1649.

Rey

M. Fernão Telles
de Meneses

Dom João da Costa

P.^{ra} o Gou.^{or} das armas da Prou.^{ca} do Minho.

1650 — JANEIRO — 20

Vizconde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar como aquelle que amo. Hauendo uisto a informação que se uos pedio sobre as cartas que me hauia escrito Dom Francisco de Azeuedo appontando em huã as rezões porque se deuia mudar a porta de Monção de hũ pequeno Turreão de falsa braga, em que agora esta para delle ter algũa deffensa fazendosse diante della huã mea lua, e na outra pedindo ordem do que hauia de fazer com os tres lauradores do termo de Melgaço prezos na Insua de Caminha por hauerem passado a Castella a trabalhar e ganhar sua uida; Emquanto a mudança da porta me pareceo dizeruos, conformandome com uosso parecer, que hey por bem que esta obra se dillate atte se accabarem as em que se esta trabalhando e se fazerem as que aduertis conuem fazeremse em Saluaterra e estas vos encomendo muito particularm.^{te} e q̃ antes de se comessarem, me enuieis o desenho dellas; E os tres lauradores de Melgaço que estão prezos na Insua, uisto não constar q̃ cometerão outra culpa, mais q̃ a de hirem ganhar sua uida a Castella contra a prohibição os mandareis logo soltar na forma q̃ vos parecer mais conueniente para que o exemplo da

soltura não facilite passarem estes nem outros a Castella.
Escrita em Lx.^a 20 de Jan.^{ro} de 1650.

Rey

Dom Alu. de Abranches
de Cam.^{ra}

M. Fernão Telles
de Meneses

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^a do Mynho.

1650 — JANEIRO — 20

Visconde amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar como Aquell.^o q̃ amo; Demais do que vos mandey escrever em carta de 23 do passado sobre a leua q̃ nessa prouinçia haueis de fazer de gente para este anno passar a India a me seruir naquelle estado, Aduirtireis, que se depois de feitas todas as deligençias, a não ouuer uoluntaria, podereis obrigar por força as pessoas que Vos parecerem mais desobrigadas não sendo porem filhos unicos, ou os mais velhos de lauradores bem acostumados, mas obri-gareis os q̃ forem fogitiuos das fronteiras, e em que o cas-tigo não ouuer feito emenda, e sendo presos os q̃ o esti-uerẽ por casos leues, e que não tiuerem partes e uiuerem com escandalo. Encomendouos que nesta conformidade procedais com toda a mayor breuidade que puder ser. Escrita em Lix.^a a 20 de Janeiro de 1650.

Rey

P.^a o Visconde de Villa noua de Cerueira.

1650 — JANEIRO — 30

Visconde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar, como aquelle q̃ amo. Eu mando encarregar o Dom Fran-

cisco de Azeuedo, e Athayde a reconducção dos soldados naturaes dessa Prouincia do Terço do Mestre de campo Bertholameu de Vasconcellos da Cunha, que he hum dos da guarnição da praça de Oliuença, e porq̃ conuem m.^{to} a meu seruiço, q̃ esta deligencia se faça com toda a mayor breuidade possiuel, e se facilitem os meos de se conseguir o effeito do q̃ se pretende, Vos encomendo, e encarrego m.^{to} lhe deis para isso toda a assistencia, e ajuda q̃ for necessaria, no q̃ me fareis m.^{to} particular seruiço, e de q̃ Eu farey toda a deuida estimação. Escrita em Lx.^a a 30 de Jan.^{ro} de 1650.

Rey

O C.^{de} Cam.^{ro} Mor Joanne Mez. de Vas.^{los}

Para o Visconde Gou.^{or} das Armas do Minho

1650 — JANEIRO — 30

Visconde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. Hauendo uisto as Informações q̃ me destes, e o Conde de Castelmelhor do prestimo e merecim.^{to} de João Losna de Labart fuy seruido, q̃ elle com o posto de capitão de cauallos, q̃ foi de Antonio de Queirós Maiz, de q̃ lhe fiz merce, goze o soldo por inteiro que são trinta e dous mil^{rs}. por mes, e pareceome auisaruolo para o terdes entendido, e dizeruos q̃ hei por bem, q̃ o posto de Ajudante da Cauallaria q̃ exercitaua Labart, o não haja mais daqui em diante, e para q̃ haja memoria desta minha resolução, fareis q̃ esta carta se registre onde for necessario. Escrita em Lx.^a a 30 de Jan.^{ro} de 1650.

Rey

M. Fernão Telles
de Meneses

Dom João da Costa

P.^a o Gou.^{or} das Armas do Minho.

1650 — JANEIRO — 31

Visconde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar, como aquelle q̃ amo. Hauendo uisto com a carta q̃ o Mestre de Campo Francisco Peres da Sylua, me escreueo sobre lhe tocar a nomeação dos Ajudantes, q̃ vos sem preceder esta solemnidade nomeastes para as praças de Caminha, Valença, e Saluaterra, a informação q̃ se vos pediu sobre esta materia, me pareceo dizeruos, q̃ conforme as ordenanças militares, aos Mestres de Campo toca nomearem os Ajudantes dos seus terços, e aos Governadores das Armas approualos, se forem capazes, e mandar lhes passar suas patentes; Mas tendo respeito a estarem já nomeados estes por Vos, sendo dos q̃ ha de hauer no Terço, hey por bem supprir o deffeito, de não hauer precedido a nomeação do Mestre de campo, e vos me auisareis logo se estes Ajudantes são do Terço, e q̃ rezão ha para q̃ sejam tres, não tendo cada terço mais de dous, e se são supernumerarios, q̃ causa ouue para os nomeardes, e com q̃ ordem o fizestes, e satisfareis logo a esta deligencia. Escrita em Lx.^a a 31 de Janeiro de 1650.

Rey

O C.^{de} Cam.^{ro} Mor Joanne Mez. de Vas.^{los}

Para o Visconde Gou.^{or} das armas do Minho.

1650 — JANEIRO — 31

Vizconde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar como aquelle que amo. Sou informado que os Comissarios que forão por essa Prouincia a reconduzir os soldados por os não acharem prenderão pays, e mays parentes como o fizerão atte os uesinhos mais chegados e os leuarão a Saluaterra donde estão ainda alguñs trabalhando.

E porque não parece iusto que se proceda nisto com tanta uiolência dándose occasião a clamores dos Povos, vos encomendo procureis saber muito particularm.^{te} como nisto se procedeo, e façaes soltar os prezos, procurando q̃ os soldados se condusão na melhor forma que for possivel, mas que seja sem estas extorções nem se proceda contra os que os não recolherem nem encubrirem, e não tiuerem obrigação de os entregar. Escrita em Lx.^a 31 de Jan.^{ro} de 1650.

Rey

Dom Alu.^o de Abranches
de Cam.^{ra}

M. Fernão Telles
de Meneses

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^a do Mynho.

1650 — FEVEREIRO — 4

Bisconde Amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle que amo. Por não peruertir o modo com que se deue obrar nas materias da Justiça e ella não ficar prejudicada, nem meus vassallos andarem taõ uexados por meo das deuaças que os Governadores das Armas costumão mandar tirar plos Auditores de guerra, de quaes quer cazos, que em seus dstrictos acontesem. Me pareceo aduertiruos, uos obstenhaes totalmente de mandar tirar semelhantes deuaças. E quando se uos offereça ou requeira plas partes me deis primeiro conta, para na matteria por donde pertencer mandar, o que for seruido. Escrita em Lx.^a a 4 de Feuereiro de 650.

Rey

P.^a o Gou.^{or} das Armas do Minho.

1650 — FEVEREIRO — 5

Vizconde amigo. Eu El Rey uos inuio muito saudar como aquelle que amo. Com esta carta se uos remetera hũa petição e papeis de Gregorio de Almeida Mourão. Encomendouos que uendo tudo o que elles conthem, mo proponhaes para os postos em que estiuer a caber, na forma das ordeñs dadas. Escrita em Lx.^a 5 de feureiro de 1650.

Rey

Jorge de Mello

Dom Alu.^o de Abranches
de Cam.^{ra}

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^{ca} do Minho

1650 — FEVEREIRO — 7

Visconde amigo. Eu El Rey uos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. Pella noua q̃ me enviastes de estar a Naueta q̃ este anno uinha da India no porto junto a Corunha mandei entrar em consideração, do socorro q̃ se lhe poderia mandar em caso q̃ ella e os dous nauios mais com q̃ se achaua não estivessem rendidos do inimigo por causa do tempo e do destroço com q̃ chegarião a tomar terra, E pello papel do Conde d'Odemira q̃ com esta se uos remete, uereis o q̃ de presente se poderia obrar, o q̃ Eu espero esteja disposto por vossa ordem, mas era caso q̃ o não tenhaes mandado preuenir uos encomendo m.^{to} na mesma hora q̃ receberdes esta q̃ se (?) a toda a deligencia procureis a cudir a estas considerações na forma q̃ parecer mais conueniente. E com se aduertir... (?) q̃ o Conde faz, E quererá de q̃ dé o tempo lugar

a q̃ esta preuenção seja de grande effeito pera o remedio destas... (?) em q̃ confio de uosso cuidado e zello de meu seruiço trabalheis de man.^{ra} e com taõ bom aserto q̃ tenha eu m.^{to} q̃ uos agradecer. Escrita em Lx.^a a 7 de Feu.^{ro} de 1650.

Rey

P.^a o Visconde de V.^a noua.

1650 — FEVEREIRO — 8

Vixconde amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar como aquelle q̃ amo. Com esta carta se vos presentara huã petição e papeis de seruiços de Manoel Pereira de Castro, em q̃ pellas rezoês, q̃ na mesma petição apponta, pretende o mande prouer de hũa companhia de Infantaria, encomendouos q̃ vendo tudo, tenhaes lembrança de mo propor na forma das ordeñs dadas para os portos a q̃ estiuer a caber. Escrita em Lx.^a a 8 de feuerreiro de 1650.

Rey

M. Fernão Telles
de Meneses

Dom João da Costa

Para o Visconde Gou.^{or} das Armas do Minho.

1650 — FEVEREIRO — 16

Vizconde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar como aquelle que amo. Com esta carta se uos remeterão duas petições que me fez o capitão Francisco Vieira Guedes, e a copia de outra carta minha escrita ao Conde de Castelmilhor uosso antecessor nesse gouerno sobre se dar cumprimento a ordem dada para ser metido de posse do

Castello de Lapella de q̃ he Alcaide mor, e se aualiarem as obras que nelle fez por conta de sua fazenda Gaspar Lobato de Santos, e porque conuem a meu seruiço que isto se acabe de hũa ues e se escusem tantas dillações, vos encomendo, e mando que inteirado do que conthem estes papeis, façaes que estas obras se aualiem de nouo na forma que Francisco Vieira apponta, e pede e que aualias elle satisfaça a Gaspar Lobato o q̃ nellas ouuer despendido de sua fazenda e fazendo o seja metido de posse do dito Castello sem mais replicas, demandas ou repostas e vos me auizareis de como se executou esta ordem. Escrita em Lx.^a 16 de feuereiro de 1650.

Rey

Dom Alu.^o de Abranches
de Cam.^{ra}

Joane Mez. de Vas.^{los}

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^a do Minho.

1650 — FEVEREIRO — 21

Visconde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. Para o posto de Ajudante de The-nente de Mestre de Campo Geral dessa Prouincia, para o qual me propusestes sogeitos fui seruido nomear ao Capitão Eleuterio Correa de Lacerda; E para q̃ o tenhais entendido me pareceo auisaruo, como por esta carta o faço. Escrita em Lx.^a 21 de feu.^{ro} de 1650.

Rey

Jorge de Mello

Dom João da Costa

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^{sa} do Minho.

1650 — FEVEREIRO — 21

Visconde amigo. Eu El Rey uos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. O Sargento mor Matias Ozorio Rangel vay com ordens minhas as Comarcas dessa Prouincia a reconduzir algũs soldados que tendo assentado praça nas companhias do terço de que he Mestre de Campo Bertolameu de Vasconcellos da Cunha no exercito de Alentejo, se auzentarão d'elle, e se tem entendido que andão nessas Com.^{as} E para este effeito leua as listas de todos elles, de que consta as terras donde são naturais, E porq̃ conuem m.^{to} a meu seruiço, que elle faça esta reconducção como toda a breuidade, Vos encomendo lhe façais dar para este effeito toda a ajuda e fauor que lhe for necess.^o e elle uos pedir. E porque pode succeder que algũs destes soldados esteião seruindo nessa Prou.^{sa} e frontr.^{as} della com praça assentada ordenareis que os tais se lhe entreguem para os fazer reconduzir as suas bandeiras donde se auzentarão, não consentindo que ahi se aceitem, nem assentem praça os q̃ a tiuerem assentado em outra parte. Escrita em Lx.^a 21 de feu.^o de 1650.

Rey

Jorge de Mello

Dom João da Costa

P.^a o G.^{or} das armas da Prou.^{sa} do Minho.

1650 — MARÇO — 6

Vizconde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar como aquelle que amo. Em outra carta minha vos tenho mandado encarregar deis toda a assistencia e ajuda que for neçessaria para a reconducção dos soldados do terço de que he mestre de campo Bertolameo de Vasconcellos

da Cunha hũ dos da garnição da praça de Oliuença que tenho encomendado a Dom Francisco de Azeuedo e Attayde, e porque se tem entendido que alguñs destes soldados despois que se auzentarão de Alentejo assentarão praça no terço dessa Prouinça e he muito contra meu seruiço admittiremse em hũs terços os soldados de outros e conuem que estes tornem a servir adonde primeiro assentarão praça, Vos encomendo que logo que se uos der esta carta com os nomes e sinaes dos soldados do terço de Bartolameo de Vasconcellos que seruirem nesse os mandeis entregar a Dom Francisco de Azeuedo, para que juntos com os mais que tiuer reconduzido pla Prouinça os faça embarcar na forma da ordem q̃ lhe esta dada. E muito vos torno a encomendar o comprimento e breue execução desta por conuir muito a meu seruiço não se retardar esta recondução. Escrita em Lx.^a 6 de Março de 1650.

Rey

O C.^{do} Cam.^{ro} Mor

Jorge de Mello

P.^a o Vizconde.

1650 — MARÇO — 13

Visconde amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle q̃ amo. Porque conforme aos auisos que repetidamente se continuão estes dias das preuencões que faz o inimigo, conuem fazeremse todas as maiores diligencias que for possiuel, para reforçar o exercito de Alentejo, e estoruar os effeitos de seus intentos, ualendosse para isso de todas as forças que ouuer em todas as Prouincias do Reino; me pareceo encomendaruos, e mandaruos que sem dilação, nem replica algũa, façais logo embarcar em Viana quinhentos soldados dos pagos do terço dessa Prouincia em cinco companhias com seu officiais e que uenha por cabo delles o Thenente Mestre de

Campo g.^{al}, ou o Mestre de Campo do mesmo terço vindo também o Sargento delle; com ordem que uenhão desembarcar à Villa de Alcaçere do sal, donde hão de passar a praça de Estremoz, e daly seguir a ordem que lhes der, o Gou.^{or} das armas do ex.^{to} de Alentejo, ou o Mestre de Campo g.^{al} delle; E entretanto que estes soldados se uos não tornão a restituir, uos valereis de outros quinhentos soldados dos Auxiliares dessa Prou.^{ca} Escrita em Lx.^a 13 de Março de 1650.

Rey

Marquez Almirante

Dom João da Costa

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^{ca} do Minho.

1650 — MARÇO — 16

Visconde amigo. Eu El Rey uos enuio m.^{to} saudar como aquelle ã amo. Ao Mestre de Campo Manoel Lopez Brandão fui seruido nomear por Governador do Castello de Viana na forma que uereis da sua patente; e para ã o tendes entendido, me pareceo auizaruolo como o faço por esta carta. Escrita em Lx.^a 16 de Março de 1650.

Rey

O C.^{de} Cam.^{ro} Mor

Dom Alu.^o de Abranches
de Cam.^{ra}

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^{ca} do Minho.

1650 — MARÇO — 16

Vixconde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle ã amo. Eu tenho resolutu, ã toda a pessoa, ã ouer tido assentado em algum Tempo praça de soldado

no Exercito de Alentejo, ainda q̄ esteja escusa, va servir nesta occasião aquella Prouincia, e q̄ em nenhum Conselho, ou tribunal, se admitta petição a pessoa algũa sem constar por certidão do Governador das Armas da mesma Prouincia de Alentejo, q̄ nesta campanha serui na mesma Prouincia, para o q̄ se hão de apresentar nella por todo o mes de Abril proximo que vem, e esta resolução mandey fazer aqui notoria por bandos, e Editaes; e porq̄ conuem tambem q̄ se tenha noticia della em todo o Reyno, Vos encomendo, e mando, ordeneis, q̄ em todos os lugares da vossa jurisdicção se faça tambem notoria por Editaes, para q̄ nenhũa pessoa possa depois alegar ignorancia. Escrita em Lx.^a a 16 de Março de 1650.

Rey

Marques Almirante

M. Fernão Telles
de Meneses

Para o Gou.^{or} das Armas do Minho.

1650 — MARÇO — 16

Visconde amigo. Eu El Rey uos enuio m.^{to} saudar como aquelle que amo. Os ultimos auisos que se tem das preuenções que faz o inimigo para sair em Campanha, certificação os que se tiuerão de antes, e que ja a gente, cauallos para a remonta da cauallaria, e tudo o mais que he necess.^{ro} para formar hum exercito, uay entrando em Badajos, e achandosse à frontr.^a de Alentejo tão falta de gente e de tudo o necessario para a opposição dos progressos que intentar fazer o inimigo, senão se acodir de todas as Prou.^{ças} a socorrer aquella comtudo o mais que for possivel não somente correria risco a mesma Prou.^{ca} de Alentejo mas todo o Reino; Me pareceo daruos conta destes auisos, e tornaruos a encomendar que com summa breuidade façais embarcar os quinhentos infantes pagos

que por outra carta minha uos tenho mandado enuieis para este socorro a cargo do Thenente de Mestre de Campo g.^{al}, ou do Mestre de Campo qual melhor uos parecer, uindo tambem com elles o sargento mor do terço, e socorridos os officiais, e soldados ate chegarem a praça de Estremoz; e ja se uos aduertio, e o torno a fazer agora que esta gente se ha de embarcar em carauellas em Viana, e vir a Alcacere do Sal, e dahy passar a Estremoz. E porque a necessidade prez.^{to} pede que sera mais numerozo o socorro, tão bem uos encomendo, e mando que sem dilação, nem replica algũa antes procurando ganhar os momentos de tempo façais preuenir dos Auxiliares dessa Prou.^{ca}, e da gente da ordenança della mil homẽs dos mais capazes para o exercicio da guerra, formando destes mil homẽs dez companhias com seus off.^{es} sendo os Capitaẽs os q̃ tenho nomeados para Auxiliares, ou aquelles que uos entenderdes q̃ serão mais a proposito para gouernar as suas comp.^{as}, e servir nesta occasião, que hão de ser socorridos desde q̃ sairem de suas casas ate tornarem a entrar nellas, o que farão despois de passada esta occasião, com os mesmos socorros que se dão aos Cap.^{es} de infantaria pagos, e na mesma forma serão tambem socorridos os mais off.^{es} e soldados, e se vier o Then.^{to} de Mestre de Campo g.^{al} com os quinhentos soldados pagos, vira o Mestre de Campo por cabo destes mil Auxiliares, e logo em seguim.^{to} destas ordens partira hum Comiss.^{to} com o din.^{ro} necessario para as despezas q̃ se ouuerem de fazer com estes mil auxiliares e seus off.^{es}, e para o frete das carauellas, porque os quinhentos infantes pagos hão de ser os primeiros, e porq̃ a necessidade pres.^{to} não sofre dilação algũa uos encomendo m.^{to} que busqueis o dinheiro necess.^{ro} para uirem socorridos, ate chegar o q̃ uos mando p.^a estas leuas; e sendo este neg.^o da qualidade que he por escusado tenho encarregaruos com palauras de maior aperto o cuidado e grande diligencia com que haueis de obrar em execução desta ordem. E tambem uos torno a encomendar m.^{to} a assistencia, e ajuda q̃ aueis de dar

ao Sargento mor Matias Ozorio Rangel ã he partido a essa Prou.^{ca} a reconduzir os soldados do terço do Mestre de Campo Bertolameu de V,¹⁰⁸ para ã o faça a tempo ã os reconduzidos possão uir nas carauellas ã trouxerem os quinhentos infantes pagos ou nos ã se embarcarem os mil auxiliares, e espero ã em hũa, e outra cousa fareis tão boa diligencia ã em hũa, e outra cousa fareis tão boa diligencia ã fique eu m.¹⁰ bem seruido, e tenha m.¹⁰ que uos agradecer. Escrita em Lx.^a 16 de Março de 1650.

Rey

O C.^{de} Cam.^{ro} Mor

Jorge de Mello

P.^a o Gou.^{or} das armas do Minho.

1650 — MARÇO — 24

Bisconde Amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar, como aquelle que amo. A uossa carta de 7 do presente acerca do Galego João Rey se uio e na conformidade do que nella appontaueis se proueo logo por todas as uias em forma que podeis asegurar ao confidente de todo o reço que delle podia ter; E por o que nestas matterias obrais ser tão proprio do que deuo esperar de uosso zelo, e o que conuem a meu seruiço, para adquerir as notiças neçessarias das couzas de Castella; me pareço aggradeceuolo (como agora faço) e da mesma man.^{ra} a agoa que me enuiastes, fazendo della grande estima. Escritta em Lix.^a a 24 de Março de 650.

Rey

P.^a o Bisconde.

1650 — MARÇO — 26

Vizconde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar como aquelle que amo. Vy a uossa carta de 3 do pre-

sente em que me auizaes do bom successo que ouve na execução da ordem que destes para se desfazerem as trincheiras que o inimigo hauia feito na circunferencia do seu forte de São Tiago de Aytona; E paraceome agradeceruos o cuidado com que procedestes nesta occasião e comque em tudo procuraes cumprir com as obrigações de meu seruiço. Escrita em Lx.^a 26 de Março de 1650.

Rey

Marques Almirante

Dom Alu.^{ro} de Abranches
de Cam.^{ra}

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^{ca} do Minho.

1650 — MARÇO — 27

Vixconde amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle que amo. Por outra carta minha uos tenho mandado remetaes a prouincia de Alentejo quinhentos infantes dos pagos dessa prouincia para fazer opposição ao inimigo q̃ se entende detremina entrar por aquella parte com exercito; encomendouos q̃ na forma daquella ordem enuieis esta gente com suma breuidade, e demais d'elle remetereis em seu seguimento os mil infantes auxiliares, e faltandouos dr.^o o suprireis de qualquer parte porq̃ se uos fica remetendo, e pella breuidade não conuem esperardes por elle. Escrita em Lix.^a a 27 de Março de 1650.

Rey

Para o Vixconde de uilla noua de seru.^{ra}

1650 — MARÇO — 31

Visconde amigo: Eu El Rey uos enuio m.^{to} saudar como aquele q̃ amo. Para a companhia de infantaria que uagou no terço dessa Prouincia por promoção de Francisco Pereira Pinto a gouu.^{or} da Com.^{ca} de Barcellos, foi seruido nomear dos sogeitos que me propusestes para ella ao Ajudante Vicente do Basto; e pareceome auizaruolo para q̃ o tenhais entendido. Escrita em Lx.^a a 31 de Março de 1650.

Rey

M. Fernão Telles
de Meneses

Joanne Mez. de Vas.¹⁰⁸

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^{ca} do Minho.

1650 — ABRIL — 8

Vizconde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar como aquelle que amo. Recebeosse a uossa carta de 23 do passado, em que respondendo a que vos mandei escrever encarregandouos enuiasseis logo a Alentejo quinhentos infantes do terço dessa Prouincia e mil homẽs mais dos Auxiliares, representaes as impossibilidades com q̃ vos achauéis para enuiardes este soccorro dos numeros referidos por não hauer no Terço mais de oito centos infantes, e só tres companhias de Auxiliares formadas nessa Prouinça, tendo tantas praças que guarnecer, e o inimigo tam uesinho de Saluaterra; E hauendo uisto e entendido tudo me pareceo dizeruos que ainda que a necessidade q̃ ha de se acudir a soccorrer o Alentejo com summa breuidade precede a tudo, enuieis dos qui-

nhentos infantes que se uos tem pedido, somente os quatrocentos que auizaes podereis dar, para q̃ assy se fique accudindo a hũa e outra parte e tenhaes separados e promptos os mil homẽs dos Auxiliares e da ordenança dessa Prouinça, para marcharem no mesmo ponto que vos chegar auizo para o fazerem como uolo tenho ordenado, por que tendo ella tanto mais gente que as mais do Reyno, tirandosse da Beira quatro mil de mais de quinhentos pagos e oitocentos que aly se hão de levantar para este mesmo soccorro, justo he que dessa uenhão pello menos mil e com a mais gente da ordenança, indosse reuesando podereis suprir a falta deste soccorro como se uos tem ordenado, em quanto não se uos restitue esta gente, aduertindo que o dinheiro que se uos tem remetido para os soccorros destes mil homẽs Auxiliares e da ordenança ha de estar em ser sem se destribuir ate uos chegar auizo para elles marcharem porque so dahy em diante hão de ser soccorridos. E fio eu do uosso zelo e cuidado que em tudo uos hauereis de modo que fique eu bem seruido, e tenha sempre muito q̃ vos aggradecer. E tornouos a encomendar m.^{to} particularmente a breuidade com que haueis de fazer partir os quatrocentos soldados pella necessidade q̃ ha de ser assy e não se perder hũ só momento de tempo na expedição delles. Escrita em Lx.^a a 8 de Abril de 1650.

Rey

Marques Almirante

Dom João da Costa

P.^a o Gou.^{or} das armas da Prou.^{ca} do Minho.

1650 — ABRIL — 11

Visconde amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar como aquelle q̃ amo. Com esta carta se uos remetera outra que me escreueo o Governador da Comarca de Gui-

maraes Gaspar Nunes de Carualho, em que me dá conta dos procedimentos de que tinha usado contra João Leite Pereira por não querer aceitar o cargo de Capitão de infantaria de hũa das companhias da Ordenança daquella Villa; paraõ auia sido eleito; e do excesso que em rasão delles auia cometido hum clerigo irmão seu, contra os soldados que lhe auieis mandado por a porta; E pareceome remeteruos a mesma carta, para õ inteirado de tudo o que ella contem ordeneis nesta materia o õ uos parecer õ mais conuem a meu seruiço. Escrita em Lx.^a a 11 de Abril de 1650.

Rey

O Marques Almirante

O Conde de Prado

P.^a o Gouv.^{or} das Armas da Prou.^{ca} do Minho.

Continua

EDUARDO BRAZÃO

DÉFINITION ESTHÉTIQUE D'UN MAÎTRE DE L'ART CLASSIQUE DANOIS

(VIGGO JARL)

On se rend compte aisément de la fascination qu'exerce la peinture sur les foules. C'est une affaire de sensualité.

Ici c'est une autre chose: Lisez dans Van Lier (*Les arts de l'Espace*) son exacte définition. Elle a pour origines 1) la statuaire Orphique dont nous avons parlé dans notre *Histoire du langage sculptural d'Occident*.

La statuaire Orphique est un art à part, pour lequel l'Espace est créé et dont le seul but initial est de dégager l'expression des masses par des creux, des profils, des lignes; 2) la statuaire attique qui érige des figures dégagées du mouvement; mais l'espace est créé par le monument. En somme, la statuaire orphique, c'est de l'espace sculpté, et la statuaire attique s'inscrit dans l'espace créé par l'architecte. Son évolution se définit par la *défrontalisation*. Peu après la statue s'érige dans l'espace défini par son symbole. Les deux genres finissent par s'unifier. (*Thésée*, British museum) dans la statue Phidiasique. Mais celle-ci, soumise à travers les temps aux lois de l'architecture entretient avec ladite architecture abstraite et basique, des liens indissolubles. C'est par excellence l'art de l'Esprit. C'est donc d'abord par l'Esprit qu'il convient de juger l'oeuvre d'un statuaire.

Nous sommes d'accord pour reconnaître que tout le monde — et loin de là — ne comprend pas la peinture. Mais elle est un sujet de conversation général et ceux qui s'y mêlent doivent se donner l'air de la connaître. Il y a une sorte de critique d'art «*parlée*» qui est entrée dans les usages mondains, et qui d'ailleurs aboutit à une facilité d'auto-persuasion qui peut être très utile aux artistes bénéficiaires.

Au contraire, les oeuvres sculptées ne plaisent qu'à ceux qui les ont comprises avant de savourer leur charme.

Le monument c'est de la beauté qui fait appel à l'intelligence.

Nous en trouverons la preuve dans cette vague momentanée de la peinture abstraite informelle, dont il est de « bon ton » d'intégrer l'excentricité dans les moeurs.

En revanche, les statuaires qui ont fait faire à leur art un sport pareil n'obtiennent aucun ou très peu de succès. C'est qu'ils n'ont pas compris que leur public est très différent de celui des peintres et que là où domine le sens de l'Esprit, l'intelligence prime le reste.

L'un des aspects primordiaux de l'intelligence est la connaissance et Henri Lavedan, en 1903, collectionneur de l'art du 18^{ème} siècle, pouvait écrire devant une statue cubiste qu'il respectait toute forme d'expression, mais que pour pratiquer l'irrespect il n'y a rien de mieux qu'un connaisseur. Il y a aussi la question des origines. La peinture d'Occident est née par le besoin de l'Eglise chrétienne. Dieu lui-même a besoin de cloches (*Lamartine*).

Il n'en n'est pas de même de la statuaire et de l'architecture. Le christianisme a trouvé les siennes dans l'héritage du paganisme. La connaissance de l'Archéologie est indispensable à l'étude des églises primitives. On est souvent stupéfiés des emprunts et des métamorphoses imposés par les chrétiens aux oeuvres issues des ruines des temples.

Si la peinture a dû se refaire elle-même complètement et devenir un art nouveau, nous avons hérité de la statuaire hellénistique du sud de l'Italie qui ne nous a pas laissé une lacune à combler sur la connaissance de l'art sculpté.

Viggo Jarl apparaît à nos yeux comme l'un des dépositaires de deux millénaires de statuaire occidentale et il n'y a pas de successeurs possibles qui manquent pour ramasser le flambeau.

Si classicisme signifie *durée* la démonstration de sa résistance morale est faite. Cette résistance est à toute

épreuve. Il serait donc tentant d'en esquisser l'histoire et ce serait là que commencerait la difficulté d'ailleurs facile à résoudre, mais nécessaire.

*

* *

Jarl ne peut être intégré que dans la sculpture d'Occident. Il en est à présent le plus pur et le plus représentatif.

Qu'est-ce que la statuaire d'Occident? L'école anglaise et l'école allemande d'Histoire de l'art nous répondent qu'il s'agit d'une école née en Grèce avant l'an — 700, qui suppose des influences asiatiques, et qui, dans le principe d'un réalisme direct, s'est infiltrée en Europe, aux U. S. A. et dans l'Amérique latine.

Il est en outre apparent que cette statuaire occidentale s'est affirmée telle en s'acclimatant en Italie et qu'elle y est devenue latine. La France elle, est plus prudente. Elle passe officiellement sous silence la statuaire d'Occident. On ne se sert du terme que pour désigner l'opposé de la statuaire byzantine.

La vérité est technique. La statuaire d'Occident est une statuaire dont les exécutions comportent la présence effective de modèles et qui suppose des rappels de la vie organique.

A ce compte naturellement se trouve exclue de la statuaire d'Occident la Grèce antique. Jusqu'au siècle + 2 il n'y a pas de sculptures supposant la présence du modèle. La beauté est évaluée selon une règle d'or.

De même l'accident magnifique de la statuaire semble devoir être exclu de la statuaire d'Occident. M. Emile Mâle a établi ses origines grecques. Ce qui est certain c'est que nous lui devons Jacopo de la Quercia, peut-être Nicolas de Pise et son frère et sûrement Donatello, Verrocchio et Michel Ange.

Mais ces éblouissants aboutissements de l'art gothi-

que nous proposent un art gothique qui ne l'est plus du tout. La conscience occidentale s'exprime par la présence du modèle par le mouvement ou l'attitude, et par l'individualisme de la technique et du sujet.

La mort de Michel Ange est une submersion du gothique dans l'Occident confirmé.

*

* *

Que sont ces artistes occidentaux? Ces suiveurs de Michel Ange? Ce sont précisément ceux dont l'Occident a fait ses classiques.

Voici le chef-d'oeuvre du Bernin, bénéficiaire principal de la succession Buonarotti: succession écrasante. Mais le maître (*Bernin*) est un génie complet. Il est architecte, il est modelleur et il a le secret de créer l'Esprit par le mouvement. Son chef-d'oeuvre? *Daphné* (Versailles): Regardons cela: le mouvement enrobe les formes en pleine métamorphose de la femme en arbrisseau. *L'ensemble se décompose sur trois plans nets auxquels* certaines imprécisions voulues apportent l'unité. Les masses gracieuses sont réparties à souhait, enfin le sujet est cerné dans des profils bien nets qui ne font qu'un trait.

Voilà en somme tout l'art d'Occident. Le sujet bien équilibré, plané, dans l'expression de son mouvement bien déployé et captif d'un dessin adroit et serré.

Autrement dit, comme la peinture, la statuaire occidentale est d'abord graphique. (En Grèce archaïque, les sculpteurs ont souvent taillé leurs supports avant de dessiner). Le premier qui dessina et dont le nom ne nous est pas parvenu, déposait sur le sol un plat vaste et peu profond, plein également d'argile luisante comme un miroir. Il y élaborait avec une baguette pointue les profils de ses statues. Ainsi, selon Phanocrète, l'argile devenait la matrice de la beauté.

Mais, est-ce là, à proprement parler, du dessin? Les Grecs écrivaient sur des tablettes. Le papyrus est du travail de leurs premiers moines. Les statuaires d'Alexandrie et de Naples ont importé l'usage du dessin et du papyrus (*Aldo Vallay*). C'est évidemment d'alors, (sous le règne d'Auguste) que naquit le dessin, cher à la peinture et précieux à la statuaire de l'art d'Occident. Pour ne pas allonger, nous ne parlons pas d'architecture.

L'architecture comporte un dessin particulier, hors de ses plans et de ses épures. Le dessin sur le support de la fresque qui est liée à l'architecture étant peinture murale. Selon Louis Dinet, ce dessin ne pouvait être qu'indicatif car jusqu'aux temps modernes le support était apprêté de telle manière qu'il ne comportait pas de reprises. Nous ne pouvons qu'exclure l'Egypte dont le dessin mural n'est qu'une écriture jusqu'à l'époque de Saïs. Nous possédons de très anciennes fresques de l'Occident chrétien. A les observer de près, par exemple à Orvieto, on peut remarquer qu'elles sont exécutées selon des repères et non sur un dessin préalable (*Pierre della Francesca*). Les grands renaissants ont fait de la fresque à l'antique, exécutant d'après des cartons préalables, mais ils avaient l'art, le génie dans la main. A Sainte Anastasie (Vérone) Pisanello nous offre une sublimation de la fresque qui l'intègre dans les magnificences de la peinture.

Nous rappellerons au juste que toute statue est architectonique par son équilibre, la disposition de ses masses, la répartition de ses profils et ses perspectives encore.

L'oeuvre de Jarl ne peut se limiter aux quelques statues auxquelles nous ferons allusion. Elle est considérable et variée. Il ne s'est jamais départi des principes de ce classicisme occidental dont il est le produit glorieux.

Jarl a traversé l'époque la plus chaotique que jamais ait subi la statuaire. Il est demeuré insensible aux sottises du jour, aux exemples pervers. Et il ne s'est pas séché sur une formule académique. Citons Edmond de Goncourt :

«... Sans doute les formes et les manifestations auxquelles le beau donne lieu au cours du temps varient et semblent parfois se contredire; mais, tout en admettant ces diversités inévitables et nécessaires, il est aisé de discerner jusque parmi elles le caractère divin, de manière à ne pouvoir jamais se tromper et risquer de l'honorer là où il est absent».

La beauté, Jarl l'a poursuivie avec un noble acharnement. Il l'a touchée dans le monument historique, les statues commémoratives. Des nus d'allégorie, statues de jardins et de places publiques. Jarl est un artiste éprouvé. On l'admire d'autant plus qu'il n'y a pas beaucoup d'espoir dans les génies précoces animateurs d'un «futur immédiat».

Pour Jarl, la beauté ne saurait être une plaisanterie. Il n'est pas de ceux qui admettent qu'elle ne soit qu'affaire de mode, ni qu'elle change comme selon les saisons!

Il n'est pas vrai que la beauté d'hier cède son fauteuil à celle d'à présent qui a toujours raison contre le passé et contre l'avenir. Revoyez en panorama esthétique toute l'oeuvre de Jarl, vous n'y trouverez pas une contradiction esthétique, ni un abandon. Si la beauté change de visage c'est que le modèle lui-même est dans ce cas. Mais la méthode de présentation ne cesse d'être ce qu'elle est.

Que la beauté d'hier cède son fauteuil à celle d'aujourd'hui, c'est le temps présent qui a toujours raison contre le passé et l'avenir. La seule beauté, dès lors, serait celle de tout à l'heure «dont l'avènement sera proclamé officiellement au coup de midi». Cette thèse singulière nous conduirait à dire à la beauté présente: «Ma fille, ne fais pas tant de genre, baisse la tête, sois modeste, dans une heure midi sonnera, tu seras détrônée, enfoncée par une autre beauté, déjà prête pour cela».

La beauté n'est en aucune façon un *article de Paris*. Nous sommes près de croire qu'elle est fille d'Apollon Musagète et d'Aphrodite archipélienne et que l'infaillible

sentiment qu'elle soulève en nous, participe du frisson divin.

Les chrétiens des premiers siècles ont cherché à l'éliminer « parce que ses formes parfaites n'émouvaient pas seulement les âmes ». Ils sont arrivés à un art imparfait dont la conclusion est que l'on ne peut confondre le spiritualisme qui est un article de la foi abstraite et la spiritualité qui s'exprime.

La méfiance du passé, la foi aux yeux bandés dans l'avenir, suppose nécessairement une prépondérance du passé dont la lumière réelle éclaire plus sûrement que les hallucinations du présent et les mirages de l'avenir. Ceci tient à la leçon des maîtres, Michel Ange, Verrocchio, Donatello, Jean de Bologne. C'est fatalement d'après eux, directement ou non, que les sculpteurs d'Occident se sont formés et c'est le cas de *Viggo Jarl* qui cependant nous fait assez peu l'air d'être un obsédé du passé qu'il admire. L'opportunité de l'art ancien tient à son prestige et ce prestige, en dehors des questions d'esthétiques tient au fait de son ancienneté. Une œuvre qui a rayonné pendant un demi-millénaire assure tout de même, par la continuité de sa splendeur, quelque garantie que son statuaire ne s'est pas trompé.

La statuaire antique a été l'objet de contestations violentes : Iconoclastes, Savonarole, purifications dominicaines. Les moralistes s'en prenaient, inconscients aux sollicitations impures, par les formes d'un art dont le créateur seul est responsable.

C'est par le Cardinal Bembo que nous savons que le pape Léon X enjoignit aux statuaires de ne pas négliger les inspirations ni les ressources de l'antique. Ce pape réagissait contre l'art aux fenêtres fermées (*Robert de la Sizeranne*). Il approuvait don Beltasser de Castiglione déclarant que la beauté d'essence divine et dont le sens venait de l'âme ennoblit et purifie tous les efforts humains qui s'en dégagent. Il faisait l'éloge de l'art phidiasique (*où l'avait-il donc vu?*). Et, si nous en croyons Pierre des

Anges, cité par Bembo, il voulait une sorte de continuité entre l'art grec et l'art chrétien de la Renaissance. C'était là plutôt une approbation de Mantegna et du Colonna (Bénédictin comme Pierre des Anges) du songe de «Polyphile». Voici les saintes paroles rapportées : «La beauté est le principe de l'amélioration humaine. Ce principe est universel, éternel et immuable comme la vérité». Et voilà la première raison pour laquelle l'oeuvre de *Viggo Jarl* est impartie de perennité.

Les chambardeurs en tous genres qui ont encombré les colonnes des journaux de leurs tours de passe-passe, de leurs canulars, de leurs sauts périlleux ont nui à la juste propagande que certains artistes étaient en droit d'attendre de la critique pour leur talent. C'est à considérer, mais l'erreur serait de le tenir pour un sacrifié. Jarl a pris la juste route : il a sculpté sans aucune tentative, sans lendemain, dans un style sobre et un modelage *créateur de vie*. Il les a exposées en laissant le public en parler. Et cela à une époque où, pour nous offrir la moindre statuette en admiration, trop de sculpteurs écrivent des articles pour dénoncer les erreurs de l'esthétique de la Renaissance et, parlent ni plus.

La haute qualité des statues de *Jarl* vient de sa connaissance parfaite du modelage créateur. Il en connaît toutes les ressources et les met en jeu. C'est ce qui nous permet de parler de lui comme un des grands maîtres actuels d'art classique.

Il y a l'art réaliste, basé sur le dessin pur ou léger qui cerne l'épisode de la vie organique ou de la matière vivante, observée à fond et il y a l'art contraire ou le sculpteur confie au papier telle idée de statue sortie de son imagination et qu'il se réserve de tirer par modelage de l'argile à sa fantaisie ou, plus logiquement de la pierre en travaillant à la meule ou au ciseau et au marteau. Nous disons *plus logiquement* car les statues de l'art gothique sont *abstraites*, nées de la fantaisie des *moines-tailants* et des maîtres-imagiers.

La méthode du modelage ne vient pas de l'art grec refusant le modèle et construisant la beauté sur les données d'une règle d'or. Le modèle intervient au statuaire entre la fin du premier siècle et les débuts de l'hellénistique. Et la première statue à modèle serait la *Vénus de Milo* (?! qui tient de l'archipélien hellénistique).

A Naples, en même temps qu'en Alexandrie d'Égypte, s'est formée une école de statuaire magnifique, dix à douze ans après Pharsale. Ces artistes eurent deux ressources pour vivre : le buste-portrait à ressemblance du modèle, genre qu'ils ont poussé à la plus déconcertante perfection, et, enfin, des statues d'une beauté audacieuse, inimaginables chefs-d'oeuvre qui sont ce que l'Occident a produit de plus émouvant, mais dont nos moeurs actuelles ne peuvent tolérer l'exhibition. C'est le pape qui a empêché le roi de Naples de les détruire. Chez beaucoup de souverains pontifes, les amants passionnés de l'art étouffèrent les vellétés des censeurs. Mais les éruptions de lave et les sinistres d'Herculanum et de Pompéï les suppriment en noyant deux villes réservées au patriciat. Les somptueuses villas des chevaliers romains étaient entourées de jardins et de bosquets, et ces jardins comprenaient de telles statues pour ornement. Des femmes, des jeunes filles, de jeunes garçons en ont été les spectateurs. On sait que l'école d'Alexandrie évolua, délaissa ce réalisme cruel et vulgaire et se mit à sculpter des sujets mythologiques.

Ils forment plus qu'une école transitoire. Ils forment une école qui fixe le goût d'une époque éminente. Elle n'a rien de commun avec l'art grec des origines à Praxitèlès. Mais comme elle a donné des *copies* des statues de Pompée, exécutées avec une surprenante perfection, et qui a été la cause de confusions déconcertantes, on a créé un goût stable sur leurs éléments et on y a lié la Grèce antique.

C'était exactement le contraire de ce que l'on attendait. Vasari y fit allusion. C'est Michel Ange qui sauva le goût italien qui était devenu celui de l'Europe de telles

fadeurs. Mais le goût sauvé s'accroît vers le réalisme michelangesque.

Le Titan a porté sur ses épaules non seulement le destin de la statuaire italienne, mais encore toute la statuaire et, probablement toute l'architecture. C'était beaucoup pour un seul géant. Et le grand homme mourut. Le monde a porté son deuil.

On cessa de désespérer le jour où l'on s'aperçut que subsistait le *michelangisme*. Nulle statuaire n'était plus lourde d'enseignement et, de cet enseignement trituré, transformateur, la sculpture rebondit et surtout en France.

Michel Ange n'a pas à proprement parler, *déformé*, comme le prétendent certains novateurs. Il n'a jamais sculpté que ce que ses yeux ont vu. Il n'a pas rompu l'harmonie de l'homme au bénéfice de l'expression. Par contre, il est hors de doute qu'il ait étudié la physiologie du mouvement et qu'il comprit vite que la décomposition du mouvement en trois phases apportait une puissance nouvelle au réalisme qu'il poursuivait. Le mouvement n'est qu'un aspect de la vie. Les Grecs ne l'ont compris et rendu qu'en synthèse : ce que la *figure* exécute au présent immédiat. Ils ont confondu le mouvement et le geste (*Bayer*). Le vrai mouvement est une transition entre le geste antérieur qui va suivre celui qu'accomplit la figure. Le mouvement de Michel Ange est le geste présent fidèle mais impliquant la suggestion du geste passé immédiat et celle du geste qui va suivre. Ce tour de force de Michel Ange donne parfois l'illusion d'une déformation que toutes mensurations sur le marbre démentent aussitôt.

Michel Ange d'ailleurs est le dernier gothique (*Rodin*). Selon Georges Baume, il est des modèles, s'y référant pour les déformations du mouvement, pour les raccourcis, les plafonnements, mais il a beaucoup travaillé d'imagination. Les imbéciles critiquent. Les gens de goût saluent. Ils se contentent de leurs splendeurs. Et tout est bien ainsi.

L'art est un empereur jaloux. Si brillante et habile que serait une contrefaçon, elle ne saurait lui plaire comme hommage et l'on ne doit rendre à César que ce qui est à lui. Il convient donc de ne pas découvrir Michel Ange dans ce qui n'est qu'à Jarl et de s'incliner devant la perfection atteinte.

Jarl a composé des monuments à l'échelle humaine et il en a édifié des plus importants.

Beaucoup de ses chefs-d'oeuvre sont souvent plus réduits. Qu'importe? L'impression laissée par un monument sculpté ne saurait dépendre de sa dimension. Elle est souvent issue en nous à tort ou à raison pour les détails de la construction, remarque *Ruskin* dans «Les Pierres de Venise». En est seul responsable l'éblouissement de nos sens abusés. Il faut voir et revoir les statues.

Il y a du Michel Ange dans la statuaire danoise comme partout en Occident où il y a de la ronde bosse. Ceci se comprend par la maîtrise de Michel Ange qui apprit aux statuaires l'art de la distribution des masses. C'est à ce point de vue seul qu'il faut jeter un nouveau coup d'oeil sur *Marathon* (l'arrivée du coureur qui s'affaisse au but, soutenu par deux de ses, non moins nus que lui, comme l'exigeaient les règles sportives grecques) et sur ce groupe «l'Abîme» au bord d'un lac transparent, d'un gazon byronnien, désespéré et dominé par une femme nue. Regardez les nus de face du coureur et de la femme. Voyez si jamais distribution de volumes n'a été poussée à une telle perfection. Ces torses sont-ils michelangesques?

Une dernière qualité du statuaire d'Occident est «la ressemblance qu'ont entre elles les oeuvres diverses d'un même artiste»: «Vous m'avez dit que vous aviez vu, dit Proust à Albertine, certains tableaux de Vermeer. Vous vous rendiez bien compte de ce que ce ne sont là que les fragments d'un même monde, que c'est toujours, quelque génie avec lequel ils sont recréés, la même table, le même tapis, la même femme, la même nouvelle et unique beauté,

énigme, à cette époque où rien ne lui ressemble ni ne l'explique, si on ne cherche pas à l'apparenter par les sujets, mais à dégager l'impression particulière que les couleurs ont produit» (*La Prisonnière*). Il y a d'ailleurs à travers l'oeuvre de Marcel Proust d'autres passages qui confirment cette thèse. M. Dufrenne y fait plus qu'une allusion et à propos de Mozart dont les oeuvres se ressemblent en ce sens qu'elles sont toutes consubstantielles à Mozart. C'est, d'ailleurs, bien le moins, mais il n'en va pas de même si nous parlons le langage du genre.

Il se peut que nous soyons contraints à tenir ce langage dès que nous n'avons aucune information sur la genèse de l'oeuvre ou de son auteur. Ainsi parlons-nous de l'art dagon, étrusque, ou des steppes... Conclusion, que peut valoir alors une caractérisation du style qui fait abstraction de tout ce qu'il y a de personnel en lui?

Il est évident, surtout en matière d'esthétique, qu'il vaut mieux éviter de parler de ce qu'on connaît imparfaitement ou pas du tout. Mais inspiré par Proust qui l'est lui-même par Bergson, M. Dufrenne nous offre une excellente définition du caractère actuel du statuaire d'Occident et de son art. Tout évolue, même l'art classique et surtout lui, car sa durée lui assure une sorte de vitesse acquise. Et *Viggo Jarl*, malgré son art traditionnel, est un évolué. C'est une erreur de croire à l'expressivité spontanée de l'objet esthétique au point que nous jugeons sur lui de la sincérité du maître exécutant. Un objet, en lui-même, est neutre. C'est le génie de l'exécutant qui prête une expressivité quelconque à l'objet. Voyez ce que font Lautrec ou Degas du moindre accessoire d'un cabinet de toilette. L'objet n'a d'importance ou de rôle esthétique que d'être le miroir du génie. De même évidemment le sujet. Et objet ou sujet ne sont que les supports du style qui est la présence du maître, sa permanence dans son oeuvre. Le style n'a jamais cessé d'être la vraie signature de l'artiste. Et, par voie normale, le style d'un maître aboutit à son individualisation. Ceci veut dire que si un

rival peut réaliser une oeuvre avec des qualités égales à celles de *Viggo Jarl*, nul ne parviendra à faire ce qu'il fait.

L'art classique ne contraint ou n'étouffe la personnalité qu'en apparence. Mais on s'aperçoit et on comprend que des règles et des traditions plutôt strictes apportent à un maître des ressources qui lui facilitent la besogne et lui permettent des réalisations magiques.

Ce théorème : toutes les qualités de l'art classique et celles, par conséquent, de *Viggo Jarl*, sont indépendantes de la dimension de la statue ou du mouvement sculpté. Selon Robert de la Sizeranne, elles lui sont même opposées car non appréciables à distance. Mais ce serait une erreur de limiter le champ d'horizon. On peut plutôt conclure que nulle proportion du sujet traité ne saurait être éloignée de notre regard. L'ensemble ne peut donc être traité avec plus de vastitude.

Ces nus de *Jarl* évoquent en nous un défilé de tant de beautés vivantes que l'ensemble retentit en nous comme un hymne à la splendeur de la nature. Ceci est exact comme répercussion. Le nu est la plus haute et la plus absolue glorification de l'homme par le génie du statuaire. Le nu est en même temps un appel à la spiritualité de l'homme et de l'art et Jean Florence, qui fut l'un des prophètes — en 1910 — du nouveau départ de l'esthétique française, serait là pour justifier notre façon de voir, si en 1916, il n'avait été tué à Verdun. Jean Royère a publié ses derniers essais. Ils soulignent l'irréparable de sa mort. L'un de ces essais conclut à la spiritualité du nu, c'est-à-dire à l'esprit révélé par les formes. C'est exactement ce que fait *Viggo Jarl* et nous irons plus loin en affirmant que jamais une statue de caractère n'a pu représenter fidèlement son sujet si celui-ci n'était nu. Cette opinion était celle de David. Avant de peindre des groupes, il dévoilait ses modèles. Ceci fait, il les revêtait de leurs toges, de leurs uniformes, de leur habit de cérémonie. Les musées nationaux conservent ses vastes toiles

quadrillées en fins traits rouges, de carrés de huit centimètres.

Il faut voir là, non une manie, mais un respectueux scrupule à l'égard de la nature étudiée et suivie. (Taine).

Viggo Jarl est le maître le plus incontestable du nu actuel. Nous avons étudié récemment à cet égard l'évolution de son extraordinaire talent. On a beaucoup parlé de Michel Ange à ce propos, nous ne voyons guère pourquoi.

Jarl est l'émule de Michel Ange par l'esprit de son art.

Là où il y a esprit, sans mysticisme, il y a un mystère. Celui de Jarl résulte d'une extraordinaire et probablement inconsciente association de faits et d'idées.

La critique, devant l'oeuvre proposée, à son jugement, se rengorge et statue: «Ce maître manque d'esprit constructif» ou encore: «C'est un réaliste». On oppose ces deux propositions. Et l'on ne se rend pas compte de ce qu'elles signifient. L'esprit constructif est dans le don de certains de percevoir synthétiquement un sujet, d'éliminer tout ce qui ne contribue pas à l'expression et d'arriver à cette expression par un jeu de formes simplifiées.

Le réaliste voit d'emblée le sujet dans l'ensemble mais ne se reconnaît pas le droit de changer quoique ce soit à la nature. Il travaille au rendu de la nature et sans élimination en arrive à l'unité dont la ressemblance dégage l'expression.

D'une part, un travail de synthèse. De l'autre, un travail d'analyse pour aboutir par regroupement des éléments à une synthèse instantanée d'où se dégage la vie.

Les deux méthodes ont produit du bon et du mauvais selon le génie qui les emploie et qui toujours est maître.

Viggo Jarl est un réaliste, un *vériste* de première force. Il ne manque pourtant pas d'esprit constructif puisque le monument à construire est un rendu de la vie. Le résultat en est l'expression vivante mais qui exclut les caricatures auxquelles les autres méthodiques aboutissent

infailliblement. Le constructif pur n'est que paradoxale. Il méconnaît l'esprit de la vie pour n'en saisir qu'une réduction jusqu'à la grimace.

Le scrupule de Jarl devant la nature est le scrupule du génie devant l'éloquence des formes, de l'artiste qui est devant les formes comme l'organiste devant les grandes orgues. Le modèle et la partition se confondent. La question est de les faire sonner, de les faire chanter.

«*La Prière*». C'est la résonance de la «*Bénédictité*» de Chardin.

Les moyens mis en oeuvre par notre sculpteur sont curieux à étudier. Il n'est pas un détail du sujet traité par Jarl qui ne soit conçu ou situé en vue non de la mysticité du personnage, mais de la prière elle-même à la fois fusante et matérialisée. Tout se tient dans une telle vision d'art : technique classique contemporaine et foi.

L'élaboration rationalisée prend place devant le reste et s'affirme.

En Inde, en Chine, à Angkor, la pensée est encore un élément du monde et les dieux, démons, etc., persévèrent à puiser leur puissance redoutable à l'énergie des matières.

En Athènes intellectuelle du siècle de Périclès, comme chez les scolastiques du XIII^{ème} siècle, et la Renaissance scientifique deux siècles plus tard, le vocabulaire des supports et celui des substances s'inclineront devant l'esprit. (*Van Lier*).

En Attique, toujours au V^{ème} siècle, on explose. L'homme cesse d'être confondu dans la nature et dans la tribu. Il lui est possible de décoller, d'isoler, de comparer les choses, de critiquer, de rechercher les origines et les raisons d'être. Athènes n'a inventé ni la société, ni le langage, ni l'esthétique, ni la religion, la technique, la nature, *mais elle synthétise le tout dans une dimension de logique, de conscience lucide, de calcul*. C'est de l'arithmétique que sortent le *droit, la politique*, les lettres, la philosophie, les sciences. Et, déjà la statuaire fut un témoin sensible.

Rien n'est pourtant plus latin que ce chef-d'oeuvre de Jarl: *La Prière*. Nous l'avons étudié techniquement. Malgré la simplicité des moyens cette statue est en ordre de création perpétuelle en vue de son expression. Il est moins question d'interpréter des formes puisqu'elles ont l'air de changer à vue d'oeil et c'est précisément ce qui se passe: le caractère mouvant de la statue est dans la relation occulte et fervente de l'homme qui prie de toute la puissance de son âme, confondue avec sa puissance physique et dont la prière monte au ciel d'un envol sans arrêt. Ceci s'est déjà vu. Mais qu'un statuaire crée par suggestion de formes, dans l'esprit du spectateur, *la certitude de cette foi* et en fasse monter au ciel *l'expression*, ceci n'existe que dans certaines peintures religieuses de l'école monastique espagnole: Zurbaran, Herera, etc.

Il y a là une autre résonance. Dans un art différent. Nous pensons à tout ce qui est *prière* dans l'immense nature qui n'est qu'une prière sans limite et sans fin montant aux pieds du divin Créateur.

C'est le moyen classique, naturel, qui s'oppose à l'envoûtement indirect, et non moins sublime du Greco. Nous sommes ici sans intermédiaire entre nous, les hommes et Dieu et délivrés de la magie des étirements des êtres par voie de contreplafonnement, de nos appréhensions de l'ombre naturelle et morale et d'une humanité qui s'humilie en priant. Il est à noter, selon Barrès, que cette humanité n'est autre que la nation la plus aristocratique, la plus fière du monde de ses origines et prête à se faire tuer plutôt que de céder un *pas de cour* en cérémonie. C'est la conception latine à la fois de l'humilité et de l'orgueil qui, constate Sancho Pança, n'est plus un péché dès qu'il est motivé par la naissance... Jarl est un modeste, un trop modeste. Ce n'est pas lui qui viendra attirer notre attention par la valeur du support et les subtilités de la composition et la cantilène du dessin.

Ce que cette oeuvre de Jarl apporte de neuf, c'est le coeur de l'homme croyant, mis à nu et qui s'exteriorise

lui, sa conscience et sa foi, en toute clarté, en sublime affirmation de lui-même, de l'homme pieux médiéval qui a la force de sa croyance, dont la vigueur est physique et dont l'ascension est d'une spiritualité sans fin...

Nous avons déjà recherché les procédés matériels par lesquels l'art en arrive à la spiritualité. L'affaire cette fois, est jugée. Le plus éminent facteur de spiritualité émouvante est son expression la plus simple de sa foi profonde et radieuse.

Toute sculpture est d'abord d'argile...

Il en est de même de celle de *Jarl* après d'autres événements et de nos jours l'art et les hommes ont fini avec l'énergie mère de l'âge d'Hésiode. Elle n'était plus qu'une terre malléable, ductile et solide et dure une fois séchée dans la forme imposée. Il n'y a plus de rythme, plus de rite, plus de communion de l'artiste. Automatiquement *Jarl* est censé avoir calculé le résultat anatomique et géométrique auquel il compte aboutir et qui n'est issu que de sa libre raison. En somme la statuaire n'est plus qu'individuelle et *Jarl* indépendant n'appartient plus qu'à celui qui le jugera comme il l'entendra, l'oeuvre faite. Ce n'est pas une révolution, c'est une *évolution*.

Désormais, le support de la statue contient l'idée.

Déjà l'Egypte avait déployé un sens aigu de la forme et les pays latins fixé la valeur du trait physiologique. L'art magique avait fait parler la matière pour elle-même, (*Van Lier*).

Le réalisme de Jarl veut d'abord que cette matière ne soit que le soutien des formes.

Le marbre exploite sa pesanteur, sa solidité, sa blancheur (indices de la haute statuaire), mais ces qualités ne sont plus à nos yeux en tant que ses vertus propres les passent dans les mouvements, dans les efforts redoutables des groupes, dans la sensation de puissance accumulées dans la pose de son personnage unique. Nous insistons sur ce que nous venons d'écrire. On sait que l'art magique est soumis à la loi universelle qui veut que toute

création vivante se stérilise dans l'académisme, (*Van Lier*) sitôt la naissance de l'oeuvre et nous venons d'expliquer pourquoi Jarl échappe à l'académisme: il ne fait pas d'art magique!

Le reste se conçoit spontanément. La forme libre illustre les phases de développement de la loi de Focillon (Archaïsme — classique — raffiné — Baroque). Ceci n'est vrai que pour l'art grec et non pour *Jarl* que nous lui comparons.

Jarl échappe à l'archaïque. Ses nus sont baroques.

Quant à la synthèse classique elle est pour ainsi dire simultanée. Inutile de chercher, comme Paenios à la fin du V^{ème} siècle, un art plus chaud, plus mouvant, plus coloré. *Jarl* a déjà tout cela dans ses nus.

Sont-ils la vérité?

Ce qui est certain, c'est qu'ils sont autant la vérité de l'art de Jarl que celle de l'homme, dont *l'idéal est d'eurythmie et de clarté.*

Ceci n'exclut nullement le réalisme. Nul ne peut parler de réalisme à moins que le réalisme consiste à pourvoir la matière sculptée de la vie interne du sujet, ce qui ne serait plus du réalisme mais du vitalisme. Le réalisme est créateur de vie intérieure au même degré que le *constructif* qui démolit plutôt qu'il ne construit. La forme dégagée l'est à double courant. Il est évident que son origine est la résultante d'une perception externe mais une fois établie, elle se réclame d'un billet d'aller et retour. Les modelés une fois établis, l'oeuvre, dans son unité, se met à chanter une chanson qui n'est pas celle du modèle plus que celle du statuaire. Cette chanson, les sculpteurs la connaissent bien, c'est celle de leur victoire et, comme le disait Despiau, il n'y a plus qu'à lécher l'ours.

Nous préférons la victoire du réaliste, obtenue par les voies de la vie normale à la victoire, — il en existe d'incontestable — du constructif qui cherche à créer l'illusion de la vie interne en suscitant une réaction de vie

externe du spectateur pour l'émouvoir par une expression toute extérieure relevant d'un art baroque.

Il est une erreur qui consiste à soutenir que «*l'art formel exclut de son statut la vie interne de l'oeuvre, si elle a l'air d'en avoir une c'est que ses formes sont déjà de la vie sans intention d'en laisser créer une autre*».

Cette sottise fait sourire. Nous ne la relevons que parce que le premier des nus réalistes de *Jarl* la foudroie et dans ceux de ses nus auxquels nous faisons allusion, *Jarl* n'a pas l'ombre d'un souvenir hellénique.

C'est ainsi que nous connaissons le *Discobole* de Myrion, le *Doryphore* de Polyclète, la *Vénus Médicis*, l'*Apollon du Belvédère*, etc.

Nous ne pouvons juger de l'art grec du grand siècle sur des copies de musée. Mais, dans cet état secondaire, la répercussion de cette statuaire a été telle que nous lui devons l'académisme actuel.

Il importe donc de ne pas suivre les copistes là où nous ne possédons pas l'élément comparatif.

D'autre part, il n'existe pas un choix entre la statuaire magique et la statuaire formelle.

La statuaire informelle ne peut être *magique* pour la simple raison que le langage sculptural est celui des formes.

La part de la magie en statuaire est dans le mystère des origines techniques. A vrai dire, toute l'oeuvre de *Jarl*, sauf les statues et les monuments officiels, sont des *affirmations de la vie contemporaine*, échappant aux influences habituelles.

Il y a là une originalité puissante, non proclamée dans la presse «d'avant garde», mais réalisée, évidente, épanouie sous nos yeux.

Résumons. Le *Nu* est un hommage au Créateur et la plus belle illustration de la vie qu'il créa. L'idéalisation du *Nu* est dans le scrupule avec lequel l'artiste a suivi l'inspiration de la nature (*Aldous Huxley*). Ruskin assure que la pureté des nus de l'art ancien est due à la

fidélité de leur rendu. (Il parle du nu florentin classique). Il est clair que la déformation du nu le rend tendancieux. Et il est non contestable que l'obscénité vient du voile ou de la conque ou de la feuille de vigne qui attire la curiosité sur ce que la morale exige devoir être regardé comme un bras ou comme une jambe.

Viggo Jarl nous propose des nus dont avec un esprit d'observation remarquable, il a d'abord étudié les modèles. Scrupuleux devant la nature, il lui est fidèle. *Mais cette fidélité n'est qu'un principe de départ.* Devant un nu, Jarl ne voit que son expression. Il laisse la parole aux formes. Il n'y a qu'un moyen de révéler ce que disent les formes charnelles : l'exprimer par les formes graphiques, les volumes des creux. Le simple copiste de son sujet ne peut en réaliser qu'une réplique sans saveur et si dans sa fidélité à la nature Jarl ne mettait pas beaucoup du sien, de sa vie même et de son cœur il ne serait pas l'éminent maître que nous admirons. Alors la vision, l'inspiration?

Viggo Jarl est essentiellement un créateur. Il transmet la vie, l'infuse à la matière en lui imposant les formes, qui sont les inspirations de son génie.

D'ailleurs, il convient de remarquer combien tous ces nus, dans la parure de leur grandeur simple, sont différenciés et cependant apparentés.

La nature n'empêche pas le lyrisme. Nous le rappelons ayant déjà procédé dans d'autres études sur *Marathon, la Prière, le Barreur, l'Abyssin, Caïn, l'Homme pathétique.* Mais, d'une façon générale, c'est le même métier magistral et franc qui inscrit le poème dans la matière, le poème est celui de la vie.

Nous avons déjà étudié et commenté ces œuvres les unes après les autres. Une étude plus poussée relative à ces chefs-d'œuvre serait délicate.

Le plus réaliste de ces nus de Jarl est le plus expressif, le plus harmonieux et le plus idéalement beau parce que l'esprit est créé par une sorte de contraste moral

entre le réalisme absolu de l'exécution et l'Eurythmie de l'ensemble.

«*L'Homme pathétique*», est, peut-être, un des chefs-d'oeuvre de Jarl. Pour être inattendu et peu habituel, le mouvement, d'ailleurs plus ou moins baroque, exprime l'homme lyrique, byronnien. Celui éprouvé par la vie dont l'âme, elle-même touchée, n'est plus une forteresse contre la douleur, les deuils, le chagrin. C'est peut-être un symbole de l'intellectuel pessimiste parce que l'univers n'est pas égal à la splendeur de ses rêves, l'un de ceux que Jean Sarmant a évoqués dans son émouvante pièce de la Comédie Française: «*Je suis trop grand pour moi*». Mettons le génie désespéré qui cherche une évasion et ne trouve pas même dans la stupide vie moderne une voie de garage à son échelle *inhumaine*. Byron n'avait-il pas écrit: «L'homme est trop grand pour ce qu'il est», et Musset n'a-t-il mis en cause «*Cette amère pensée qui fait frissonner l'homme en voyant l'infini*»?

Ici c'est surtout l'homme qui lit dans son âme pathétique et sombre.

Il est fréquent qu'un statuaire sculpte des *bustes-portraits*. Le buste-portrait est un art occidental qui depuis son apparition joue un rôle dont nul ne soupçonne la profondeur ni l'importance. Le buste en Egypte apparaît à Saïs mais la superbe tête «*portrait*» (de l'Ecole Saïte) dont le Louvre tient une part de sa fierté n'est pas un portrait. C'est un «*Double*»; de même, selon M. Contentot, la *tête coiffée* que Clermont Ganneau découvrit à Tello (Babylonie).

Le buste d'Aménophis IV (Louvre) est un *Double* de ce roi et n'est pas un buste. C'est un segment d'une grande statue.

Le *Double* est un portrait esthétique, ésotérique comme l'Egypte elle-même. (*Ai-gup-Tha*, veut dire: *l'image ou le reflet ou l'envers*) du *Double du dieu Pta*. L'égyptien mourait. L'âme lui survivait si elle trouvait,

dans la tombe, un support, matière inerte à *refuge* à laquelle on avait imprimé des formes.

La Loi des Dieux (mais ceci varia tant pour les régions que pour les époques) défendait à qui que ce fût de faire faire ou de posséder son portrait. En revanche, tout Egyptien pouvait commander un *Double* ⁽¹⁾ à un artiste.

Comment reconnaître un double d'un portrait? Le Double n'a jamais été une ressemblance exacte physique. Il est la suggestion du moral, de l'esprit du dédoublé. Dans le *Double*, les yeux ne sont rarement faits. Le *Double* est généralement sans prunelles, sans pupilles.

Le *Double* en Egypte est encore prospère. Cinquante ans avant César et son occupation, le *Double* a évolué. Les portraits sont de profil avec les yeux et les épaules figurés de face. Le *Double* est rarement autre que de face, les particularités que nous avons énumérées.

L'Occident est resté fidèle au buste romain du II^{ème} siècle et de la fin du I.^{er}. Chaque style a voulu le modifier et n'y est pas parvenu. Le genre, techniquement est resté pur.

Il est clair que la Renaissance, le grand siècle français, le XVIII^{ème} ont vu leurs maîtres se créer une technique bustière qui n'est qu'à celui qui la réalise, mais qui, cependant, reste liée à la noble tradition.

La chose est à noter parce que si *Jarl* apporte à la combinaison une connaissance profonde des caractères de ses modèles, ses bustes sont aussi la plus parfaite démonstration de ce que peut apporter la connaissance complète d'un métier personnel, à des oeuvres d'une psychologie aussi directe que loyale.

Jarl possède un métier sûr et souple. Ceci à propos des bustes qui rendent ce que nous affirmons plus sensi-

(1) Le Ka des Oushabtis (figurines funéraires).

ble et qui sont la plus belle des preuves de ce que nous déclarons.

Jarl comprend aussi bien que ses admirateurs que, par exemple, quel que soit le charme du profil de la Comtesse de Macé ou l'attraction du sourire épanoui de Mlle X... etc., toutes ses effigies sont plutôt des *messages* adressés aux amis de ses inspireurs et de ses inspiratrices, dans la mesure où un portrait suppose un terme de comparaison vivant.

C'est la raison pour laquelle nous sommes plutôt attirés par le génie de l'artiste, inspiré comme un poète et ingénieux comme un bel esprit du XVIII^{ème} siècle, dans le vertigineux prestige de ses admirables exécutions. Il y a là un auto-dépouillement magnifique dans la plus étonnante faculté de compréhension.

Le modèle par la lumière rayonnante de l'artiste. Il réagit et Jarl, obstinément, construit, sculpte l'espace et ne lâche plus l'esprit qui appelle le sien.

Depuis qu'il est entré comme portrait dans l'histoire de l'art, le buste y occupe une place essentielle. Elle est peu en rapport avec la permanence de sa stabilité technique. Il y a peu de chose à dire sur l'art du buste. Que son esthétique soit à tendance ornementale, réaliste, idéalisée, ce n'est là qu'un argument en faveur de sa souplesse. Le buste, à travers des transformations superficielles, s'inscrit toujours tel quel. Le buste ne doit pas être compris comme une ressemblance statuaire. Même réaliste, le buste est, d'abord, l'évocation ou la suggestion et même l'affirmation d'un caractère. Et, pour y parvenir, chaque bustier a sa technique personnelle, assez difficile à repérer et qui, en dernière analyse, n'est pas d'un grand secours pour le critique. Ceci se conçoit. On peut discuter les interprétations de *Jeanne d'Arc* de Frémiet, de Dubois, de Maxime Real del Sarte, et il y a certes là des éléments techniques qui viennent à l'appui des discussions. Mais que dire des bustes de Rodin par Dalou, par Falguière, par Bourdelle, par Pompon, par Despiou? Cha-

cun a vu le maître à sa manière et tous l'ont fait ressemblant. Un bustifié célèbre? : Clémenceau. Même observation.

Le buste monumental est celui qui dépasse l'échelle humaine et qui est généralement édifié sur un tertre ou une tombe, voire en retrait de la place publique. Ce buste d'ailleurs est d'origine baroque et son genre vient d'imitateurs de Cellini dont on connaît le buste énorme, premier en son genre, le *Cosme de Médicis*. Il s'agit probablement d'une attention du statuaire à l'endroit de ce prince, car Cellini a criblé la base et le support de bronze d'ornements allusifs. Cette oeuvre d'ailleurs magnifique est à l'extrême limite de la frontière du péché mortel qui est le buste décoratif. On sait le parti qu'a tiré Bourdelle de la barbe abondante de Rodin. Cet attribut majestueux d'une royauté sculpturale est un hommage souriant de Bourdelle à son maître. Il y a, évidemment, de cela, mais le reste de l'oeuvre tend au buste de caractère.

Le buste impressionniste est un buste réaliste qui éternise pour le célébrer un moment fugitif du modèle. Ce buste tend à l'idéalisation. L'école anglaise l'avait mis à la mode sous l'influence de Lord Dante Gabriel Rossetti et de Walter Crane. Les paires du Royaume uni faisaient couler leur effigie en bronze verdâtre, couronnées de roses et même, s'il y avait lieu, coiffées d'un diadème de duchesse. On fit grand bruit autour d'un buste de cette sorte à l'effigie de la Marquise de Bath par un bustier à la mode. On sait que la dame avait été actrice célèbre et avait voyagé sur le yacht d'Edouard VII. Sa beauté était classique et la fortune du marquis de Bath prodigieuse. Le buste coulé, elle l'exposa chez elle et elle invita ses amis. Ellen Terry, autre beauté de théâtre, fut invitée et priée d'amener Oscar Wilde. Il vint, salua la Marquise, alla droit au buste et le reluqua en connaisseur. Puis sourit et s'excusa de l'obligation de s'en aller.

«Et le buste, M. Wilde, votre impression?». — Réellement, Madame, le diadème n'est pas mal».

«Et le buste?»

«Je ne dis pas, Madame, mais le diadème est en or!»

A Paris, la statuaire cherchait du nouveau sans le trouver. Elle n'en trouvait pas encore. Rodin était décrié. Saint Marceaux ne venait pas à bout de son monument de Victor Hugo. Les Toulousains déliraient. Antonin Mercié obtenait la commande du monument d'Alfred de Musset.

On eut l'idée de mettre le buste *modern-style* à la mode. Il convoqua des bustiers disposés à lâcher de quoi leur payer pingrement deux ou trois bustes de jolies femmes à la mode. On parvint à Madame Sarah Bernhardt qui accepta et à Liane de Pougy. Les bustes exposés n'obtinrent qu'un succès médiocre. Ne nommons pas le statuaire qui, depuis, a fait mieux. On ne trouva pas de Françaises pour se faire couler en bronze «vert-de-grisé».

Chaque fois que l'on tenta de renouveler l'esthétique du buste ce fut un insuccès.

Nous ne parlons pas du portrait. Là il y eut du nouveau. Vers 1905, on mit à la mode les masques de bronze et d'argent. Cette présentation du visage féminin existe encore. Une dame voulût que son masque fut coulé en or. Elle le mit sous vitrine et le fit exposer. Mais ceci n'avait rien d'un buste. L'argent convient aux jeunes filles, mais il n'y a que le bronze aux belles patines pour éterniser des visages, dans leur expression définitive.

On comprend que le portrait peint change si souvent de mode et de présentation. On comprend que le portrait sculpté, le buste, gardent son caractère classique.

Quant aux portraits surgissant en retrait dans un bloc de marbre mal équarri, ils sont issus d'une fantaisie de Rodin, et ils sont disparus avec le marbre lui-même. C'est le bronze qui s'affirme le vrai support du buste-portrait et beaucoup de gens qui possèdent leur marbre par un maître se sont précipités chez Rudier pour le faire fondre en bronze.

Tout ceci signifie 1) que le buste est un art qui n'a pas évolué parce qu'il est un principe sculptural définitif, immuable et classique. Nous croyons que la statuaire de notre époque subsistera en grande partie par ses bustiers et que *Viggo Jarl* s'érige l'un des plus grands d'entre eux parce qu'il ne le conçoit que dans l'esprit classique.

Jarl, en toute franchise travaille en prise-directe avec les modèles dont il fait les bustes. Nous ne parlerons pas de la supériorité manuelle. Sculpter une statue ou sculpter un buste relève d'un travail identique. Mais le *buste de caractère* étant volontiers celui de *Jarl*, il lui faut être psychologue. Il possède ce don au suprême degré. Il déchiffre une âme comme d'autres un cryptogramme. Il saisit les rapports de tendances du caractère par les traits du visage et il opère des synthèses expressives d'intérêt puissant.

Le portrait n'est pas une sculpture fermée plus qu'une sculpture ouverte. C'est, si nous osons le dire, une sculpture entre-baillée. Il est indéniable qu'il y a dans le portrait une part confidentielle énorme qui réside dans la compréhension mutuelle du statuaire et du modèle s'opposant l'un à l'autre. Et il serait trop facile de supposer que le drame fut à deux personnages. Il y en a trois et c'est l'oeuvre qui opère la séparation et la liaison tour à tour. Le travail est précis, quasi mécanique. Les deux êtres s'opposant d'abord, se guettant, méfiants, inquiets ou confiants et joyeux. Le maître guette une attitude naturelle, une minute de «laisser aller», un geste d'abandon. C'est à ce moment que la matière malléable et ductile est attaquée. Le maître sait ce qu'il veut faire et dès lors la masse d'argile se dégrossit et bientôt ce n'est plus le modèle qu'il voit devant lui, c'est le modèle qu'il cherche dans l'argile qu'il pétrit. La fidélité à la pose, au modèle assis devant lui ne reviendra que lorsqu'il aura saisi son personnage dans la masse. C'est enfin la rencontre humaine dans le sujet sculptural. Jusqu'alors le sta-

tuaire n'a pas été dominé par le modèle, mais par la vision qu'il en avait en commençant. Et c'est d'abord par comparaison entre la vie organique et la vie créée que commence à se poser la question de la chasse aux ressemblances et à l'expression.

La vie du buste vient d'abord de l'intérieur du support où le sculpteur la cherche et l'encourage à grandir. Les qualités de surfaces de ressemblance même du modèle de l'oeuvre sont externes et ce sera quand l'externe et l'interne ne feront plus qu'un que le travail de l'artiste aboutira (*Herbert Read, The Art of sculpture*). Selon Malreaux, il ne faut pas confondre *Création* et *Convention*. Voilà le danger conjuré.

Chez *Viggo Jarl* la ressemblance n'est pas une copie de la nature, mais une transposition des formes à l'esprit et nous venons d'indiquer à la suite de quel travail la ressemblance des bustes de *Jarl* est frappante au point de fournir, s'il est absent, l'illusion de sa présence effective, mais cette ressemblance n'est pas seulement plastique, elle est aussi morale et sans cette qualité là l'identité des formes ne serait animée par rien du tout. La ressemblance, ici, est donc une création.

Rembrandt en nous laissant vingt versions contrastées d'un seul personnage (Saskia, son Père, sa Mère et ses auto-portraits) n'a fait qu'affirmer sa liberté. Mais Rembrandt était peintre et non maître — bustier classique.

Un artiste bustier formel peut-il réaliser un authentique tour de magie? C'est ce que nous ne croyons pas. En effet, la plastique picturale est pratiquement différente de la sculpturale. Celle-ci est un art de précision.

Van Lier (op. cité) affirme que la qualité d'un portrait n'est pas fonction de la fidélité... et il ajoute, ayant étudié plusieurs genres de portraits, que l'on retire plutôt l'impression du contraire. Nous voulons bien que la ressemblance comme l'atmosphère dans la peinture historique embête l'artiste au point de l'empêcher de faire

mieux. Mais dès lors, pourquoi peint-il un portrait? Et Van Lier ajoute que les portraits de Rembrandt rejoignent les créations supérieures parce que le singulier s'y perd dans la méditation universelle de la figure humaine. Les peintres ont des raisons que la raison ne connaît pas. En revanche, les statuaires ont des raisons que la raison doit connaître, mais bien entendu, en l'occurrence la raison exige la création modelée pour mère de la ressemblance expressive—cette face de la vie—et non de la ressemblance moulée, calquée, qui ne fournit que l'expression de la mort, de l'immobilité, de l'extinction du souffle et de l'arrêt des battements du cœur.

Conclusion: le portrait sculpté est moins malléable et a moins de chance de rencontrer un sujet de statuaire, mais a attiré les sculpteurs les plus illustres: Michel Ange, Cellini et Houdon (qui poussa le portrait jusqu'à la perfection du genre) ont produit de rares chefs—d'oeuvre. Houdon n'est redevable de sa gloire qu'au portrait. Et si vraiment il est vérifié que tous les statuaires de génie ont rivalisé de zèle pour en arriver au portrait, c'est sur le plan de l'art incomparable du buste-portrait que doit se développer leur compétition car leur caractère immuable du genre suppose la lutte la plus serrée. Dans cette compétition, notre *Viggo Jarl* s'avère grand maître.

Comme nous l'avons dit déjà, le portrait est une épreuve sélectionnée où ne peuvent courir que les plus grands. Les qualités de création qu'il y déploie, sans faire à la nature, sont absolument uniques à l'heure qui sonne. Sa pénétration psychologique du sujet n'a peut-être pour rival que Carpeaux et A. Morera.

Enfin, il est inutile d'insister encore sur l'extraordinaire beauté de l'exécution.

Quel plus beau destin pour un artiste serein? Saveur de la paix du juste, méritée et magnifique. Sur l'ordre de Pallas, Cléon dépose la lyre et rend grâce aux Dieux. Mais si toutes les lyres ont cessé de vibrer pendant ses

dévotions, lorsqu'il descendit les marches d'accès du Temple, toutes les lyres ont vibré en son honneur et, devant la perennité évidente de l'oeuvre du maître, toutes les âmes et tous les coeurs d'Athènes se transmettront jusqu'à la fin du temps, de génération en génération, son souvenir.

ÉMILE SCHAUB-KOCH

RESUMO DAS ACTAS DE REUNIÕES
DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA

Reunião de 28 de Fevereiro de 1965

Foi aprovado o balanço geral do ano de 1964.

Foram admitidos para serem propostos como sócios à próxima Assembleia Geral os Srs. Coronel Mário de Vasconcelos Cardoso e Drs. Aníbal Pinto de Castro, Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva, Mário de Castro Hipólito e Artur Nobre de Gusmão.

Reunião de 19 de Fevereiro de 1965

Foi organizada na Classe de Ciências uma secção de Estatística, Programação e Economia Matemática.

Foi expresso um voto de sentimento pelo falecimento do consócio Yves Renouard, Professor da Sorbonne.

O Doutor Torquato de Sousa Soares propôs que a revista «O Instituto» fosse remodelada e para tanto foi eleito seu Secretário-Geral. Propôs ainda que anualmente fossem publicados na revista resumos das actas das sessões da Direcção.

Foram admitidos para serem propostos como sócios à próxima Assembleia Geral, diversas personalidades.

Reunião de 29 de Abril de 1965

Foram aprovadas as contas dos meses de Janeiro, Fevereiro e Março. Tomou-se conhecimento do andamento da revista.

Foram admitidos para serem propostas como sócios à próxima Assembleia Geral diversas personalidades.

Foi fixada a data de 21 de Maio próximo para a conferência do Senhor Eng.º Santos Simões sobre azulejos portugueses no Brasil.

Reunião de 4 de Julho de 1965

Foi apreciada uma carta do Senhor Doutor Torquato de Sousa Soares em que pede para ser desligado da Direcção do Instituto por ter de partir brevemente para o Ultramar e por essa mesma razão só lhe será possível continuar a dirigir a revista até à conclusão do tomo I do vol. 127, já no prelo. Foi com muito pezar que a Direcção tomou conhecimento desta carta do seu ilustre membro.

Foram aprovadas as contas dos meses de Abril, Maio e Junho.

Foram admitidos para serem propostas como sócios à próxima Assembleia Geral diversas personalidades.

Reunião de 11 de Dezembro de 1965

Foi exarado na Acta um voto de sentimento pelo falecimento dos sócios Dr. Alfredo Fernandes Martins, Dr. Jean Rousé, José Campos de Figueiredo e Dr. Manuel da Fonseca Figueiredo.

Foi tomado conhecimento do andamento da revista.

ACABOU DE SE IMPRIMIR
NAS OFICINAS DA «COIM-
BRA EDITORA, LIMITADA»
: EM JANEIRO DE 1967 :

